



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

MARIA INÊS DIAS DE FREITAS

A PERCEPÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO SOBRE O
ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NEGROS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA
2024


*Programa de Pós-Graduação
Profissional em Educação - Ufes*

MARIA INÊS DIAS DE FREITAS

**A PERCEPÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO SOBRE O
ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NEGROS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Cleyde Rodrigues Amorim

**VITÓRIA
2024**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

F862p Freitas, Maria Inês Dias de, 1962-
A PERCEPÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NEGROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO / Maria Inês Dias de Freitas. - 2024.
138 p.

Orientadora: Cleyde Rodrigues Amorim.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Acolhimento.. 2. Ações afirmativas. 3. Permanência. 4. Ensino superior. 5. Racismo institucional. 6. Educação antirracista. I. Amorim, Cleyde Rodrigues. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

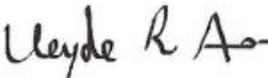
MARIA INÊS DIAS DE FREITAS

**A PERCEPÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO SOBRE O
ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NEGROS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em: 19 de setembro de 2024.

Os membros da Comissão deverão indicar a natureza de sua decisão através de sua assinatura na coluna apropriada que segue:

Aprovada		Reprovada
	 Documento assinado digitalmente CLEYDE RODRIGUES AMORIM Data: 23/09/2024 18:32:12-0300 Verifique em https://validar.itl.gov.br	<hr/> <hr/>
	 Documento assinado digitalmente MARILEIDE GONCALVES FRANCA Data: 23/09/2024 18:18:17-0300 Verifique em https://validar.itl.gov.br	<hr/> <hr/>
	 Documento assinado digitalmente OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA Data: 23/09/2024 14:09:18-0300 Verifique em https://validar.itl.gov.br	<hr/> <hr/>

Esta dissertação é dedicada aos meus pais: Sebastião Narcizo Dias e Maria Theresina Dias (*in memoriam*); meu esposo Marcos, minha filha Dandara; meus irmãos: José, Benedito, Jorge (*in memoriam*), João, Roseli e Ricardo; cunhadas e sobrinhos: Matheus, Lucas, Carlos, Amaraiza, Melissa, Luccas Adriana, Matheus, Camila, Murilo, Carla, Renato, Isabel, Melissa, Renata, Jessica, Bryan, Graziela, Thomas, Rafael e Paola. E aos estudantes negros que atualmente frequentam a Universidade, bem como aqueles que virão a integrá-la no futuro.

GRATIDÃO...

Este trabalho surgiu do contato direto e das observações sobre como os estudantes negros são recebidos e atendidos na Universidade. Assim como o ritmo dos tambores e batuques move meu corpo, observar esses corpos em movimento na Universidade me deixou inquieta, motivando-me a pensar em ações concretas para melhorar o percurso acadêmico deles.

Primeiramente, agradeço a Deus e a todas as forças que regem este universo, possibilitando meu acesso, persistência e resistência nele. Expresso minha gratidão aos meus ancestrais, especialmente aos meus pais, que me aceitaram e acolheram nesta vida, e saúdo a todos os que abriram caminhos para mim. Agradeço aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, por serem minha base e inspiração contínua, e em especial a Marcos e Dandara Freitas, minha querida família, pela paciência e companheirismo.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram das mais diversas formas no período de dois anos para a concretização desta dissertação. Destaco, em especial, Katia Alexandra Santos Batista, Professora Leila Massaroni, Geiza Turial de Almeida Lovatte, Professora Doutora Marlene Cararo, Isa Danielle e Thaliel Maia Sales Pinto.

Agradeço, de forma muito carinhosa, à Turma VI, que me acolheu e permaneceu unida comigo, mesmo virtualmente, e me honrou aprovando o nome Maria Inês Dias de Freitas, como forma de me homenagear. Eu acolhi e agradeço o reconhecimento pelo apoio na criação do Programa de Pós-Graduação Profissional do Centro de Educação da Ufes.

Sou grata à Professora Doutora Cleyde Rodrigues Amorim, por me acolher como orientanda e me acompanhar ao longo de toda esta jornada. Também agradeço aos colegas da turma V e aos que se uniram a mim, posteriormente, os colegas da turma VII do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação.

Gostaria de expressar minha gratidão à Professora Débora Cristina Araújo, que me convidou para participar do "LitERÊRtura - Grupo de estudos e pesquisas em diversidade étnico-racial, literatura infantil e demais produtos culturais para as infâncias" desde sua criação. Somente agora, durante este período, compreendi

plenamente a importância desse grupo em minha vida pessoal e profissional. Ele se tornou um refúgio essencial nos momentos desafiadores, facilitando a leitura e a compreensão dos textos.

Agradeço à Professora Doutora Marileide França e aos Professores Doutores Sérgio Pereira dos Santos e Otair Fernandes de Oliveira, pela disponibilidade para leitura e participação nas bancas.

Agradeço, sinceramente, a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a realização desta pesquisa.

Da calma e do silêncio

Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.

Quando meu olhar
se perder no nada,
por favor,
não me despertem,
quero reter,
no adentro da íris,
a menor sombra,
do ínfimo movimento.

Quando meus pés
abrandarem na marcha,
por favor,
não me forcem.
Caminhar para quê?
Deixem-me quedar,
deixem-me quieta,
na aparente inércia.
Nem todo viandante
anda estradas,
há mundos submersos,
que só o silêncio
da poesia penetra

(Conceição Evaristo)

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), na linha de pesquisa Práticas Educativas, Diversidade e Inclusão Escolar. Ela teve como objetivo geral compreender as condições de acolhimento e permanência dos estudantes negros na Ufes, ingressantes por ações afirmativas na modalidade de cotas raciais, pelos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs). Os objetivos específicos incluíram: analisar as políticas e estratégias utilizadas pela Universidade para promover o envolvimento e o sucesso acadêmico de estudantes negros; identificar as iniciativas dos processos formativos oferecidos pela Ufes, tendo em vista a sanção das Leis nº 12.711/2012 e nº 14.723/2023; e desenvolver uma campanha formativa de sensibilização sobre termos raciais, destacando a história da cultura afro-brasileira. A pesquisa adotou uma metodologia qualitativa, do tipo estudo de caso, teve como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, o período pesquisado foi entre 2012 e 2022, com servidores técnico-administrativos em educação do *campus* universitário da Ufes de Goiabeiras. A análise de conteúdo, por meio da técnica de análise temática, possibilitou a reunião de elementos para a criação de um produto educacional a ser apresentado e disponibilizado nos murais dos colegiados dos cursos de graduação. Os resultados revelaram uma falta de conhecimento sobre questões raciais entre os TAEs, o que sugere um desinteresse em relação às políticas de ações afirmativas da Ufes. A campanha de sensibilização proposta busca fornecer informações fundamentais sobre termos e conceitos raciais, facilitando o acesso a esses conteúdos e incentivando o estudo e atitudes em prol da educação antirracista. Com isso, espera-se fortalecer o combate ao racismo dentro da Instituição por esse grupo.

Palavras-chave: ações afirmativas; ensino superior; permanência; racismo institucional.

ABSTRACT

This research was developed in the Professional Postgraduate Program in Education (PPGPE) of the Education Center (CE) of the Federal University of Espírito Santo (Ufes), in the line of research on Educational Practices, Diversity and School Inclusion. Its general objective was to understand the conditions of reception and permanence of black students at Ufes, entering through affirmative actions in the form of racial quotas, by Administrative Education Technicians (TAEs). Specific Objectives included: analysis of policies and strategies used by the University to promote the involvement and academic success of black students; identify the initiatives of the training processes offered by Ufes, with a view to the sanction of Laws nº 12,711/2012 and nº 14,723/2023; and develop a training campaign to raise awareness about racial terms, highlighting the history of Afro-Brazilian culture. The research adopted a qualitative methodology, of the Case Study type, with a semi-structured interview as a data collection instrument, the period researched was between 2012 and 2022 with technical-administrative employees in education at the university campus of Ufes de Goiabeiras. Content analysis, through the thematic analysis technique, made it possible to bring together elements to create an educational product to be presented and made available on the boards of undergraduate courses. The results revealed a lack of knowledge about racial issues among TAEs, which suggests a lack of interest in Ufes' affirmative action policies. The proposed awareness campaign seeks to provide fundamental information about racial terms and concepts, facilitating access to this content and encouraging study and attitudes in favor of anti-racist education. With this, it is hoped to strengthen the fight against racism within the Institution by this group.

Keywords: Affirmative actions; university education; permanence; institutional racism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Adinkra: Sankofa.....	15
Figura 2 - Minha vista da janela	16
Figura 3 - Vista da Serra da Mantiqueira.....	17
Figura 4 - Família	17
Figura 5 - Momentos da Festa de São Benedito	21
Figura 6 - Mate Masie	35
Figura 7 - <i>Campus</i> de Goiabeiras	54
Figura 8 - Mapa do <i>campus</i> de Goiabeiras	54
Figura 9 - Nea onnim no sua a, ohu	55
Figura 10 - SE NE TEKREMA - nenhuma criança nasce com os dentes	72
Figura 11 - Nuvem de palavra extraídas das respostas dos entrevistados	79
Figura 12 - Nkyimkyim.....	86

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Revisão de literatura	56
Tabela 1 - Estudantes declarados negros: 2012 a 2022	84

LISTA DE SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR - Centro de Artes
CCA – Centro de Ciências Agrárias
CCHN - Centro de Ciências Humanas e Naturais
CCJE - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CE - Centro de Educação
CEFD - Centro de Educação Física e Desportos
Cepe – Conselho de Ensino, Pesquisa e extensão
Ceunes – Centro Universitário Norte do Espírito Santo
CT - Centro Tecnológico
Erer - Educação das Relações Étnico-Raciais
ES - Espírito Santo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
Ifes - Instituições Federais de Educação Superior
MEC - Ministério da Educação
MNU - Movimento Negro Unificado
Neab – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
Opaa – Observatório de Políticas de Ações Afirmativas
Opaas – Observatório de Políticas de Ações Afirmativas no Sudeste
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGMPE – Programa de Mestrado Profissional em Educação.
PPGPE - Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação
Proaeci – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e de Cidadania
Progep - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Propaes - Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil
Reuni - Reestruturação e Expansão das Universidade Federais
TAE – Técnico Administrativo em Educação
Ufes - Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Uneb - Universidade do Estado da Bahia

Unesco - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 UM POUCO DA MINHA HISTÓRIA	15
1.2 A UFES E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS	23
1.3 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS À PESQUISA	31
1.4 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELA PESQUISA	33
2 PERCURSO TEÓRICO/METODOLÓGICO	35
3 REVISÃO DE LITERATURA	55
4 A PESQUISA	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	98
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	99
APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	102
APÊNDICE D – TERMO DE ANUÊNCIA PARA A PESQUISA	107
APÊNDICE E - PRODUTO EDUCACIONAL	108

INTRODUÇÃO

Volte e pegue significa conhecer o passado para melhorar o presente e construir o futuro.¹

Figura 1 - Adinkra: Sankofa



Fonte: Nascimento e Gá (2022, p. 26).

1.1 UM POUCO DA MINHA HISTÓRIA

Esta pesquisa utiliza os símbolos adinkras para abrir os capítulos, destacando o significado que eles carregam. A inclusão dos adinkras é significativa, pois remete à ancestralidade da diáspora africana. Esses símbolos atuam como uma chave para atingir os propósitos deste trabalho. Para começar, apresentamos o Sankofa, que simboliza a sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro (Nascimento; Gá, 2022).

Diante disso, para o desenvolvimento deste trabalho, apresento um pouco da história pessoal, social e acadêmica que delineia minhas implicações.

Sou uma mulher preta, vinda de uma família também preta retinta, nascida na periferia de uma cidade do interior, Aparecida, na região do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. Naquela época, havia pouco entendimento sobre questões raciais. A maioria das famílias que

¹ Este símbolo adinkra, conhecido como Sankofa, representa a volta para adquirir conhecimento do passado e a sabedoria, tentando passar a mensagem de que, para construir um futuro melhor, é preciso mapear o passado. Disponível em: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolos-adinkra/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

vivia próxima à minha era branca e, por isso, nas brincadeiras, eu costumava colocar uma toalha na cabeça, como se fosse meu cabelo. Como muitas crianças negras, eu tentava imitar o padrão de beleza dos cabelos longos e lisos, que cresciam para baixo, em contraste com os cabelos crespos, que crescem para cima, desafiando a gravidade.

Hoje, entendo o comportamento de meus pais, que eram pessoas de pouco estudo, mas superprotetoras, principalmente quando íamos para a escola. As brincadeiras de rua eram permitidas quando nossa família participava de alguma festa junina ou natalina; brincadeiras eram, na maioria das vezes, no quintal da minha casa ou da minha tia, onde eu tinha como amiga minha prima Rosa Maria Luciano de Souza.

Meus irmãos, por serem meninos, tinham mais liberdade para se reunirem com os meninos da rua, transformando, muitas vezes, nossa casa no epicentro das brincadeiras.

Da janela do meu quarto, tinha como vista a paisagem da Rodovia Presidente Dutra e da Serra da Mantiqueira (Figuras 2 e 3). Esta era, para mim, um grande mistério que eu não poderia chegar e desvendar, só mesmo pela imaginação, com as histórias que minha mãe contava sobre o que tinha atrás daquela serra.

Figura 2 - Minha vista da janela



Crédito da Fotografia: Ricardo Narcizo Dias.

Figura 3 - Vista da Serra da Mantiqueira



Crédito da Fotografia: Flaviane Luciano.

Naquela época, ainda não tinha sonhos, seguia atenta às histórias contadas por meus pais que, na maioria das vezes, deixavam-me amedrontada. Eu falo desse lugar, de vista linda e misteriosa, da periferia de uma cidade do interior de São Paulo, de mulher, negra, a terceira de sete filhos de um casal de mineiros que migraram de São Lourenço e Lavras, Minas Gerais, para Aparecida. Meu pai era pedreiro; minha mãe, trabalhadora em comércio ambulante e lavadeira de roupas. Foi dessa forma que eles nos sustentaram, com a esperança de uma vida melhor para seus filhos a partir do estudo.

Em 1975, eles faleceram e, além da saudade, deixaram, dentre suas frases, lições marcantes, como: o estudo é o meio pelo qual se pode obter essas nossas conquistas. Nesse período, nossa família passou a ser de sete irmãos, guiada pelo mais velho, ainda um adolescente de 15 anos, que seguiu rigorosamente os ensinamentos herdados pelos nossos pais: estudar para ter uma vida melhor.

A fotografia abaixo (Figura 4) nos mostra ainda jovens, no noivado da minha irmã. O mais velho é o de azul, ao centro.

Figura 4 - Família



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Tivemos uma vida rodeada pelos cuidados dos tios, que nos acompanharam e nos orientaram em alguns momentos. Somos sobreviventes de uma vida precária, com estudo em escola pública, onde, a meu ver, éramos um pouco mais visíveis quando tínhamos nossa mãe, que sempre estava presente na escola e nos fazia ser mais percebidos. Penso que é por esse fato que eu participava de apresentações, era destaque nos desfiles de setembro e em outras comemorações na escola.

Hoje, entendo que nos identificávamos como negros², mas tenho dúvida se nós nos reconhecíamos como negros. Segundo Neusa Souza (2021, p. 115),

[...] ser negro é tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. [...] Ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.

A minha trajetória escolar foi em instituições públicas até a conclusão do Ensino Médio, por volta dos anos de 1980, período em que o contexto político no Brasil ainda era marcado pela ditadura. Sobre o sistema educacional e a educação infantil à época, Patto (2015) revela uma realidade observada durante sua imersão em uma escola da periferia de São Paulo, capital, que pode refletir outras situações similares, que resultam em evasões e reprovações, especialmente de crianças negras. As explanações das personagens das histórias narradas por Patto (2015) evidenciam o preconceito e o racismo institucional. Essas são situações com as quais me identifico, como a falta de estrutura, a carência de formação para os professores, a invisibilização de certos desafios e as condições precárias das escolas, especialmente considerando minha origem em um bairro da periferia do interior de São Paulo. Eu não tinha a compreensão de que estávamos em meio a práticas de racismo. De acordo com Ahyas Siss (2009, p. 2020),

Muito embora a dinâmica do racismo e da exclusão dos afro-brasileiros do ensino superior público tenha se modificado em relação àquela existente até meados dos anos noventa do século passado, e principalmente após a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida na África do Sul, em Durban, no ano de 2001, essa exclusão, ou a inserção precarizada dos afro-brasileiros no ensino superior, ainda é um fato inegável entre nós.

Nesse contexto, embora alheia à discussão acima, fui a segunda da família a ingressar no Ensino Superior, conforme a realidade local. Estudei em uma faculdade particular,

² A palavra negro nesta pesquisa se refere às pessoas que se declaram pretas e pardas, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

e fui a primeira a colar grau. O curso de Secretário Executivo foi o escolhido, pelo menor custo e o horário noturno, que me possibilitaram cumprir a jornada de trabalho. A intenção foi obter a graduação como meio de ser promovida no trabalho. Até então, os desafios eram entendidos como apenas financeiros e pensava que, com a conclusão do curso, outras oportunidades poderiam surgir.

Durante a faculdade, conquistei algumas realizações profissionais e aproveitei boas oportunidades. No entanto, enfrentei muitos desafios na graduação, inclusive insultos racistas, que, na época, eram resolvidos de forma individual. Eu sabia da existência do Movimento Negro, mas ele estava concentrado na capital, São Paulo.

Em 1988, o tema dos cem anos da abolição foi amplamente debatido no Brasil. Na cidade onde nasci, Aparecida/SP, um grupo chamado Raça foi formado por um conjunto de professoras negras, com a finalidade de reunir a comunidade negra local para refletir sobre essa importante data histórica. Embora não existam registros oficiais sobre o grupo, compartilho aqui essa experiência como uma memória pessoal, já que tive a oportunidade de participar dele.

Foi por meio desse grupo que tive meu primeiro contato com um livro sobre racismo, escrito por Joel Rufino dos Santos, em 1984. Nesse livro, o autor explora o conceito de racismo pelas narrativas que provocam reflexões e incentivam a reconstrução de pensamentos sobre os termos "raça" e "racismo".

No que se refere à discussão sobre raça/cor:

O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas (Gomes, 2005, p. 45).

O grupo Raça evoluiu e se tornou o Grupo de Cultura Namíbia. Naquela época, minha função era ajudar a mapear a evasão escolar no Ensino Fundamental II e colaborar na organização de discussões e eventos comunitários nos bairros, com um foco especial no combate à evasão de crianças negras.

Uma das tradições mais significativas na região de Aparecida, é a festa em homenagem a São Benedito, venerado como um Santo Negro. Esse evento mobiliza a cidade, atraindo devotos fervorosos e reunindo grupos de congada, moçambique e outras manifestações culturais afro-brasileiras. Embora a maioria dos participantes seja composta por pessoas negras, os organizadores são brancos, escolhidos pela Igreja Católica.

Nesse contexto, o grupo cultural Namíbia, formado principalmente por mulheres negras, simboliza a coletividade da comunidade negra em Aparecida. Sua principal intenção é participar anualmente da procissão em homenagem ao Santo Negro, o que proporciona uma representatividade significativa para a população negra e incentiva sua participação ativa na festividade.

Esse é um dos raros momentos em que católicos negros não apenas participam, mas também se tornam protagonistas, frequentemente atuando como anfitriões. Eles recebem romarias de congadas e moçambiques de outras cidades e estados brasileiros, ao lado da Irmandade de São Benedito, que simboliza a resistência, refletindo a continuidade na coordenação ao longo das gerações.

Nesse contexto, a narrativa da Festa de São Benedito e a história da comunidade negra costumam ser contadas a partir de perspectivas brancas, relegando os negros a papéis de protagonistas distantes ou, muitas vezes, omitindo-os completamente. Assim, revelam-se os traços do colonialismo, como a subalternidade: a procissão, que deveria ser um ato religioso, se transforma em um desfile de luxo para os reis, que tradicionalmente são acompanhados por um casal de negros e, à frente, por um casal de crianças negras carregando as coroas.

Figura 5 - Momentos da Festa de São Benedito



Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Entretanto, ainda assim, a festa de São Benedito é o único momento importante para a população negra, e em que há identificação dos participantes com os membros das mais diversas congadas.

Além disso, neste memorial, destaco que, ao longo dos anos, contraí matrimônio e fui designada como mãe da Dandara Freitas, assumindo, assim, um novo papel de cuidados e enfrentamentos, cujos detalhes não são pertinentes relatar neste contexto. Após cinco anos de casada (1999), devido às demandas de trabalho de meu esposo, mudamo-nos para Vitória, onde desempenhei minhas funções por sete anos na Mitra Arquidiocesana de Vitória. Em 2006, ingressei na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), que estava em expansão.

Em 2002, as ações do Governo Federal, impulsionadas pela pressão dos movimentos sociais negros que, incansavelmente, lutam pela constituição de uma política pública de igualdade e reparação e combate ao racismo, iniciaram as ações afirmativas nas universidades federais. Segundo Gomes (2017, p. 24),

O Movimento Negro, por meio de suas principais lideranças e das ações dos seus militantes, elegeu e destacou a educação como importante espaço-tempo possível de intervenção e de emancipação social, mesmo em meio às ondas de regulação conservadora e da violência capitalista. A educação não é um campo fixo e nem somente conservadora. Ao longo dos tempos é possível observar como o campo educacional se configura como um espaço-tempo inquieto, que é ao mesmo tempo indagador e indagado pelos coletivos sociais diversos.

Nesse contexto, a Ufes implementou o Plano de Expansão e Consolidação da Interiorização, resultando na ampliação dos *campi* de Alegre e São Mateus. O último foi transformado em Centro Universitário Norte do Espírito Santo (Ceunes), da Ufes, em 2005, onde foram estabelecidos nove novos cursos de graduação. Essa expansão demandou a contratação de professores e técnicos administrativos em Educação. Foi precisamente nesse cenário que, em 2006, iniciei minha trajetória como Técnica Administrativa em Educação (TAE) no Ceunes/Ufes, desempenhando o cargo de Secretária Executiva e atuando na função de Secretária Geral do Ceunes de 2006 a 2010.

Durante meu curso de graduação em Secretário Executivo, na Universidade de Taubaté (1987 a 1990), em uma instituição de ensino particular, percebi a falta de oportunidades para envolvimento em Iniciação Científica e participação em projetos acadêmicos. Após ingressar como servidora TAE na Ufes, essas experiências se tornaram viáveis. Reconheci a necessidade de aprofundar meu conhecimento nas atividades acadêmicas, o que me motivou a iniciar uma segunda graduação, em Letras, pelo Uniseb COC (2006 a 2010). Esse novo percurso me proporcionou uma maior familiaridade com as atividades de extensão e gestão universitária.

Durante meu trajeto como TAE no Ceunes/Ufes, em São Mateus, vivenciei momentos de grande significado. Inicialmente, participei de um curso promovido pela prefeitura local, sob a orientação da Professora Dra. Olindina Serafim, focado na história e cultura africanas e afro-brasileiras, além de colaborar com o grupo de Mulheres Negras de São Mateus/ES.

Em 2020, fui convidada a fazer parte do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Ufes (Neab/Ufes), onde exerço a função de membro do colegiado e coordenadora do programa de extensão “Afrodiáspora: Cultura e História Africana e Afro-Brasileira”.

Nesse período, participei ativamente de projetos de extensão, como "Produção de material educativo para prevenção da Covid-19 na comunidade quilombola" e "Ufes pela Ufes: ação comunitária em defesa da vida". Também contribuí com seminários organizados pelo Neab e outras iniciativas voltadas para ensino, pesquisa e extensão. Essas experiências foram fundamentais para me inspirar na elaboração do projeto submetido ao processo seletivo para o Mestrado Profissional em Educação.

Desse modo, minha dedicação à pesquisa é motivada por minha trajetória pessoal e profissional, alinhada ao compromisso com a educação antirracista e à promoção de uma educação equitativa e inclusiva.

Contudo, a partir da minha experiência como técnico-administrativa, reconheço que a implementação de políticas de ações afirmativas é essencial para desenvolver um trabalho junto aos estudantes. Isso contribui para as atividades de meio necessárias para cumprir o compromisso da Universidade, conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional

1.2 A UFES E AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Neste capítulo, buscamos oferecer um panorama conciso das ações afirmativas no Brasil e na Ufes. Essa política é primordial para a implementação de legislações governamentais que visam reduzir desigualdades e combater as discriminações. Sua relevância está ligada às ações de reparação pelos danos causados à população negra, sendo essencial para o bom desempenho acadêmico dos estudantes negros na universidade. Este estudo destaca essas questões, em função da sanção da Lei 12.711/2012, atualizada pela Lei 14.723/2023.

As políticas de ações afirmativas, procuram construir um futuro igualitário ao concorrer para a realização de justiça social. Elas são importantes para a promoção da diversidade dos espaços de poder e devem operar de acordo com as regras democráticas (Moreira, 2020, p. 709).

De acordo com Moehlecke (2002, p. 199), as políticas de ações afirmativas foram criadas em diversas regiões, como Europa, Canadá, África do Sul, Nigéria, Argentina, Cuba, Estados Unidos e Índia, entre outros. Essas iniciativas foram criadas para incluir grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros, pessoas com deficiência, idosos, indígenas e a comunidade LGBTQIAPN+, levando em consideração fatores como cor, raça, religião, língua e gênero, que dificultam o acesso a direitos enquanto cidadãos.

Embora a implementação das políticas de ações afirmativas varie de acordo com os países, Moehlecke (2002) abordou, em seu artigo, que a diversidade na implementação das políticas de ações afirmativas nos Estados Unidos serviu como uma referência para o Brasil. Iniciado em movimentos sociais contra as práticas trabalhistas, estendendo-se para a Educação, o acesso a universidades e serviço

público, tal movimento fez eliminar as leis de segregação racial, juntamente com o fortalecimento do movimento negro e o surgimento de lideranças negras.

Conforme Hédio Silva Júnior (2010), o princípio da isonomia ou da não discriminação está nas constituições brasileiras desde a primeira, em 1824, atestando, desde então, atitude insuficiente em relação à discriminação e ao repúdio ao racismo. Podemos concluir que a discussão sobre o tema remonta ao século XIX, embora, à época, a inclusão do negro nesse debate não fosse considerada.

Passados os anos, antes de o movimento negro reivindicar políticas de promoção da igualdade, ações afirmativas já eram implementadas para beneficiar outros grupos, sem gerar críticas ou resistência (Silva Júnior, 2010).

Em 1931, foi aprovada a lei de nacionalização do trabalho que na CLT (art.354) estabeleceu que dois terços dos trabalhadores nas empresas deveriam ser brasileiros. Essa abordagem no direito do trabalho introduziu ações afirmativas ao reconhecer o empregado como hipossuficiente, priorizando sua defesa judicial. Em 1968, a Lei de Cotas instituiu cotas nas universidades, reservando 50% das vagas para candidatos que eram agricultores ou filhos de agricultores. Em 1979, acordos de cooperação entre Brasil e países africanos, com a seleção de jovens para estudar em universidades brasileiras. A Constituição de 1988 também adotou cotas para pessoas com deficiência no setor público e privado, além de cotas para mulheres nas candidaturas partidárias e ações afirmativas em favor do consumidor, estabelecendo que o fornecedor deve provar a adequação do produto para consumo (Silva Júnior, 2010, p. 17-18).

Nessa perspectiva, segundo Domingues (2005), a luta dos movimentos negros, em vários segmentos da sociedade, foi marcada, em 1990, pela introdução do debate sobre ações afirmativas no Brasil. A autora afirma que há uma segregação racial não declarada. No entanto, o breve histórico sobre o surgimento de cotas e ações afirmativas nos leva a refletir sobre o papel da educação para a implementação de políticas públicas e a importância dos movimentos negros nas reivindicações para a adoção de políticas de promoção da igualdade para a população negra.

Um fato importante aconteceu em 20 de novembro de 1995, conforme aponta Silva Júnior (2010), quando esses movimentos se reuniram na “Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e pela vida” com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Entregaram um documento pactuado entre as principais lideranças negras. Foi uma ação unificada da militância que marcou a eleição da proposta de políticas de promoção da igualdade como tema de consenso das lideranças negras.

Outro acontecimento foi o resultado da “II Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas”, em Durban, África do Sul. Sob pressão do Movimento Negro, o governo lançou o Programa Nacional de Direitos Humanos em 2002 e, conseqüentemente, alguns Ministérios estabeleceram programas de ações afirmativas, como o de Desenvolvimento Agrário, o Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária, o Ministério de Justiça, o de Cultura e Comunicação. Na educação, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual Norte Fluminense adotaram o sistema de cotas e, em seguida, outras universidades também o fizeram, como a de Brasília (Domingues, 2005).

Nesse contexto, conforme Domingues (2005), a implementação das ações afirmativas decreta o fim do mito da democracia racial. Surge o debate sobre reparações das injustiças e atrocidades causadas à população negra e como se deve eliminar o racismo e romper a barreira do silêncio sobre o racismo no Brasil.

Entretanto, as discussões sobre essa política social também foram muito debatidas no Brasil. E as formações de grupos e de movimentos sociais foram fundamentais para o processo de luta contra a discriminação racial.

Nesse contexto, os antigos Quilombos e as revoltas representam formas de resistência e afirmação da população negra, além de um combate ao racismo, o que contribuiu para o surgimento do Movimento Negro Brasileiro³.

Nessa perspectiva, iniciamos a discussão sobre desigualdades, com a compreensão de que, embora desafiadoras, nossas conquistas dependem de estarmos em comunidades e da promoção de debates constantes. Assim, na contemporaneidade, instigar as percepções dos Técnicos Administrativos em Educação da Ufes e levá-los

³ “Do primeiro ponto de vista, o movimento negro nasceu em 1931, com a fundação da Frente Negra Brasileira; e abarcaria, em 1984, cerca de duzentos grupos e instituições, em 21 dos 23 estados brasileiros (84,7% das quais na região Sudeste/Sul)¹. A Frente Negra, nesta visão, aparece como convergência de variadas ações de protesto, reivindicação e mobilização da década de vinte - em São Paulo e Rio (então caminhando para um milhão de habitantes), Recife, Salvador e Porto Alegre; convergência sobretudo de fragmentária, mas intensa, ação jornalística². Da mesma forma, a fundação, em 1978, de um Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) teria sido o desfecho natural de um longo caminho ascendente, evolutivo, que (após o fechamento, em 1937, da Frente, por um ato de força) transitou por entidades recreativas, assistencialistas e culturais, em direção à organização explicitamente político-ideológica de hoje. Nesta visão, a complexa dinâmica das relações inter-raciais desembocou, necessariamente, numa organização dogmática, apta a travar o jogo político institucional” (Santos, J., 1985).

a refletir sobre a temática pode ser uma forma de combate ao racismo institucional de forma coletiva.

De acordo com Abdias Nascimento (2019), um dos principais nomes na história do negro no Brasil, ao visitar a Universidade de Ifé, na África, ele se considerou parte da comunidade e passou a incluir em suas preocupações a situação dos africanos na diáspora. No Brasil, segundo ele, os afro-brasileiros formam uma etnia encurralada pelo cerco do sistema de pressão que vai desde o preconceito e a discriminação velados, até a agressões culturais, violência econômica e de cunho policial ou institucional.

Contudo, a história do povo negro, que se arrasta desde o século XV, no Brasil, vem sendo combatida com o protagonismo dos movimentos sociais negros e, atualmente, com as políticas de ações afirmativas.

Nessa perspectiva, segundo Venturini e Barreto (2023), em 1983, Abdias Nascimento, quando foi Deputado Federal, apresentou o Projeto de Lei nº 1.332, para instituir a criação de mecanismos compensatórios para os afro-brasileiros e foi ignorado. Em 1988, passou a constar na Constituição Federal o compromisso de proteger a cultura negra e indígena, incluindo a posse de terras a indígenas e quilombolas.

Segundo Venturini e Barreto (2023), a discussão sobre políticas de ações afirmativas se acirrou quando ocorreram os preparativos para a Conferência de Durban, em 2001, com o surgimento de propostas para ampliar o acesso às universidades. A partir daí, foram várias as iniciativas para ações afirmativas, ampliando o acesso à educação, sem nenhuma ação do governo federal para cotas.

Em 2001, o governador do estado do Rio de Janeiro sancionou a Lei 3.708, que instituiu cotas de até 40% para a população negra no acesso às universidades do estado e à Universidade Norte Fluminense (UENF). Com isso, surgem as primeiras universidades públicas a adotarem o sistema de cotas.

Embora o governo de Fernando Henrique Cardoso fosse o momento em que o Brasil oficialmente se reconheceu um país racista, que resultou na implementação de um grupo interministerial para desenvolver uma política de valorização da população negra, culminando no lançamento da política nacional de direitos humanos, as

questões raciais não avançaram, exceto por conquistas dos movimentos sociais negros.

Após, em 2004, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal a instituir ações afirmativas e, em seguida, várias outras.

No estado do Espírito Santo, o papel do movimento negro na implementação de políticas de ações afirmativas corrobora lutas históricas dos movimentos contra o racismo, a discriminação racial e o movimento em favor da população negra. Conforme aponta Forde (2016, p. 177):

[...] no âmbito das produções capixabas, a mesma concepção foi encontrada nos cadernos 7 publicado pelo Centro de Estudos Cultura Negra – ES (CECUN-ES), em 31 de março de 1989, intitulado “Voto Negro Elege”. Dentre as suas reivindicações e proposições, acham-se: “Rompimento das relações políticas, econômicas, diplomáticas e culturais com os países que adotam o racismo [...]” (CECUN-ES, 1989, p. 9).

O movimento negro no Espírito Santo tem acompanhado as iniciativas dos movimentos nacionais, reconhecendo a educação como uma pauta central. Essa temática também se manifesta no espaço universitário, fortalecendo debates e ações voltados para a inclusão e a igualdade racial. Em 1980, o professor Cleber Maciel foi um dos pioneiros, no Espírito Santo, em trabalhar no campo de estudos afro-brasileiros e relações étnico-raciais de maneira engajada na práxis da militância negra, conforme cita Gustavo Forde (2016).

Considerando a presença marcante do Movimento Negro do Espírito Santo e tendo em vista as reivindicações no âmbito das instituições de ensino como reparação de danos causados para a população negra, podemos constatar, de acordo com atas do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe) da Ufes⁴, tentativas sem sucesso.

Diante disso, na ata do Cepe, disponível no *site* da Secretaria de Órgãos Colegiados Superiores da Ufes (Socs), durante a sessão de 14 de agosto de 2006, foi apresentada uma carta do responsável pelo Movimento Negro Pró-Cotas, que propunha a implementação de políticas de ações afirmativas para o vestibular de 2007. Na mesma reunião, também estava na pauta a proposta de adoção de políticas de inclusão social e ações afirmativas, que foi rejeitada por maioria.

⁴ Consultar: <https://daocs.ufes.br/cepe-atas-de-2006>.

Ainda sobre tentativas, em seis de setembro do mesmo ano, novamente no Cepe, alunos da rede pública de ensino e do Projeto Universidade para Todos solicitaram a autorização da plenária para fazerem algumas considerações acerca da adoção da política de cotas na Ufes, porém não houve nenhuma manifestação favorável.

Uma terceira tentativa ocorreu na sessão do Cepe do dia vinte de dezembro de dois mil e seis, quando uma conselheira, em meio à pauta para aprovação do projeto de resolução para o processo seletivo Ufes para curso de graduação, afirmou ser necessária a discussão do processo seletivo para inclusão social ética. Ela propôs a criação de uma comissão composta pela Pró-Reitoria de Graduação, sindicatos de escolas públicas e privadas, Secretaria de Estado da Educação, estudantes de escolas públicas e privadas, movimento negro e indígena. A intenção proposta pela conselheira foi abrir debates na Ufes para reflexões sobre interesses que a sociedade demanda. Outros fatos ocorreram, até a culminância da Lei 12.711/12.

Cumpre-nos destacar que, desde nosso ingresso como TAE, percebemos que a Ufes, assim como outras universidades federais, contava, em seu corpo discente, predominantemente, com pessoas das camadas sociais privilegiadas; daí a resistência para o acesso de outros estudantes.

A mudança desse quadro teve início na primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, com a implementação de políticas voltadas para a reparação dos danos causados à população negra no Brasil. Essas políticas e discussões sobre reparação foram ampliadas e intensamente debatidas no âmbito da Ufes.

Diante disso, pudemos constatar que, com resultado das mudanças promovidas pelo Governo Federal, a Ufes submeteu ao Ministério da Educação (MEC) o “Plano de Expansão e Consolidação da Interiorização”, que resultou na criação do Ceunes, pela Resolução 44/2005 (Ufes, 2005a), e na ampliação e consolidação do Centro de Ciências Agrárias (CCA) no sul do estado, pela Resolução 45/2005 (Ufes, 2005b). Esses esforços visavam atender aos anseios da sociedade capixaba, aumentando a oferta de cursos de graduação e vagas para ampliar o acesso e a permanência na educação superior. O plano também incluía a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas voltadas para a redução das desigualdades sociais no país, ampliando o número de

estudantes das camadas sociais menos favorecidas, contempladas dentro da política de ações afirmativas.

Nesse contexto, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil, empenhados na luta por uma educação de qualidade, equitativa e antirracista no estado, tensionaram e alcançaram a aprovação da Resolução nº 33/2007 (Ufes, 2007), pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe/Ufes). Essa resolução estabeleceu um sistema de inclusão social nos processos seletivos da Universidade para os cursos de graduação. Anos depois, como resultado dessas lutas e de uma política pública nacional de ações afirmativas, foi implementado o sistema de reserva de vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas, por meio da Resolução nº 35/2012 do Cepe/Ufes.

Segundo Sérgio Pereira dos Santos (2014), o modelo inicial de cotas implementado pela Ufes, que se fundamentava apenas no critério social (conforme a Resolução nº 33/2007), não era suficiente para enfrentar o racismo enfrentado pela população negra no contexto das relações raciais no Brasil. Após intensos debates promovidos por movimentos sociais e negros, foi sancionada a Lei 12.711/2012, posteriormente atualizada pela Lei 14.723/2023, que instituiu cotas para negros e indígenas, considerando a realidade específica dessas comunidades.

A Ufes, após meses de discussões envolvendo uma comissão de trabalho coordenada pelo Neab e com a participação de movimentos sociais, implementou integralmente o sistema de cotas, conforme estabelecido pela legislação, além de estabelecer uma nova comissão composta por especialistas para desenvolver políticas de ações afirmativas na instituição.

Em decorrência dessas iniciativas institucionais e dos debates sobre sua expansão, a partir da primeira turma admitida por meio das cotas, em 2008, houve um fortalecimento significativo no trabalho e na implementação das políticas de ações afirmativas na Ufes.

Diante disso, esse período foi marcado por tensões internas e externas à Ufes. Internamente, ocorreram manifestações de estudantes, principalmente dos cursos historicamente ocupados pelos estudantes oriundos de escolas particulares e de camada social mais favorecida economicamente. Fora da Ufes, as tensões foram

orquestradas pelos cursinhos pré-vestibulares e escolas particulares e também pelos movimentos sociais que buscavam manter a política.

Em resposta à Lei 12.711/2012 (Brasil, 2012), o Observatório de Políticas de Ação Afirmativa no Sudeste (Opaas) foi estabelecido, em 2014, com foco inicial no acesso e permanência de estudantes na Educação Superior da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Com o tempo, expandiu suas atividades para outras Universidades Federais, incluindo a Ufes. O Opaas se dedica, principalmente, à inclusão da população negra e de estudantes provenientes de escolas públicas nas Instituições Federais de Educação Superior (Ifes).

Conforme consta no site do Opaas/Ufes, em maio de 2015, foi criado o Observatório de Políticas de Ações Afirmativas (Opaas), vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (Neab), com a intenção de desenvolver políticas afirmativas específicas para a Universidade. Ainda que por um curto período, o Opaas desempenhou um papel fundamental como um espaço de apoio para membros da comunidade universitária e colabora com a Ouvidoria e a Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil (Propaes), anteriormente conhecida como Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci). Essa Pró-Reitoria tem a responsabilidade de promover e consolidar políticas destinadas aos pilares de assistência estudantil e ações afirmativas, para garantir a igualdade de oportunidades para os estudantes da Ufes.

Nessa perspectiva, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/Ufes) 2021/2030, que é um instrumento de gestão que norteia os caminhos a serem seguidos, cumprindo a missão e a visão para alcançar seus objetivos e metas, dando transparência às ações e mostrando para a sociedade a atuação da Ufes, deve capacitar os servidores e promover ações afirmativas no âmbito da gestão da Universidade. Esse plano aponta como um dos valores a “[...] defesa e respeito às diversidades étnico-raciais, de gênero, culturais, sociais e regionais de nossa população” (Ufes, 2021, p. 20).

O movimento em prol da realidade do povo negro, impulsionado por denúncias, análises e discussões entre estudiosos, pesquisadores e políticos negros, busca

caminhos para a superação e a diminuição das desigualdades raciais por meio de políticas de inclusão na sociedade brasileira.

Entretanto tendo em vista todas as ocorrências observadas e trazidas pelos pesquisadores, no que diz respeito ao ingresso dos estudantes negros na Ufes, a trajetória vem de longe e o tratamento com equidade pode ser parte das conquistas até aqui com o envolvimento de todos a partir de seus conhecimentos sobre os históricos que geraram a política que envolve todos na Universidade.

1.3 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS À PESQUISA

Como aporte teórico para fundamentar o estudo, buscamos autores que pudessem dialogar com nosso tema, a fim de problematizar o significado do reconhecimento da diversidade étnico-racial brasileira pela Universidade, especialmente por meio da implementação de políticas públicas, como a reserva de vagas para negros e outras políticas reparatórias e de reconhecimento.

Nesse sentido, Gonçalves e Silva (2001) destacam a importância do reconhecimento da diversidade étnico-racial no contexto universitário. Esse reconhecimento é essencial para a promoção de uma sociedade mais equitativa e justa. Kabengele Munanga (2003) complementa essa visão, ao afirmar que a igualdade também implica o respeito pela individualidade e diversidade étnica e cultural. Ele defende o direito de cada pessoa e cultura cultivar sua especificidade, argumentando que isso contribui para o enriquecimento da diversidade cultural da humanidade.

A implementação de políticas de ação afirmativa, como as cotas, é destacada por sua eficácia como instrumento de transformação social, especialmente no âmbito da mobilidade socioeconômica. Por isso, Munanga (2001) aponta que, a partir de experiências internacionais, essas políticas se mostraram rápidas e efetivas na promoção da igualdade.

Outra importante discussão para a pesquisa é a de Nilma Lino Gomes (2017), que ressalta o papel do Movimento Negro na reeducação e emancipação da sociedade, do próprio movimento e do Estado. Esse movimento tem sido fundamental na produção de novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana. A partir dessa premissa,

Gomes (2017), como educadora, enfatiza a importância de um olhar aberto à incorporação de novas reflexões e à construção de conclusões provisórias que incentivem o contínuo aprendizado e inovação.

O aporte teórico de bell hooks (2017) e de Ramón Grosfoguel (2016) interferiram diretamente em nossa perspectiva sobre a educação e a produção do conhecimento. hooks (2017) traz para o debate a ideia de uma educação libertadora, inspirada em Paulo Freire, e que busca transformar a educação em uma prática de liberdade. Grosfoguel (2016) aborda a questão da injustiça cognitiva, resultante do privilégio do conhecimento ocidental e do monopólio desse conhecimento, que desqualifica outras formas de saber.

Diante das políticas de ações afirmativas, surge o desafio do acolhimento. Para aprofundar esse conceito, dialogamos com Jacques Derrida, citado por Bastos, Rameh e Bitelli (2016), que oferecem uma perspectiva crítica sobre a necessidade de acolher a diversidade de maneira genuína e inclusiva, enfrentando os desafios estruturais e culturais que ainda persistem.

Com base nesses subsídios teóricos, buscamos construir uma análise crítica e abrangente sobre a inclusão e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na Ufes, destacando a importância das políticas afirmativas do acolhimento e da permanência desses estudantes durante o período acadêmico.

A partir dessa perspectiva, estabelecemos a pergunta central desta pesquisa: **qual é a percepção dos servidores técnico-administrativos em Educação (TAEs) sobre o processo de acolhimento e permanência dos ingressantes admitidos por ações afirmativas na modalidade de cotas raciais?**

Apesar da existência institucional da política de ações afirmativas, prevista no PDI/Ufes (2021), e da implementação pela Propaes, acreditamos que ainda há desafios significativos no acolhimento e na permanência dos estudantes negros admitidos por meio dessas políticas.

Além do objetivo geral de compreender as condições de acolhimento e permanência dos estudantes negros na Ufes, buscamos: 1. Analisar as políticas e estratégias utilizadas pela Ufes para promover o envolvimento e o sucesso acadêmico dos

estudantes negros; 2. Identificar as iniciativas e processos formativos oferecidos pela Ufes a partir de 2012, com a promulgação da Lei n.º 12.711/2012, que estabelece as cotas raciais nas universidades federais; 3. Desenvolver um material de apoio, na forma de uma campanha educativa de sensibilização, a partir de termos raciais direcionados aos TAEs, para viabilizar o acolhimento e melhorar as condições de permanência dos estudantes negros na Ufes.

Por meio desses objetivos, pudemos obter uma compreensão sobre as práticas institucionais e sobre as percepções dos servidores TAEs, visando promover um ambiente universitário mais inclusivo e equitativo para todos os estudantes.

1.4 OS CAMINHOS PERCORRIDOS PELA PESQUISA

Para conduzir esta pesquisa, utilizamos uma abordagem qualitativa, empregando o método participante e a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa foi realizada no *campus* de Goiabeiras da Ufes e abrangeu o período de 2012 a 2022.

Os participantes foram os servidores TAEs em exercício nas Secretarias dos Colegiados dos Cursos de Graduação. Identificamos aproximadamente 1.662 TAEs ativos nos Centros de Ensino do *campus* de Goiabeiras, incluindo aqueles que se autodeclararam negros, e a amostra foi definida a partir dos dados obtidos no *site* da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep/Ufes) e, dentre eles, TAEs que atuam diretamente com estudantes dos cursos de graduação no *campus* de Goiabeiras.

Outro grupo de interesse da pesquisa são os estudantes negros que ingressaram na Universidade por meio da reserva de vagas. Eles serão os maiores beneficiários, uma vez que o resultado da pesquisa poderá influenciar no ambiente acadêmico, transformando-o em equânime para sua permanência durante o período de estudo e contribuindo para o seu melhor desempenho acadêmico.

Para análise de dados, utilizamos a análise de conteúdo de Laurence Bardin (2021), seguindo as etapas da análise temática.

Como pressuposto deste estudo, partilhamos a ideia de que para um indivíduo fazer parte de novo grupo, chega trazendo consigo sua cultura, suas tradições e costumes.

A dificuldade dos grupos sociais em lidar com essas diferenças faz surgir o preconceito racial, as atitudes racistas e a desigualdade racial.

O texto está organizado em introdução, três capítulos, considerações finais e o Produto Educacional (Apêndice E). Na introdução, apresentamos um memorial que explora as implicações pessoais, sociais e acadêmicas da pesquisa, as ações afirmativas, as contribuições teóricas, o caminho percorrido, os objetivos e o problema central da pesquisa. A importância desta pesquisa para a instituição reside em seu propósito de promover uma educação antirracista, incentivando o aprendizado e a reflexão por meio de uma campanha formativa de sensibilização, a partir de termos raciais, a ser disponibilizada nos murais nos colegiados dos cursos de graduação.

No primeiro capítulo, serão apresentadas as bases teórico-metodológicas da pesquisa, que adota uma abordagem qualitativa, com características de estudo de caso, e utiliza a técnica de entrevista semiestruturada. O campo de estudo compreende os Colegiados de Cursos e/ou as Secretarias Únicas de Graduação. Os sujeitos da pesquisa são servidores técnico-administrativos em Educação que desempenham suas funções nos mencionados setores. A análise dos dados será realizada por meio da análise temática de Bardin.

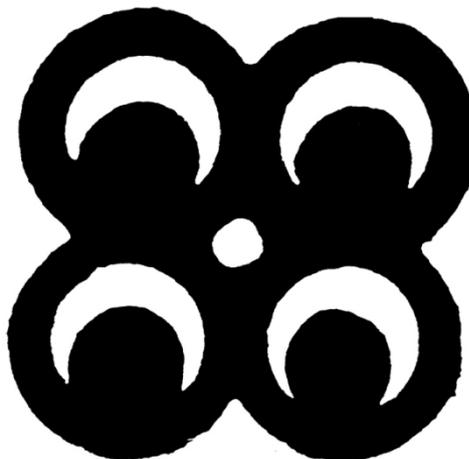
No segundo capítulo, a revisão de literatura aborda pesquisas que exploram temas relacionados aos descritores, como ações afirmativas, ensino superior, permanência e racismo institucional. Identificamos uma lacuna significativa na literatura de estudos específicos sobre essa temática, especialmente no que se refere aos servidores técnico-administrativos em Educação.

No terceiro capítulo, contextualizamos a pesquisa, considerando a pergunta central, e reunimos os dados, tendo em vista o objetivo geral. Analisamos os dados em relação às percepções e respostas obtidas nas entrevistas semiestruturadas.

Nas considerações finais apontamos o direcionamento para ampliação da discussão, tendo em vista que, no âmbito da Universidade, transitam os professores, aqueles que estão diretamente ligados aos estudantes, e um olhar desse grupo para a temática poderá proporcionar um acolhimento simbólico e a permanência do estudante negro, com harmonia, durante seu período acadêmico na Instituição. Seguem-se as referências, os apêndices e os anexos.

2 PERCURSO TEÓRICO/METODOLÓGICO

Figura 6 - Mate Masie⁵



Fonte: Nascimento e Gá (2022, p. 100).

Neste capítulo, são examinadas as noções de acolhimento, bem como os termos e conceitos associados a raça, racismo, racismo institucional e ações afirmativas, conforme a discussão feita por pesquisadores das ciências sociais. Ao investigar as percepções sobre o estudante negro na Universidade, foi necessário compreender os conceitos de acolhimento, raça e racismo e outros termos raciais, já mencionados, elucidando os significados desses termos e propondo sua ressignificação.

Reportamo-nos também a ações do Governo Federal e à adesão da Ufes ao Plano de Expansão e Interiorização das Universidades (2005) e ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni/2008), resultando em um notável aumento no acesso de estudantes ao ensino superior na Ufes, destacando a necessidade imperativa de implementação de políticas públicas.

A partir da implementação das cotas sociais, em 2007, e da introdução das cotas raciais, em 2012, por meio da Política Nacional de Ações Afirmativas, as universidades públicas se viram compelidas a adotar políticas que são essenciais para as diversidades que caracterizam o ambiente universitário. Tais medidas são igualmente

⁵ A frase *mate masie* significa "eu entendo", ou também "o que eu ouço, eu entendo", querendo dizer que a sabedoria também está na habilidade de ouvir o outro. Ntesiematemasié. Eu ouvi e Guardei. Símbolo da sabedoria do conhecimento e da prudência (Nascimento e Gá, 2022, p. 100).

essenciais para apoiar, de maneira contínua, a jornada dos estudantes negros desde o ingresso na instituição.

Conforme afirma Munanga (2001), as ações afirmativas têm o objetivo de atender aos grupos discriminados e excluídos, oferecendo um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens decorrentes de sua condição como vítimas do racismo e de outras formas de discriminação. Portanto, é de extrema importância não apenas implementar, mas também manter essa política para favorecer a existência do pertencimento dos estudantes negros que ingressam na Ufes.

Considerando o escopo desta pesquisa, é necessário definirmos o conceito de acolhimento, para promover a permanência do estudante na Universidade.

Sobre a questão, Silva, Feitosa e Cord (2022) argumentam que trabalhar com o processo de acolhimento implica reconhecer a importância de implementar ações que mobilizem intencionalmente diversos recursos cognitivos, técnicos, éticos e estéticos junto aos estudantes e outros agentes educacionais. Segundo Jesus (2013), citado por Silva, Feitosa e Cord (2022), é crucial estabelecer espaços de acolhimento para os estudantes, que funcionem como locais de inclusão, reflexão e criatividade, promovendo a convivência entre grupos diversos e enfrentando o preconceito.

Os autores acima enfatizam que o acolhimento é um fator importante para que o estudante que ingressa na Universidade se sinta reconhecido. Os jovens que entram no ambiente universitário trazem consigo a expectativa do ensino superior. Durante esse período de adaptação, muitas vezes, eles podem estar tão envolvidos na emoção da conquista que não percebem as dificuldades iniciais. Além disso, os estudantes provenientes das periferias, predominantemente negros, carregam histórias marcadas por dificuldades financeiras e pela falta de orientação educacional de seus pais ou responsáveis, especialmente no que diz respeito à organização de documentos e contas bancárias, aspectos fundamentais para comprovação de opção por cotas.

Para Bastos, Rameh e Bitelli (2016), a relação entre acolhedor e acolhido, a partir de Derrida, é apontada como uma inovação teórica para o processo de reconhecimento e aceitação do outro no ato de acolher. Segundo Grabois (2013), Derrida explica que

é a partir da feminilidade de Lévinas⁶ que se define o acolhimento por excelência, o acolher ou a acolhida da hospitalidade absoluta. Ele torna ainda mais nítido ao dizer: “O acolhimento, origem an-árquica da ética pertence a dimensão da feminilidade e não à presença empírica de um ser humano do sexo feminino” (Derrida, 2008, p. 60 *apud* Grabois, 2013, p. 136).

Nesse contexto, a perspectiva de Derrida nos permite refletir sobre o conceito de acolhimento nesta pesquisa. Ao ingressar na Universidade, o estudante negro entra em um ambiente historicamente moldado para o estudante branco, que é considerado como parte natural desse espaço; enquanto a presença de corpos diferentes não é naturalizada, especialmente nos cursos mais elitizados.

Segundo Grosfoguel (2016), a inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é realidade e o que é melhor para os demais.

Para Negreiros (2023), nessa perspectiva de complexidade, compreende-se que a filosofia africana traz em si subjetividades possíveis para a conectividade humana e pode transformar fronteiras em espaços de diálogo, de acolhimento e de pluralidades.

Pensamos que o acolhimento do qual falamos é o simbólico, que dialoga com a filosofia africana e com o que entendemos ser ubuntu⁷.

O ambiente da Ufes é plural, tendo em vista a composição de pessoas de diversas origens sociais; percursos escolares diferentes; declarados negros, indígenas,

⁶ Para o filósofo Emmanuel Lévinas, o **feminino** remete ao outro, a uma dimensão humana que é dita através dessa metáfora, **trazendo à tona, na subjetividade**, a própria **multiplicidade e a diferença em si mesma** (Menezes, 2008)

⁷ “A palavra Ubuntu, de origem zulu, [...] é a junção de duas outras palavras: ‘ubu’ e ‘ntu’, que conectam humanos entre si e entre humanos e não humanos, constitui-se enquanto ontologia e epistemologia que conecta e relaciona pessoas com outras pessoas, com a natureza, a realidade e tudo que existe: Trata-se de duas palavras em uma, a saber: ‘ubu’ e ‘ntu’. A Primeira está associada a uma ontologia, aos fundamentos da realidade, e a segunda a uma epistemologia, à possibilidade de conhecer tudo que existe. Em uma primeira acepção, portanto, o ubuntu é uma ontologia e uma epistemologia, expressando o conjunto da realidade e de como podemos conhecê-la. Mas ele também significa a pessoa tomada em abstrato. A palavra ‘bantu’ significa pessoa, mas quando queremos falar da pessoa de modo abstrato, usamos ‘ubuntu’, que nos leva a pensar a noção de humanidade, como conjunto das pessoas. Então, a primeira acepção de ubuntu é o conjunto da realidade, de tudo o que existe e que pode ser conhecido, enquanto a segunda é o conjunto das pessoas, a humanidade. E os humanos vivem sempre relacionados como outras entidades cósmicas não humanas” (Kakozi, 2018 *apud* Negreiros e Sampaio, 2024, p. 28).

quilombolas, LGBTQIAPN+, brancos etc. O necessário respeito pela diversidade e o acolhimento com afetividade poderão resultar no sentimento de pertencimento para esses estudantes que hoje já compõem mais de 50% do público atendido pelas universidades públicas.

Além dos conceitos acima, segundo Munanga e Gomes (2016), preconceito racial é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de uma religião ou mesmo indivíduos constroem em relação ao outro.

O preconceito racial se naturalizou de tal forma, em muitos casos, que demonstra ser natural e imperceptível. Para perceber o impacto desse preconceito, é preciso estar em uma posição que torne visíveis as diferenças, como: ter a melanina acentuada, cabelos crespos, usar trajes coloridos ou vestimentas que caracterizam as religiões tradicionais de matriz africana. No Brasil, na maioria dos casos, pessoas com fenótipo racial negro são as que mais são alvo de tal situação.

Para Munanga (2001), as ações afirmativas visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devido a sua situação de vítima do racismo e de outras formas de discriminação. Ao fazer comparação com os Estados Unidos, Munanga (2001) disse que qualquer proposta de mudança em benefício dos excluídos jamais receberá apoio unânime.

Na Ufes, o processo de reversão da exclusão foi um compromisso assumido por meio do PDI. Esse plano visa defender e respeitar a diversidade étnico-racial, de gênero, cultural, social e regional da nossa população, comprometendo-se coletivamente com a pluralidade, acessibilidade, ações afirmativas, democratização do acesso e permanência estudantil, entre outros valores estabelecidos (Ufes, 2021).

Apesar dos esforços na implementação de políticas, conforme as legislações governamentais, há ainda diversos pontos de discussão. Esses pontos não satisfazem completamente os estudantes negros, que continuam enfrentando desafios significativos para se sentirem plenamente integrados e dignificados como estudantes universitários.

Considerando a discussão em torno da lacuna identificada, é crucial que essa política institucional aborde, de maneira efetiva, o fenômeno das desigualdades sociais. Neste

estudo, focamos especificamente o racismo institucional, que tem impacto direto na permanência dos estudantes negros, pois aqueles que conseguem permanecer muitas vezes enfrentam dificuldades significativas de integração e pertencimento.

Os instrumentos para promover a permanência incluem políticas de assistência estudantil, constantemente atualizadas, conforme as normas legais e institucionais, e em resposta à pressão de Movimentos Sociais Negros e outras entidades que combatem a desigualdade e a discriminação racial. Essas políticas visam reparar os danos históricos e atuais causados à população negra.

Embora tenham sido ampliados os recursos materiais e financeiros, sua insuficiência é evidente. De acordo com informações disponíveis no *site* da Propaes, os auxílios incluem o Auxílio Permanência Unificado – destinado a garantir direitos essenciais, como alimentação, moradia, transporte, cultura e esporte –, além de auxílios específicos, como educação infantil, material didático de alto custo e acesso ao estudo de línguas estrangeiras.

Portanto, há uma lacuna, tendo em vista o recurso insuficiente do Governo Federal para a educação significativa, no que diz respeito ao acolhimento e à promoção da permanência desses estudantes. Com as ações afirmativas, eles podem se sentir verdadeiramente integrados à instituição, indo além das medidas de assistência estudantil.

As ações afirmativas no recorte racial representam uma política que, se efetivamente implementada, proporciona ao estudante condições que possibilitam sua permanência. Portanto, entende-se que é importante ampliar conhecimentos sobre as temáticas raciais e a compreensão dos termos e conceitos que geram o racismo institucional.

A discussão sobre ações afirmativas é antiga e continua como se fosse algo muito distante, e também é desafiador falar a respeito sem parecer ou ser denúncia.

A intenção no produto deste trabalho é sensibilizar os sujeitos, de modo que eles tenham interesse e também um olhar para si, a fim de refletirem sobre sua percepção em relação às questões raciais.

Após cursarmos a disciplina Educação das Relações Étnico-Raciais e fazermos acompanhamento de políticas do Governo Federal para a educação, no exercício do cargo de Secretária de reuniões e fóruns de discussões no âmbito da Universidade, percebemos a necessidade de acolhimento e permanência desses estudantes negros e de pensarmos sobre procedimentos para que o atendimento fosse transformado, com o acesso dos TAEs aos conhecimentos sobre a história africana e afro-brasileira e de conhecimentos produzidos pela população e por pesquisadores negros.

Diante disso, tendo em vista nossa presença, a passagem dos nossos ancestrais por aqui, mesmo contra a vontade, contribuiu fortemente para a construção desse país. O conhecimento da cultura do povo negro é necessário para que sejam reconhecidos pela tamanha contribuição deixada por onde passaram.

Entretanto, nos anos de 1950, o modelo da boa convivência racial no Brasil foi desmistificado por pesquisas coordenadas por Florestan Fernandes e Roger Bastide, envolvendo outros especialistas no tema que, ao fazerem parte de um estudo encomendado pela Unesco⁸, apresentaram a seguinte conclusão:

Como vimos, o Brasil aparecia como modelo de boa convivência racial e os grandes embaixadores do tema Freyre e Pierson, que defendiam um certo "mulatismo" da cultura brasileira e a ausência de conflito. E, se o objetivo da instituição era confirmar a existência do verdadeiro paraíso racial, as conclusões de Fernandes e Bastide vieram desautorizar o consenso. Na visão teórica desses dois estudiosos, as relações raciais passam a ser entendidas como estruturas sociais e modelos de exclusão impasses efetivos para que o país construísse uma ordem democrática e promovesse a integração efetiva (Fernandes *apud* Schwarcz, 2007, p. 17).

Nessa perspectiva, estudos sobre a educação e as questões raciais fazem compreender as desigualdades estruturais presentes no sistema educacional, carecendo de estratégias para a promoção de uma educação mais inclusiva e equitativa.

Nesse sentido, as ações afirmativas e o compromisso institucional como uma política foram primordiais para a Universidade, tendo em vista as opiniões contrárias às manifestações internas e externas contra as cotas.

⁸ No contexto do pós-guerra, o Programa Unesco sobre as relações raciais no Brasil foi criado em 1949, após a 4ª Conferência de Paris, e buscava, por meio de pesquisas sociológicas, fazer estudos em países onde não havia segregação e ódio racial, sendo o Brasil, a princípio, um exemplo a ser seguido (Peixoto, 2022).

Persistindo com novos formatos de ações, como uma campanha formativa e de sensibilização a partir de termos raciais, como forma de educação extra sala de aula, trazemos a discussão para dialogarmos com os TAEs sobre suas percepções a respeito das questões raciais. Percebemos que tal discussão e/ou informação não chegou até eles, e a visão sobre relações raciais é aquela trazida pelo colonizador.

As políticas de ações afirmativas não são criações novas, e o movimento negro foi imprescindível para a aplicação dessa política no recorte racial, tendo em vista a assistência estudantil para a permanência desses estudantes nas Universidades.

A caminhada do movimento negro vem de uma estrada longínqua e, segundo Gomes (2017), é sempre importante retomar o papel da Frente Negra, que surgiu em São Paulo, em 1931, com a intenção de se tornar uma articulação nacional para a promoção da educação e entretenimento de seus membros, além de criar escolas e cursos de alfabetização para crianças, jovens e adultos. É necessário voltar diversas vezes ao passado para compreendermos os fatos atuais e, em alusão a essa necessidade, usamos a ilustração do Sankofa no início do primeiro capítulo.

O movimento negro é mesmo educador, conforme aponta Gomes (2017, p. 38):

O Movimento Negro ressignifica e politiza a raça compreendendo-a como construção social. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre a relação étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana.

Segundo Gomes (2017), o conhecimento emancipatório e aberto a novas reflexões é fascinante pela liberdade a novas reflexões, com conclusões abertas a mudanças que resultam em práticas sociais. Nesse sentido, “[...] no Brasil a escola pública, é o resultado de uma luta popular pelo direito à educação” (Gomes, 2017, p. 134).

Entretanto, as cotas raciais como medida de reparação histórica para lidar com as desigualdades raciais na educação têm como protagonista as ações afirmativas. Na Ufes, foi um tema amplamente discutido no âmbito da Universidade, em 2006 e 2007, resultando apenas nas cotas sociais, efetivando-se apenas com a Lei Federal em 2012. O que se percebe é que as questões raciais ficam aquém dos interesses dos brancos, exceto quando é para mascarar o racismo.

Considerando que esta pesquisa visa colaborar com a construção de uma educação antirracista, Gomes (2017) contribui para a compreensão e a promoção da igualdade racial, concentrando-se na valorização da diversidade étnico-racial, na construção de estereótipos e preconceitos e na promoção de políticas e práticas educacionais que reconheçam e respeitem a pluralidade cultural do país.

Os estudos étnico-raciais buscam analisar as relações sociais, históricas e culturais que envolvem as diferentes etnias e raças e visam combater o racismo estrutural, promover a equidade e valorizar as contribuições dos negros.

No entendimento do diálogo entre os autores Munanga e Gomes (2016), a implementação da política de cotas é uma forma de compensar as desigualdades históricas e estruturais, como já mencionado. Com suas análises críticas, eles nos mostram a persistência em discutir os termos e conceitos que problematizam as questões raciais.

Segundo Munanga (2010, p. 1),

[...] ouvimos falar ou lemos algo sobre manifestações de racismo que aconteceram na história da humanidade, cujas lembranças estão frescas na memória de algumas gerações entre nós. Essas manifestações são as mais conhecidas, pois são mais notificadas e popularizadas em nosso país e em nossa educação. [...], o maior problema da maioria entre nós parece estar em nosso presente, em nosso cotidiano de brasileiros e brasileiras, pois temos ainda bastante dificuldade para entender e decodificar as manifestações de racismo.

Assim, ainda segundo Munanga (2010), o que se ouve, cotidianamente é que “eu não sou racista”. O autor chama de mito da democracia racial brasileira, a crença.

Segundo Fanon (2020), o racismo internalizado afeta a autoimagem e a autoestima do negro, sua luta pela identidade individual e coletiva e a necessidade de resistência em reação às imposições do colonizador.

Para Munanga (2010), racismo, além de complexo e dinâmico no tempo e no espaço, é múltiplo e diversificado, daí a dificuldade de traduzi-lo por uma única definição e atribuí-lo a problemas sociais. Ele diz que

O fenômeno chamado racismo tem uma grande complexidade, além de ser muito dinâmico no tempo e no espaço. Se ele é único em sua essência, em sua história, características e manifestações, ele é múltiplo e diversificado,

daí a dificuldade para denotá-lo, ora através de uma única definição, ora através de uma única receita de combate (Munanga, 2010, p. 2).

Os estudos sobre raça possuem abordagens de vários estudiosos de diferentes perspectivas teóricas. No contexto dos sociólogos, a definição de raça pode variar, mas muitos concordam que raça não é uma categoria biológica, e sim social.

Nos escritos de Munanga (2020), por exemplo, raça é uma categoria socialmente construída, que historicamente foi utilizada para justificar hierarquias de poder e privilégios.

Os estudiosos destacam que as diferenças raciais são resultado de processos históricos, políticos e culturais, e não características biológicas inerentes. Eles enfatizam também a importância de considerarmos o impacto do racismo e das desigualdades raciais na vida das pessoas, bem como a necessidade de políticas de ações afirmativas para promover igualdade e justiça social.

Nesse contexto de justiça social, para bell hooks (2017), racismo é um sistema de opressão que permeia todas as esferas da sociedade, influenciando relações interpessoais, estruturas institucionais e uma cultura geral. Racismo não se limita a atos individuais de preconceito, mas é um sistema complexo de poder que privilegia a branquitude em detrimento de pessoas racializadas.

bell hooks (2017) é conhecida como mulher negra, ativista em relação a gênero e raça e, segundo ela, o racismo está enraizado em estruturas políticas, econômicas e sociais. Não é apenas a questão de discriminação pessoal. A autora destaca a importância de analisar as interseções entre raça, gênero e classe na compreensão e na luta por justiça social.

Nessa perspectiva, o racismo continua a existir e a implementação de políticas de ações afirmativas intenta promover conscientização e ação coletiva, visando criar uma sociedade mais equitativa e inclusiva para todas as pessoas, independentemente de sua raça ou origem étnica.

Diante do racismo institucional, aprofundar as práticas de ações afirmativas, conforme discutido pelos autores estudados, é considerado um passo importante para enfrentar a discriminação racial, que não só prejudica o processo de aprendizado, mas também

dificulta o acesso dos estudantes a espaços cruciais para sua formação, como laboratórios e núcleos de estudo, afetando sua permanência na Universidade.

As ações afirmativas possibilitam o acolhimento institucionalizado e concreto, podendo ser acrescido do acolhimento simbólico por parte dos servidores TAEs que atuam nos Colegiados dos Cursos, principalmente. Para a pesquisa, o termo acolhimento aponta as características ou um tipo de condução no ato de recepcionar, atender e assessorar o profissional do secretariado. Na caminhada dentro da Universidade, as atribuições profissionais poderiam vir acrescidas de uma formação que agregasse esse tipo de acolhimento, tendo em vista o ingresso de estudantes negros e a história do negro no Brasil.

Diante disso, pode parecer repetitivo trazer para esta pesquisa tais termos e conceitos. Porém, a ideia é que envolva os TAEs e que eles sejam protagonistas nessa formação, visando à desconstrução de algumas formas de pensar que se fortalecem pelo senso comum.

Com a lei de cotas, cresceu o número de estudantes negros nas instituições de ensino e, com isso, a diversidade racial. Segundo Gomes (2017), a diversidade é algo belo, que dá sentido à nossa existência. Sabemos que, na prática, no jogo das relações de poder, as diferenças socialmente construídas e que dizem respeito aos grupos sociais étnico-raciais menos favorecidos foram naturalizadas e transformadas em desigualdades.

Entretanto, os estudiosos têm indicado situações e meios para a educação antirracista em meio às comunidades acadêmicas plurais. O acervo de materiais sobre a temática cresceu e está acessível. A lacuna está no uso desse material de forma mais efetiva na instituição.

A permanência, além das ações materiais, carece da ampliação de políticas da permanência, que poderá ser acrescida a um movimento de toda a Universidade e envolvendo os TAEs, cuja atribuição de todos os cargos inclui ensino, pesquisa e extensão, que também é um pressuposto previsto no PDI/Ufes.

De acordo com Bento (2022, p. 18), com o fenômeno da branquitude,

As instituições públicas e privadas da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistemas de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação.

Como TAE e negra, mesmo fazendo parte desse senso comum sobre questões raciais, compreendemos ser urgente a ampliação dessa discussão e a persistência, considerando que o silêncio pode ser utilizado para ocultar a desigualdade racial. Parece que há falta de vontade de ouvir, que o Movimento Negro é educador e que tem muito a ensinar a todos.

A educação é o campo escolhido para as reflexões aqui realizadas devido ao fato de ser um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não homogêneos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiras (Gomes, 2017, p. 24).

Na vivência até aqui, destacamos o período na Universidade, em que podemos obter o conhecimento acadêmico, além da prática profissional, e experimentar o momento em que os frutos das ações dos movimentos sociais e negros foram implementados na Universidade, a partir das políticas do Governo Federal. Convictos do nosso papel, acreditamos na possibilidade de contribuir para a efetiva execução das ações afirmativas com recorte racial.

Nessa perspectiva, é evidente que o pacto da branquitude está presente e o rompimento requer persistência na desconstrução de concepções naturalizadas sobre o branco e o negro. Por isso, podemos refletir sobre os caminhos percorridos neste trabalho, destacando a relevância da proposta para ações afirmativas numa atuação de forma simbólica na Universidade, especialmente no que diz respeito à capacitação dos TAEs sobre questões relacionadas aos negros na instituição.

Justifica-se pela necessidade de ampliar as políticas de ações afirmativas em todo o percurso do estudante, durante sua graduação e fora da sala de aula, para que ele possa se sentir pertencente à instituição, a ponto de usar, sem ressalvas, todos os benefícios e espaços fora da sala de aula que a Universidade oferece.

Para o estudo sobre o acolhimento, reportamo-nos a Abdias do Nascimento (2019), um dos autores que denuncia a política de miscigenação como caminho para o massacre do povo negro. O autor se refere ao escritor negro brasileiro como inexistente e diz:

Os motivos? A resposta é simples, devido ao racismo. Um racismo do tipo muito especial, exclusiva criação luso-brasileira: difuso, evasivo, camuflado, assimétrico, mascarado, porém tão implacável e persistente que está liquidando os homens e mulheres de ascendência africana que conseguiram sobreviver ao massacre praticado no Brasil (Nascimento, 2019, p. 34).

Nesse sentido, entendemos que a Resolução nº 01/2004, coordenada por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, em que houve a alteração da LDB e a inserção da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas brasileiras, deu continuidade à luta pelo direito do povo negro no Brasil e eco ao objetivo do movimento social negro, tendo em vista o reconhecimento do Brasil como país racista.

Diante disso, o estudo tem seu foco na Lei de Cotas, que foi atualizada em 2023 pela Lei 14.723/2023, que reformula e amplia o sistema de cotas no Ensino Superior federal (Brasil, 2023).

Sabe-se que as universidades federais adotaram as cotas por lei, e o que as sustenta e mantém são os movimentos sociais negros. Os resultados são desafiadores e as lutas desses grupos são constantes. No caminho de luta pela mobilização e conscientização de seus membros, grandes vítimas da sociedade, os movimentos sociais encontram numerosos obstáculos, como a inércia e as forças das ideologias e das tradições passadas e presentes, entre outros (Munanga, 2020).

Nesse sentido, ações afirmativas com recorte racial têm como desafio a assistência estudantil, para manter esses estudantes até a conclusão do seu período de formação acadêmica. Considerando que as conquistas até aqui foram estudos e discussões sobre o acesso à Universidade, em relação ao acolhimento e permanência, ainda se tem uma lacuna.

A partir dessa perspectiva, o mito da democracia racial continua mascarando o relacionamento cordial, e a política de ações afirmativas avança pouco. O combate ao racismo institucional precisa envolver também a população branca, reforçando a ideia de que a educação antirracista na Ufes precisa envolver toda a comunidade acadêmica.

Dentro da ideia de acolhimento e permanência, é importante discutir com os envolvidos a noção de permanência simbólica, bem como os estudos e pesquisas sobre ações afirmativas, que vão além das ações de apoio material. Nesse sentido,

a pesquisa visa construir conhecimento científico que tenha como destaque as ações práticas para desenvolver o pertencimento dos estudantes negros.

Na discussão proposta, temos em vista os conceitos de ações afirmativas e racismo institucional, ensino superior e permanência, para pensarmos e construirmos conhecimentos a partir desses fenômenos. Buscamos a fundamentação básica para nossa questão nesta investigação em Gomes (2017), Grosfoguel (2016), Fanon (2020), Hall (2022), Munanga (2020). Nessa perspectiva, entendemos que são conceitos indispensáveis para uma formação sobre história e cultura afro-brasileira e africana.

Por volta do século XVI, povos do continente africano foram sequestrados e trazidos para o Brasil, da forma mais violenta possível, no trato de seres vivos, para servirem de mão de obra; além de servirem como moeda de troca devido à condição de pessoas escravizadas em que foram colocados. Eles trouxeram consigo suas culturas, crenças, religiosidades e seus ricos conhecimentos e, apesar das condições a que foram submetidos, desempenharam um papel importante na construção sociopolítica e econômica do Brasil (Munanga; Gomes, 2016).

Nesse sentido, segundo Munanga e Gomes (2016, p. 19), “[...] para entender nossa história e nossa identidade é preciso começar pelo estudo de todas as matrizes culturais: indígena, europeia, africana, árabe, judia e asiática”. Entretanto, nesta pesquisa, detivemo-nos ao recorte racial negro.

Conforme ressalta Grosfoguel (2016), considerando que raça foi o primeiro critério que recebemos quando fomos identificados pelo europeu como o diferente, hoje tema de muitas discussões, trataremos também aqui como conceito político e ideológico. Nesse sentido, concordamos com Munanga e Gomes (2016), que rejeitam a ideia de que existam raças superiores e inferiores. Esses e outros pesquisadores e estudiosos dão um novo significado ao termo raça, relacionando-o ao reconhecimento da diferença entre grupos humanos, sem atribuir qualidade positiva ou negativa ao reconhecimento da condição, das origens ancestrais e identidades próprias de cada um deles.

Para Munanga e Gomes (2016), o conceito de raça ainda permanece no imaginário coletivo e a hierarquização conduz ao racismo que, segundo ele, é uma ideologia que provoca a divisão e sustenta as nossas desigualdades.

Nesse contexto, Grosfoguel (2016) nos provoca a pensar sobre os conceitos apresentados em seu artigo, que trata das invasões das Américas (século XVI) e do genocídio/epistemicídio provocado por europeus de cinco países. Segundo o autor, um dos problemas para o mundo contemporâneo é o racismo/sexismo, além do privilégio epistêmico do homem ocidental, como o monopólio de projetos imperiais, gerando injustiças cognitivas.

Segundo Grosfoguel (2016), a reconstrução da história dos povos africanos pode oferecer compreensão de situações contemporâneas enfrentadas pela comunidade negra, como a violência, que desconsidera a dignidade humana. O genocídio dos povos considerados inferiores e não humanos teve início com o apoio da instituição da igreja, cujos teólogos, na época, atuaram como mentores, dando suporte e legitimando tais práticas. O tratamento sem escrúpulos visava ao rendimento trazido pelo capitalismo, desumanizando as pessoas negras do continente africano, transformando-as em mão de obra barata e as colocando como não humanas, ou não visíveis, simplesmente como o negro, o preto ou o *black*.

Neste sentido, segundo Fanon (2020, p. 126), “[...] a ontologia, quando se admite de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não nos permite compreender o ser negro”. No que diz respeito à linguagem, é “[...] um dos elementos de compreensão da dimensão para-outrem do homem de cor, tendo em mente que falar é existir absolutamente para o outro. O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco” (Fanon, 2020, p. 31), considerando o colonialismo.

Mas, uma vez percebida essa situação, uma vez compreendida, supõe-se que a tarefa esteja cumprida... Como então voltar a ouvir, despencando pelos degraus da História, esta voz que diz; “a questão não é mais conhecer o mundo, mas transformá-lo”? (Fanon, 2020, p. 31).

Nessa perspectiva, o estudante negro, ao acessar a Universidade, pode se deparar com o desconhecido e com a falta de referências pessoais nos espaços. E, sem o conhecimento para identificar as suas necessidades, tendo em vista suas origens e as histórias preconcebidas pela cultura europeia que nos formaram até aqui, permanecem sem serem vistos e, no silêncio, sofrendo discriminação racial.

Isso nos faz lembrar Fanon (2020, p. 125):

[...] encerrando nessa objetividade esmagadora, supliquei a outro alguém. Seu olhar libertador, deslizando sobre o meu corpo subitamente livre de asperezas, resistiu em mim uma leveza que eu acreditava perdida e, afastando-me do mundo, devolveu-me ao mundo.

Nesse contexto, Fanon (2020) dialoga e demonstra a necessidade das lutas anticoloniais e, por isso, teve sua tese silenciada, uma das estratégias utilizadas pelos europeus.

Estudar verificando a relação entre o negro e o branco traz uma discussão muito importante a respeito do racismo, mostrando o quanto está presente, em diversos momentos e situações, o resultado da herança colonialista em expressões e formas de tratamento que menosprezam o negro devido a sua marca racial. Segundo Fanon (2020, p. 27), a civilização branca e a cultura europeia impuseram ao negro um desvio existencial.

Embora pensamos ser uma leitura complexa, é importante para as reflexões e apreensões sobre o negro e, no caso dos brancos, sobre a branquitude. Trata-se de compreender a si próprio na essência e compreender o que foi feito com povos africanos ao longo da história, incluindo a desconstrução de suas identidades e a negação de sua humanidade. Diante disso, segundo Hall (2022, p. 11),

[...] a identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” - entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós mesmos” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo cultural.

Nesse sentido, essa identidade era construída a partir da relação com o outro. No caso e na condição do africano, a identidade era construída da forma apresentada em Fanon (2020), construção que se aproxima do homem branco.

Além disso, segundo Stuart Hall (2022, p. 11),

[...] outra concepção pós-moderna e pós-guerras os movimentos que ali surgiram como o movimento negro, começaram a questionar essa identidade imposta e inicia o processo de identidade em que deixa de ser fixo, “o sujeito assume identidade diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘EU’ coerente”.

Para além da complexidade sobre a construção das identidades modernas, para Munanga (2003, p. 13),

Tanto o conceito de raça quanto o de etnia são hoje ideologicamente manipulados pelas classes dominantes. É esse duplo uso que cria confusão na mente dos jovens pesquisadores ou iniciantes. A confusão está justamente no uso não claramente definido dos conceitos de raça e etnia, que se refletem bem em expressões como “identidade racial negra”, “identidade étnica negra”, “identidade étnico-racial negra” etc.

Segundo Munanga (1996), o mito da democracia racial brasileira se encarregou de minimizar os possíveis conflitos étnico-raciais que poderiam emergir, caso houvesse um reconhecimento de diferenças de posições sociais ocupadas na sociedade brasileira. Fatores históricos e econômicos foram definidores e mantenedores do “lugar” do negro na sociedade desde o período colonial até os dias atuais.

O Movimento Negro é imprescindível em uma sociedade marcada pela supressão das vozes das minorias. Portanto, é necessário reconhecer esse problema e combatê-lo nos espaços sociais, sobretudo no espaço educativo. São necessários: a promoção do respeito mútuo e do respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças e a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito.

Nesse sentido, é possível afirmar que o processo educacional pode ter importância estratégica para a manutenção de racismos e preconceitos, assim como, por outro lado, pode representar um veículo de possibilidade de mudanças e construções dos padrões estabelecidos socialmente e de combate ao racismo no contexto brasileiro.

Logo, faz-se necessário o constante debate do tema em âmbito acadêmico, sabendo-se que a estrutura educacional tende a se organizar de modo a suprimir os discursos contrários à dominação. Como se lê em Munanga (2005, p. 15):

[...] sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental.

Busca-se, por fim, uma proposta que nos convide a indagações e reflexões constantes, na busca diária de um novo fazer pedagógico, a partir da busca pela reeducação das relações étnico-raciais. hooks (2017, p. 10), mencionando o importante papel dos professores nas escolas para estudantes negros estadunidenses, pontua que

[...] o compromisso delas era nutrir o intelecto para que pudéssemos nos tornar acadêmicos, pensadores e trabalhadores do setor cultural – negros que usavam “a cabeça”. Aprendemos desde cedo que a devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista.

Nesse contexto, o Brasil atravessa um novo momento histórico, marcado por diversas transformações sociais, políticas e econômicas que impactam as ações das universidades públicas e destacam a necessidade de reconfiguração dessas instituições. Além disso, nas últimas décadas, houve uma ampliação do acesso dos jovens à educação superior, o que gerou a demanda por profissionais capacitados para atender, acolher e implementar políticas que garantam a permanência dos estudantes negros nas universidades.

A abordagem qualitativa, tendo em vista a natureza dos dados coletados, define-se como estudo de caso, que se justifica pela característica do estudo que não se esgota em uma pesquisa. A coleta de dados foi feita por meio de entrevista semiestruturada, composta de perguntas abertas (Apêndice A).

Para trabalharmos os dados a partir da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2021), uma pesquisadora francesa conhecida pelas obras sobre análise de conteúdo, utilizamos ferramentas para as pesquisas qualitativas e a técnica de análise temática. Segundo a autora, “Entre diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples” (Bardin, 2021, p. 199).

Considerando as ferramentas utilizadas na análise temática, seguindo a fundamentação teórica, objetivos e a coleta dos dados semiestruturados, fizemos recortes do texto para estabelecer as categorias de análise. Os registros foram categorizados e agrupados buscando responder à pergunta da pesquisa.

Na identificação e organização dos temas recorrentes do material analisado, destacamos a análise indutiva, ressaltando como essa abordagem permite que os temas e padrões surjam organizadamente do material. Tal abordagem foi importante para a compreensão do conteúdo.

Como já mencionamos, os servidores TAEs que atuam nas Secretarias de Colegiado de Cursos de Graduação ou Secretarias Únicas de Cursos são os sujeitos desta

pesquisa. Foi observado o atendimento em relação aos estudantes negros e, por meio de entrevistas, foram coletadas informações sobre a familiaridade desses servidores com as discussões acerca de questões raciais.

Decidimos pelas Secretarias Únicas dos Cursos de Graduação e Colegiados de Cursos porque são os setores que, mesmo parte dos atendimentos acontecerem de modo eletrônico, ainda são os lugares de referência para os estudantes, em relação aos seus cursos, desde a matrícula até a colação de grau. Entrevistamos, também, um TAE que exerceu interinamente o cargo de gestor na Propaes.

Os servidores no cargo de TAE exercem as atividades-meio, essenciais para o desenvolvimento de planos e metas, com impacto na gestão acadêmica da Universidade. Segundo Castro (2017), vale compreender como esses trabalhadores se organizam institucionalmente para desenvolver suas atividades diárias no trabalho, resolver e driblar as dificuldades e limitações impostas pela administração pública e, ainda, contribuir eficientemente para que a Universidade cumpra as suas funções sociais.

Nesse sentido, a cada mudança e implementação de políticas do governo, busca-se a formação e a adequação para melhor atender o público. Para esta pesquisa, reunimos informações por meio da entrevista semiestruturada, no primeiro semestre letivo de 2024, envolvendo quatro servidores TAE do *campus* Goiabeiras da Ufes, que atuam em setores que atendem aos estudantes.

As entrevistas foram desenvolvidas em Centros de Ensino e com um servidor TAE da Propaes. Escolhemos quatro participantes: uma do gênero feminino e que se identifica como branca; três do sexo masculino, tendo um se declarado afrodescendente. Dos quatro, apenas um não possui mestrado e todos atuam na Universidade há mais de dez anos. Conforme definido na introdução, individual e previamente agendadas, as entrevistas foram realizadas em uma sala reservada, com a permissão para a gravação, antecedida pela leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por meio do qual os participantes concordaram com sua participação (Apêndice B).

Após a apresentação da pesquisa, foram detalhados o título, o tema e o objetivo geral, sendo feita a consulta quanto à autorização para gravação. As perguntas foram

formuladas levando em conta o roteiro e os cursos oferecidos por cada Centro de Ensino, o tempo de serviço dos TAEs, o gênero e a idade. Além disso, o formato da entrevista foi adaptado individualmente, conforme as respostas de cada participante.

As perguntas para os quatro entrevistados, organizadas a partir do roteiro, foram:

1. Identificação como servidor da Ufes, considerando compromisso social e valores como:

[...] a defesa e respeito às diversidades étnico-raciais, de gênero, culturais, sociais e regionais de nossa população; compromisso com o coletivo, a pluralidade, a acessibilidade, às ações afirmativas e a democratização do acesso e da permanência estudantil (Ufes, 2021, p. 25).

2. Você poderia falar um pouco das suas experiências vivenciadas no que diz respeito à presença dos estudantes negros na Ufes?

3. Quais são as medidas que considera importante para promover o acolhimento e a permanência desses estudantes na Ufes?

4. Você acredita que a valorização da cultura, história africana e afro-brasileira pode contribuir para uma educação mais inclusiva e respeitosa em relação às diversidades?

Considerando o estudo de caso, as perguntas foram ajustadas a partir do roteiro e no momento de sua realização. Logo após a explanação introdutória sobre a pesquisa, quando as falas já atendiam ao que se esperava, as perguntas foram reformuladas para que obtivéssemos a confirmação ou o detalhamento em relação aos dados necessários à pesquisa.

O local onde se desenvolveu a pesquisa foi o *campus* de Goiabeiras, localizado em Vitória-ES, onde fica situada a Administração Central, as Pró-Reitorias, as Superintendências e Secretarias e concentra a maior parte dos cursos de graduação e os Centros de Ensino (Centro de Educação Física e Desporto - CEFD, Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - CCJE, Centro de Educação - CE, Centro de Artes - CAR, Centro tecnológico - CT). Temos também a Biblioteca Central (além das setoriais), galeria de artes, cantinas, cinema, teatro, livraria, ginásio de esportes, núcleo de línguas, observatório astronômico etc.

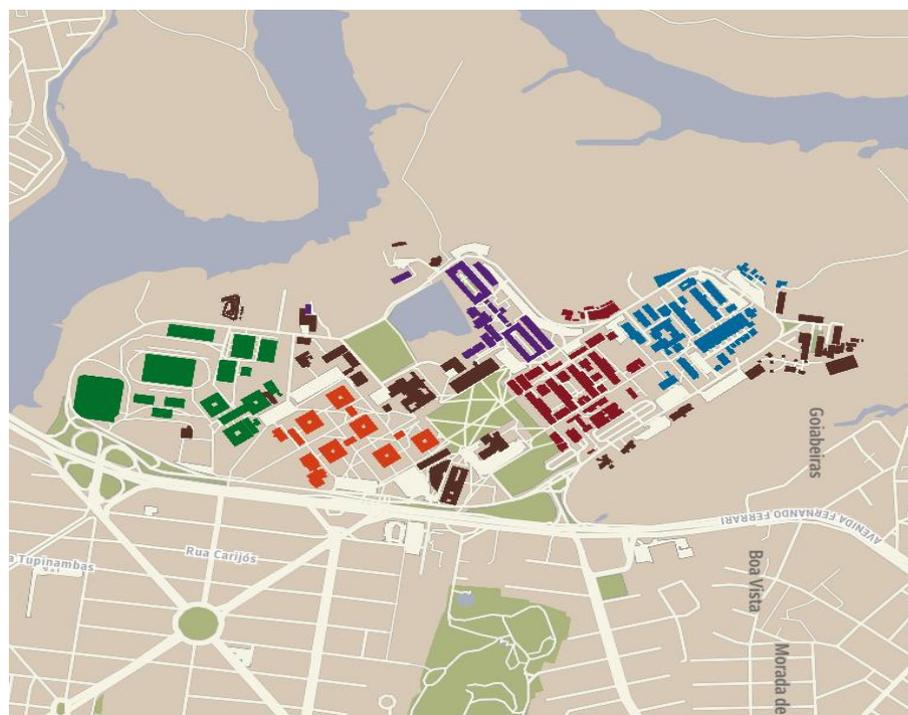
De acordo com o que consta no sítio eletrônico da Ufes, cerca de 25 mil pessoas circulam diariamente no *campus* de Goiabeiras, dentre essas pessoas estão os estudantes negros.

Figura 7 - *Campus* de Goiabeiras



Fonte: <https://prograd.ufes.br/sites/graduacao.ufes.br/files/imagem/goiabeiras.jpg>.

Figura 8 – Mapa do *campus* de Goiabeiras



Fonte: <https://mapa.ufes.br/?campus=goiabeiras>.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Figura 9 - Nea onnim no sua a, ohu⁹



Fonte: Nascimento e Gá (2022, p. 111).

Neste capítulo, vamos apresentar a revisão de literatura, trazendo estudos que se aproximam da temática desta pesquisa. São artigos e teses encontrados no levantamento. Trilhamos uma busca em bancos de dados da Ufes e fora dela, como o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sítio eletrônico do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) e também no Banco de Teses e Dissertações (BDTD), com os seguintes descritores: ações afirmativas AND ensino superior AND permanência AND racismo institucional.

Em princípio, fizemos a leitura dos resumos, introdução, considerações finais, consultamos as referências, etc. A busca foi realizada em base documental no período de 2012 a 2022, ano em que foi sancionada a Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, atualizada pela Lei 14.723/2023. Entretanto, podemos constatar que a reserva de vagas e ações afirmativas já eram objeto de conquista pelas lutas dos movimentos sociais negros e, na Ufes, o início se deu em 2007, com as cotas sociais.

No portal de periódicos Capes, capturamos 2 artigos e utilizamos apenas 1 deles, tendo em vista que o outro não trata dos TAEs, sujeitos da pesquisa. Nos sítios eletrônicos do PPGE e do PPGMPE, capturamos 15 dissertações e 7 teses, perfazendo um total de 22 trabalhos com temas que se aproximam desta pesquisa.

Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), selecionamos 9 teses, 19

⁹Símbolo adinkra baseado em formas abstratas: “Quem não sabe pode passar a saber aprendendo”. Símbolo do Conhecimento da Aprendizagem permanente e busca contínua pelo saber.

dissertações e 9 artigos, totalizando 37 documentos. Dentre esses, escolhemos 20 trabalhos acadêmicos que pudessem contribuir com a pesquisa, com base nos descritores: “ações afirmativas”, “ensino superior”, “permanência” e “racismo institucional”. Essa seleção considerou a cronologia dentro do período de 2012 a 2022, conforme o quadro a seguir.

Quadro 1 - Revisão de Literatura

Nº	Ano	Tipo	Autor/a	Instituição	Título
01	2013	D	Maria Fernanda Luiz	UFSCAR	Educação das relações étnico-raciais: contribuições de cursos de formação continuada para professoras(es)
02	2014/ 2015	T/A	Sérgio Pereira dos Santos	PPGE/ Ufes	Os “intrusos” e os “outros” quebrando o aquário e mudando os horizontes: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da Ufes 2006-2012
03	2014	D	Maria Luciene Ferreira Lima	UFBA	Políticas Públicas no ensino superior ações afirmativas na UFPB
04	2014	T	Maria Cristina Figueiredo Aguiar Guasti	PPGE/ Ufes	Por trás dos muros da universidade: representações de estudantes sobre o sistema de reserva de vagas (cotas) e sobre estudantes cotistas da Ufes
05	2015	T	Gregório Durlo Grisa	PPGE/ UFPRGS	Ações afirmativas na UFRGS: racismo, excelência pandêmica e cultura do reconhecimento
06	2016	D	Anderson Xavier de Souza	UFMG	O “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” e a ação da SMED-BH na promoção da igualdade racial na educação
07	2016	L/T	Gustavo Henrique Araújo Forde	PPGE/ Ufes	Vozes Negras na história da educação: racismo, educação e Movimento Negro no Espírito Santo
08	2017	TD	Vania Pereira Morassutti Benatti	UEMS	Dificuldades de permanência na UEMS: A realidade dos estudantes pobres e negros na Universidade de Dourados
09	2017	D	Gioconda Ghiggi	UFPR	Análise da formação continuada de professoras e professores no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros na Universidade Federal do Paraná

10	2017	T	Juscilene Silva de Souza Nascimento	PPGE/ Ufes	Ações para implementação da Lei nº.10.639/03: A (Des)consideração da identidade híbrida do negro contemporâneo
11	2017		Ione Aparecida Duarte Santos Dias	PPGE/ Ufes	O ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana: a importância da formação e a efetivação de um currículo.
12	2019	T	Thaynara Silva Oliveira	PPGE/ Ufes	Relações étnico-raciais e educação: políticas antirracistas no município de Cariacica
13	2020	A	Sueli Barros Cruz Chaves e Marcius de Almeida Gomes		A Formação Continuada de profissionais da Educação superior: Um estudo de caso em Universidade Multicampi
14	2020	D	Márcia Araújo Souza Belotti	PPMGPE/ Ufes	Tecendo rede antirracista para o ensino de história e cultura africana afro brasileira na educação básica do município da Serra (ES)
15	2020	D	Yamila de Paula Siqueira	PPGMPE/ Ufes	Sociologia no ensino médio: Lei nº 10.639/03
16	2021	A	Vanessa Lolmar Alves e Caroline Casali	UFPRS	Condições de permanência material e simbólica de estudantes negros na universidade
17	2021	A	Fausta Porto Couto	UFMG	Experiências Sociais sobre as políticas de inserção vividas por Estudantes no departamento de Educação Campus Guanambi da Universidade da Bahia: Acesso, permanência e das ações afirmativas.
18	2022	A	Cleyde R. Amorim e Patrícia G. Andrade Rufino	OPAA/ UFRRJ	As Comissões de heteroidentificação étnico-racial no sistema de cotas no acesso às instituições de ensino superior públicas federais: implementação e atuação
19	2023	A	Mateus Augusto Almeida Martins e Marileide Gonçalves França	Ufes	Ações e Práticas desenvolvidas em instituições de ensino superior voltadas à educação das relações étnico-raciais no município de Alegre-ES
20	2023	A	Rita de Cássia Mota Santos	Usp	A aplicação da Lei 10.639/03 na busca por uma educação antirracista-avanços e retrocessos

Fonte: Elaborado pela autora.

A seleção dessas pesquisas e dos pesquisadores que abordam temas que se aproximam desta pesquisa nos ajuda a refletir e a pensar conteúdos que possam provocar a ampliação de políticas de ações afirmativas no âmbito dos Centros de Ensino. Somando-se ao trabalho já tão bem executado pela Propaes, essa expansão

pode envolver os TAEs como sujeitos da pesquisa, despertando-os para atuarem em prol de uma educação antirracista.

Com o olhar em pesquisas que possibilitem a reflexão sobre as percepções dos sujeitos desta pesquisa sobre o acolhimento e a permanência dos ingressantes por ações afirmativas/cotas na Universidade, encontramos o texto de Maria Fernanda Luiz (2013), intitulado “Educação das relações étnico-raciais: contribuições de cursos de formação continuada para professoras(es)”.

O objetivo da pesquisa de Luiz (2013) foi compreender quais mudanças (ou não) foram possibilitadas em suas práticas pedagógicas, advindas dos processos educativos proporcionados no decorrer de cursos de formação continuada voltados para educação das relações étnico-raciais, na perspectiva da Lei 10.639/03, com a seguinte questão: “Quais as implicações dos cursos de formação continuada sob a perspectiva da Lei 10.639/03 para as práticas pedagógicas de professores(as) no sentido de educação das relações étnico-raciais?” (Luiz, 2013, p. 17).

Para responder à questão, Luiz (2013) utilizou a pesquisa qualitativa, inspirada na fenomenologia de Merleau-Ponty, para compreender o fenômeno e o processo educativo desencadeado em cursos de formação continuada.

A formação de professores vem sendo discutida desde o século XVII, quando o domínio era dos europeus e a preocupação das escolas era apenas com a elite branca, europeia e burguesa. Hoje, sem se esgotar a discussão sobre a formação de professores para a Educação Básica, Ensino Fundamental I e II e Ensino Superior, estamos discutindo e propondo formação para Técnicos Administrativos em Educação sobre o ensino de cultura afro-brasileira e educação para as relações étnico-raciais.

Nessa perspectiva, é relevante para nós a pesquisa de Luiz (2013, p. 207), pois, para ela,

A realização desta pesquisa foi, pois, motivada pela necessidade de levar contribuições para o combate ao racismo nos espaços escolares... O racismo ainda é um grande entrave para a construção de uma escola inclusiva que abarque os diversos grupos étnico-raciais presentes em nossa sociedade.

No âmbito do Ensino Superior não é diferente. Com a reserva de vagas e ingresso de estudantes negros, indígenas, pessoas com deficiência, a Universidade passou a

receber mais estudantes oriundos de camadas populares e de baixa renda. No que diz respeito ao recorte racial desta pesquisa, a implementação do curso de formação para as pessoas que atuam em atendimento aos estudantes contribuiria para o caminho do acolhimento e permanência, resultando no aumento da sensação de pertencimento do estudante negro.

Segundo Luiz (2013, p.108), é importante destacar que

[...] trabalhar a favor da educação das relações étnico-raciais, antes de uma decisão de ordem pedagógica, é uma escolha política de muitas(os) professoras(es). É importante salientar que a organização e realização de cursos de formação de professoras(es) nesta perspectiva depende da vontade política dos sistemas de ensino, dos governos sejam eles municipais, estaduais ou federais.

As conquistas fundamentais para nosso avanço como pessoas negras são e devem continuar sendo dos Movimentos Negros. No caso dos gestores, os avanços são viabilizados, principalmente, por meio de legislações.

Sobre isso, Sérgio Pereira dos Santos (2014) investiga as categorias de raça e classe no processo de implementação de cotas sociais da Ufes para o ingresso de estudantes nos cursos de graduação entre 2006 e 2012.

Segundo Sérgio Santos (2014, p. 3),

[...] o modelo de cotas adotado em 2008 pela UFES, tendo apenas o critério social, mesmo considerando que contemple os negros por muitos serem pobres e estudantes de escolas públicas, é limitado para abarcar o racismo que a população negra vive no contexto das relações raciais brasileiras em todas as classes sociais.

Nesse sentido, despertou o olhar atento em sua pesquisa para a necessidade de prosseguir com a discussão após a Lei 12.711/2012.

Na Ufes, em 2007, diante de relatos de discussões e tensões de pessoas contra e a favor das cotas, o Cepe aprovou, estritamente, os critérios de renda e de origem escolar, não adotando critérios étnico-raciais. Sérgio Santos (2014) adotou a abordagem qualitativa e metodologia dialética, na tentativa de ressaltar as contradições entre raça e classe no processo de implementação de ações afirmativas.

Nesse contexto, a adoção das cotas na Ufes, aprovada em 2007, resultou no primeiro processo seletivo com cotas sociais em 2008, mas as tensões não se findaram,

surgindo sinais de segregação dentro de sala, com a separação de cotista e não cotista e por meio da rede social, com criação de grupos. Nessa perspectiva, com o início da reserva de vagas na Ufes, foi urgente a implementação das políticas de ações afirmativas, tendo em vista a chegada dos estudantes contemplados com a reserva de vagas.

Diante disso, Sérgio Santos (2015) trouxe, em sua pesquisa, definições consideráveis para aprofundarmos as questões referentes à permanência dos estudantes negros após a aprovação da lei. Foi criado o Observatório de Ações Afirmativas, para somar ao Neab e à Propaes, para a criação e o fortalecimento das políticas de ações afirmativas.

Os próximos trabalhos discutem a adesão de reservas de vagas para negros, ações afirmativas e os resultados apresentados por falta de planejamento e recursos.

Nessa perspectiva, as discussões e conceitos nos levam a uma diversidade de informações resultantes do levantamento das publicações a partir das palavras-chave “ações afirmativas”, “ensino superior”, “permanência”, “racismo institucional”, e do recorte temporal de 2012 a 2022. Isso nos faz pensar na importância que tem o Movimento Negro para a comunidade negra do Brasil. É uma das organizações sociais que, desde a sua formação, foca em insistir e persistir no objetivo central que é a educação para as pessoas negras.

Conforme afirma Feres Júnior *et al.* (2018, p. 13-15), considera-se

[...] ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo [...] se diferencia das políticas antidiscriminatórias punitivas por atuar em favor de coletividades e indivíduos discriminados, podendo ser justificada tanto como instrumento para prevenir a discriminação presente quanto como reparação dos efeitos de discriminação passada. [...] A procura pelo significado original do conceito de ação afirmativa que possa basear uma definição estável da expressão coloca desafios de ordem metodológica nada desprezíveis. O primeiro deles diz respeito à diferença entre conceito e palavra.

No Brasil, segundo Venturini e Barreto (2023), o debate iniciou sobre a desigualdade de oportunidades e, em 1983, o Deputado Abdias do Nascimento apresentou o Projeto de Lei 1.332, que propunha a criação de mecanismos de compensação para os afro-brasileiros, como: reserva de vagas no serviço público, introdução da história das

civilizações africanas nos currículos escolares e acadêmicos, entre outros. Esse projeto foi recusado pelo Congresso Nacional.

No entanto, após 26 anos, a Lei nº 10.639/2003, alterada pela Lei nº 11.645/2008, possibilitou a inclusão obrigatória da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo oficial da rede de ensino. Apesar dessa implementação, a adoção do tema tem sido amplamente debatida, devido à sua falta de aplicação em algumas instituições de ensino.

Nesse contexto, observamos que, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a adoção de um discurso antirracista e a promoção de políticas públicas voltadas para a população negra. Em 2001, com a Conferência de Durban, surgiu a proposta de ampliar o acesso ao ensino superior, resultando na criação do Programa Diversidade. A partir desse momento, começaram a ser implementadas políticas de ações afirmativas no Ensino Superior com enfoque étnico-racial, após enfrentar conflitos e tensões.

A pesquisa de Maria Luciene Ferreira Lima (2014) é relevante para este trabalho, tendo em vista que traz, além do conceito de ação afirmativa, os direitos humanos, em meio aos tensionamentos da comunidade negra. O presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu, em seu governo, em 1996, o "Plano Nacional de Direitos Humanos", para promover políticas de valorização das pessoas negras. Lima (2014) apresenta números e discussões importantes para que possamos obter a ideia do que aconteceu na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) dentro do movimento de implementação de cotas para o ensino superior.

Maria Cristina Figueiredo Aguiar Guasti (2014) busca identificar os fatores que contribuem para a formação e a reformulação das representações sociais no que diz respeito ao ser estudante universitário. A autora verifica se existem discrepâncias nas representações de cada grupo de estudantes, cotistas e não cotistas, em relação aos itens abordados; caracteriza os componentes que constituem o sentimento de pertença ao grupo de estudantes universitários; e busca compreender como se desenvolvem as relações intra e intergrupos entre os estudantes cotistas e não cotistas da Ufes, por meio de estudo de caso único, com a participação de estudantes de diferentes cursos e Centros de Ensino.

Segundo Guasti (2014), o acolhimento dos estudantes cotistas, bem como o sistema de reserva de vagas se dera, inicialmente, por meio da comparação entre as condições de concorrência no vestibular entre estudantes oriundos de escolas públicas e particulares. A autora observa que o sentimento de pertencimento do grupo de estudantes universitários se concretiza mais em relação aos fazeres próprios da Universidade do que em relação a qualquer outra condição vivida pelos estudantes, inclusive ser ou não cotista.

Os resultados de Guasti (2014) apontaram novos temas a serem discutidos, de modo a esclarecer as escolas públicas sobre seus direitos em relação à Lei 12.711/2012. Essa autora contribui para a reflexão desta pesquisa e nos reforça em relação à ideia do envio de questionário para que possamos observar o que a comunidade universitária sabe sobre a Lei de Cotas.

Gregório Durlo Grisa (2015) desenvolveu estudo perguntando se as ações afirmativas, para além de democratizar o acesso, podem desencadear uma cultura de reconhecimento no interior de uma Universidade de excelência. O resultado da análise de dados da pesquisa dele indicou desvio das ações afirmativas no ambiente acadêmico e a necessidade de avanços para a permanência dos estudantes negros por falta de recursos.

Podemos perceber que ainda é preciso caminhar para que seja concretizada a permanência dos estudantes negros na Universidade. Talvez ainda seja necessária uma política do governo na reformulação do currículo, buscando autores que formam e informam sobre a cultura africana e afro-brasileira, a começar pelos docentes. Pensamos que a falta de recursos seja um dos impeditivos para a diminuição da evasão dos estudantes.

Esse pensamento dialoga com o que Anderson Xavier Souza (2016) pesquisa, quando descreve e analisa o desenvolvimento, em Belo Horizonte, do “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” e busca responder às seguintes questões da pesquisa: “como combater o racismo na educação escolar? Quais os melhores caminhos a seguir? Que tipo de ações e políticas públicas devem ser empreendidas”? (Souza, A., 2016, p. 10).

Anderson Souza (2016), como resultado da pesquisa bibliográfica, indicou que a inserção desse tema sobre o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais no âmbito da literatura própria do campo de estudos das políticas públicas educacionais ainda é incipiente. Apesar da crescente consolidação da temática étnico-racial, de modo geral, a investigação demonstrou a existência de uma trajetória de institucionalização de ações de promoção da diversidade étnico-racial na SMED-BH que antecede o “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” e explica o motivo pelo qual tais metas foram alcançadas.

Outro resultado que pode contribuir com esta pesquisa é que o exame das evidências empíricas – análise de pesquisa documental e entrevistas – indicou que, em Belo Horizonte, a maioria das metas estipuladas pelo “Plano” foi cumprida. Considerando as complexidades da implementação de ações afirmativas na Instituição, os resultados apresentados por Anderson Souza (2016) demonstram que, para esta pesquisa, a campanha de sensibilização poderá ser mais uma forma de contribuição para ações afirmativas na Ufes.

Gustavo Henrique Araújo Forde (2016, p. 11) busca, com seu trabalho,

[...] investigar a constituição histórica e os significados atribuídos à educação pelo movimento negro capixaba, com as seguintes questões: de que modo a educação se constituiu em pauta central do movimento negro no Espírito Santo? Quais usos e sentidos foram atribuídos à educação pelo conjunto desse movimento? De que maneira a militância negra movimenta e mobiliza seus espaços-tempo para o combate ao racismo na educação? De que modo a categoria “negro” é concebida na agenda política do movimento negro? Quais implicações o movimento negro tem produzido no contexto da educação escolar?

Para responder às questões, Forde (2016) investigou a constituição do Movimento Negro na Grande Vitória, em 1970, fez análises documentais problematizando o silêncio acerca do negro na população escolar e analisou a educação escolar como espaço do movimento negro para o combate ao racismo. Forde (2016) contribui com esta pesquisa, pois suas considerações nos direcionam a reflexões a partir dos movimentos sociais negros capixabas e dos desdobramentos até a educação.

Na pesquisa de Vânia Pereira Morassutti Benatti (2017, p. 8), o objetivo geral “foi enfatizar as causas da evasão universitária dos estudantes negros, que ingressaram

em meio às ações afirmativas e abandonaram os cursos”. Nesse sentido, ela objetivou apontar caminhos que darão direcionamentos para as discussões de políticas internas, bem como ampliação do auxílio financeiro ao acadêmico e metodologias de aperfeiçoamento de aprendizagem.

Pela quantidade de investigações sobre evasão, os gestores precisam repensar a estrutura da instituição de ensino e olhar para a formação e o currículo. Quando discutimos, a primeira coisa que ouvimos é sobre o recurso, os cortes etc. Tudo isso é um fato, mas não é somente isso.

Muito embora a evasão seja um importante tema para estudos e esteja recebendo atenção dos pesquisadores, nesta pesquisa não foi nosso objetivo discuti-la, especialmente no contexto dos últimos 14 anos.

Segundo Benatti (2017), dentre os fatores que levam à desistência, há relatos de práticas discriminatórias, dificuldades financeiras, incompatibilidade com o horário do trabalho, afinidade com o curso, distância entre o domicílio e a Universidade, ausência de laços afetivos com a Instituição de Ensino Superior (IES), bem como algumas práticas docentes. O levantamento aqui apresentado reforça o entendimento da viabilidade desta pesquisa. Afinal, considerando nossa experiência como TAE, a relação com os estudantes na Universidade é cartorial e protocolar.

Lembramos a narrativa de bell hooks (2017, p. 11): “[...] ir à escola era pura alegria. Eu adorava ser aluna, adorava aprender. A escola era lugar de êxtase”. Nossa vivência enquanto estudante era de quem chegava apreensiva, não falava, quando era chamada para leituras em voz alta, a voz não saía, era baixa. Entendemos que o acolhimento interfere no ser humano como um todo, inclusive no aprendizado. Esse é o motivo pelo qual defendemos a formação para todos sobre cultura e história afro-brasileira e africana.

Vale ressaltar que pesquisas como de Guasti (2014), Grisa (2015) e Benatti (2017) apontam o fenômeno permanência, o qual pretendemos analisar, visando a uma busca de ferramentas que possam contribuir para que o estudante negro na Universidade se torne o egresso formado.

Nesse percurso de levantamento de material para estudo, pudemos perceber que há uma grande quantidade de pesquisas com a temática racial que pode contribuir como material para formação. Diante disso, a análise dos dados de Benatti (2017) indicou ações afirmativas, com desvio no *habitus* acadêmico, necessidades de avanços para a permanência dos estudantes negros, bem como a necessidade de recursos para manter as ações afirmativas.

Os resultados apresentados nas dissertações mencionadas da UFRGS e da UFPB geram reflexões instigadoras sobre a Universidade, a partir do ingresso dos estudantes, e demonstram a necessidade de políticas específicas de permanência.

O trabalho de Gioconda Ghiggi (2017) trata de ações antirracistas por meio da formação, e suas discussões e conteúdos contribuem com esta pesquisa.

Se por um lado todos os artigos mencionados foram de grande relevância para o cenário educacional brasileiro, por outro não foram suficientes para a efetivação de políticas para a promoção de igualdade racial, principalmente no campo educacional. O movimento negro, consciente da necessidade de outras políticas que corroborassem na efetivação dos preceitos constitucionais, seguiu sua trajetória de lutas e reivindicações (Ghiggi, 2017, p. 21).

Segundo Ghiggi (2017), a formação é importante forma de sensibilizar os profissionais de educação sobre o racismo existente e combate à discriminação, tanto na Educação Básica como no Ensino Superior, bem como repensar seus conceitos sobre raça, discriminação e preconceito. Diante disso, dialogando com o resultado apresentado por Ghiggi, nesta pesquisa buscamos sensibilizar os TAEs por meio de campanha antirracista.

Diante da opção pelo percurso cronológico para a busca dos trabalhos que pudessem contribuir com a resposta para a pergunta desta pesquisa, o de Juscilene Silva de Souza Nascimento (2017, p. 24) teve como principal objetivo:

[...] investigar, a partir de textos de pesquisadores alinhados com programas e ações implementados pela política de Educação das Relações Étnico-Raciais desde o ano de 2003, com a publicação da Lei 10.639/2003, concepções de identidade negra que vêm fundamentando essa política, a fim de analisar se há descon sideração da diversidade de concepções de identidades negra e reafirmação de outras que possibilitem que a escola se distancie do reconhecimento de uma identidade híbrida do negro brasileiro.

Algumas materializações das ações da política para educação étnico-racial implementadas ainda (des)consideram essa diversidade no recorte racial negro e

reafirmam concepções identitárias que fazem com que os processos formativos na escola se distanciem do reconhecimento de uma identidade híbrida do negro brasileiro, partícipe do fazer histórico da sociedade a qual pertence. Consideramos, ainda, que as ações promovidas pelas políticas públicas para Educação das Relações Étnico-Raciais vêm contribuindo para legitimar determinadas identidades negras e silenciar outras, mostrando descompassos com a diversidade de processos étnico-raciais do negro brasileiro.

Nesta revisão, justificamos a inclusão das pesquisas sobre a Lei 10.630/03, pois essa legislação foi fundamental para a implementação das ações afirmativas e das medidas de reparação. Além disso, o acolhimento do estudante negro na Universidade nos leva a revisitar o Ensino Fundamental e a refletir sobre as pesquisas realizadas até o momento.

A pesquisa de Ione Aparecida Duarte dos Santos Dias (2017) teve como objetivo acompanhar como a formação do professor tem contribuído para a elaboração de um currículo que contempla a aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003, nas escolas do município de Cariacica/ES. Ao final, a pesquisa aponta a necessidade da implementação de um currículo que inclua a Lei nº 10.639/2003 e a importância da formação do professor no processo de enfrentamento do racismo, pois, com mais de 15 anos da Lei, as práticas propostas nas escolas ainda não contemplavam as questões nela citadas.

Thaynara Silva Oliveira (2019) pesquisou sobre as “Relações étnico-raciais e educação: Políticas antirracistas no município de Cariacica” e seu objetivo foi compreender como a valorização das relações étnico-raciais, cultura e história africana e afro-brasileira se materializam em políticas públicas em Cariacica-ES, a partir da Lei 10.639/2003. Oliveira (2019, p. 24), egressa da Ufes, escreveu:

[...] considero relevante para o meu processo de formação, não somente acontecimentos de ordem acadêmica, mas também os pequenos detalhes e as mais diversas experiências sociais e estéticas, relacionadas à formação da minha identidade, que de alguma forma foram significativas em minha caminhada.

Diante disso, a pesquisa de Oliveira (2019) apresenta vivências que dialogam com a questão aqui pesquisada, tendo em vista as questões raciais e a persistência do mito da democracia racial e o racismo estrutural.

O artigo de Sueli Barros Cruz Chaves e Március de Almeida Gomes (2020) apresenta a importância do processo formativo para o desenvolvimento pessoal e do profissional da Educação, por meio de estudo de caso, concluindo que a escuta e a socialização de experiências são contribuições para o plano de formação continuada. Eles apresentaram discussões sobre o que representam os processos formativos na vida do indivíduo, da infância até a idade adulta, e sobre ocorrências como a expansão do acesso dos jovens à educação superior, trazendo a necessidade de que os profissionais estejam preparados para realizarem atendimento, acolhimento e orientação aos estudantes.

Nesse sentido, Zabalza (2004), citado por Chaves e Gomes (2020), aponta que o sentido formativo é inerente à função da Universidade, relacionando-se ao crescimento e aperfeiçoamento das pessoas, objetivando a construção de si, com implicações para a mudança de atitude e desenvolvimento da autonomia.

Ao finalizar, os autores evidenciam a necessidade de uma política de formação voltada para os profissionais de educação superior que atuam nas Secretarias dos Cursos de Graduação, considerando o papel que desempenham no atendimento, acolhimento e orientação aos estudantes, e contemplando as diferentes realidades territoriais e sociais nas quais as IES estão inseridas.

Podemos perceber, ainda, que o racismo, na Ufes, manifesta-se, principalmente, em sua forma institucional. Por isso, é necessário que a IES tenha gestores comprometidos com a temática das relações raciais e convencidos de que o racismo é um problema que deve ser discutido e enfrentado em todos os espaços da Universidade, principalmente com ações de formação. Portanto, o artigo de Chaves e Gomes (2020) desperta a reflexão, especificamente, sobre a reserva de vagas para os TAEs, somando a esta pesquisa grande contribuição.

Na pesquisa de mestrado de Márcia Araújo Souza Belotti (2020), embora o estudo seja sobre educação do Ensino Fundamental, compreendemos que os conceitos iniciais de identidade começam a se formar a partir da própria história. Esses conceitos podem servir como base para o estudo de questões raciais, como a mestiçagem, a pluralidade e a multiculturalidade que nos cercam e influenciam a construção de nossa identidade. Assim, é preciso trabalhar esses aspectos com as crianças desde cedo,

ensinando e aprendendo que as identidades são construídas dentro do discurso, e não fora dele (Hall, 2015 *apud* Belotti, 2020).

Portanto, a proposta formativa de Belotti (2020, p. 24):

[...] objetivou potencializar o estudo da educação das relações étnico-raciais e a aplicabilidade da Lei 10.639/2003, envolvendo múltiplas ações nas escolas de Educação Básica e em diferentes setores da sociedade, com o intuito de fomentar estratégias de implementação da lei, ampliar ações pedagógicas nas diferentes redes de ensino, por meio dos atores sociais que participavam do curso.

Vale ressaltar que os indivíduos que compõem a Universidade são os estudantes, os professores, os TAEs e trabalhadores de empresas terceirizadas. Pessoas que direta ou indiretamente estão envolvidas no processo educativo, seja com atividade-meio ou fim. Por isso, este levantamento bibliográfico teve como objetivo buscar pesquisas relacionadas à formação, com a intenção de apresentar uma literatura que aborde a educação no Ensino Superior, ações afirmativas, o acolhimento e a permanência dos estudantes na universidade.

Entretanto, retomando sobre os estudantes negros, Vanessa Kolmar Alves e Carolina Casali (2021) trazem uma investigação sobre a permanência material e simbólica dos estudantes negros da UFRGS. Sobre o permanência simbólica, Santos (2009, p. 18 *apud* Alves e Casali, 2021, p. 30) menciona que

[...] há dois fatores importantes para a permanência de alunos negros em uma universidade, o primeiro é a condição financeira e o segundo fator é a condição de permanência simbólica, ou seja, os conflitos e as tensões resultantes da presença de alunos negros em espaços que, anteriormente, eram majoritariamente ocupados por brancos, e que foram construídos por estes.

Nesse sentido, entende-se que a permanência simbólica caminha passo à frente da assistência material. Tendo em vista a legislação, o foco é a busca de recursos para manter o estudante, que carece da acolhida, no sentido de hospitalidade, que pode ser encontrada na representatividade, em discussões antirracistas e projetos que envolvam temáticas raciais. Os estudantes que acessam a Universidade pela política são adolescentes e jovens que adentram um ambiente novo e precisam da adaptação ao ensino superior. O acolhimento poderá influenciar no seu aprendizado.

Alves e Casali (2021, p. 43) concluíram:

Os resultados dessa pesquisa não devem ser generalizados porque dizem respeito a análise de uma única universidade, mais especificamente a realidade de dois cursos nessa instituição. Por outro lado, os relatos dos estudantes encontram subsídios na literatura estudada de que não são experiências isoladas, mas ilustram a realidade de outros estudantes negros no ensino superior do país e, por isso, devem ser considerados na proposição de políticas públicas para permanência material e simbólica de estudantes negros nas universidades públicas brasileiras.

Nessa perspectiva, a política precisa ser ampliada, por exemplo, com rodas de conversa e atividades culturais, as quais precisam ser incentivadas para que possamos entender o que aconteceu antes da política de reparação, por tantos danos causados à população africana.

Fausta Porto Couto (2021) teve como objetivo da sua pesquisa compreender como os estudantes estão lendo e interpretando as políticas públicas de inclusão social, de ações afirmativas, permanência e integração, que implicam na construção de sua individuação no âmbito de uma universidade pública.

Sua avaliação dos estudantes sobre as políticas promovidas pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e as diferenças identificadas em suas experiências evidenciam a necessidade de fortalecimento das identidades e dos pertencimentos étnico-raciais. Demonstram, ainda, que o racismo estrutural se apresenta enraizado nas relações cotidianas, assim como os estigmas, o machismo, o sexismo e o preconceito religioso. Cabe também pautar, nesse sentido, que, para as ações afirmativas, é preciso contextualizar o conceito de raça para além das cotas; assim como, na assistência estudantil, as ações precisam ser pensadas sem os critérios de meritocracia.

Após anos da sanção da Lei de Cotas, a luta pela efetivação das ações afirmativas persiste com resistência e determinação, enfrentando diversas transformações sociais, políticas e econômicas que impactam as universidades públicas. No entanto, a falta de recursos continua sendo um grande desafio para a manutenção dessas ações. As ações afirmativas adotadas pelas universidades foram positivas, porém surgiram as fraudes e, com elas, a necessidade da implementação de comissões de heteroidentificação, para o controle de acesso de estudantes que não possuem características fenotípicas, conforme prevê a Lei de Cotas.

Nessa perspectiva, conforme Siss (2022, p. 15-19):

A implantação das Comissões de Heteroidentificação Étnico-Racial no sistema de cotas implantadas nas universidades federais buscam efetivar a otimização da política pública de ação afirmativa no seu recorte étnico-racial. Entretanto o resultado da atuação dessas comissões vem apontando, em alguma dimensão, para a existência de um fenômeno conhecido com afroconveniência, ou seja, pessoas que somente se declaram pretas ou pardas (negras) quando assim lhes convém. [...] a Portaria Normativa Nº 4, de 6 de Abril de 2018 do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPOG) em seu Art. 3º estabelece, pela primeira vez, que “A auto-declaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade” e que, a mesma deverá ser comprovada por “procedimento de heteroidentificação” comprovada por uma “comissão de heteroidentificação”, responsável por aferir a identidade racial autodeclarada pelo candidato, ou pela candidata. [...] No caso do acesso às universidades públicas em processos seletivos instituídos pelas leis 12.711/2012 e 12.990/2014, as denúncias de fraudes em identificação étnicoracial se alastraram, especialmente nas regiões sul e sudeste do Brasil, onde a disputa pelo acesso ao ensino superior público é acirrada. Afinal, desde o final legalmente expresso do regime escravocrata no Brasil, a branquidade aprendeu a se reinventar e a operar com o sentimento de afrofobia, tendo como objetivos manter e reproduzir seus privilégios de cor ou raça, de classe social e de gênero e seu consequente “status” na hierarquia social brasileira como o demonstram pesquisas produzidas sobre esta temática e de forma particular, aquelas produzidas e publicadas pelo Observatório de Políticas de Ação Afirmativa do Sudeste (Opaas) e pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa.

Nessa perspectiva de ações afirmativas, Mateus Augusto Almeida Martins e Marileide Gonçalves França (2023) buscam identificar as políticas afirmativas e/ou ações voltadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Erer) nas IES que ofertam cursos de licenciatura no município de Alegre-ES. Martins e França (2023) refletem sobre a formação docente na perspectiva decolonial, uma análise crítica e histórica sobre a educação planejada e desenvolvida no ambiente formativo institucional, e analisam como a temática da Erer é abordada no currículo dos cursos de licenciatura do município de Alegre-ES.

Martins e França (2023), ao investigarem as políticas e ações desenvolvidas pelos cursos voltadas para a Erer, notaram que a discussão se dava em outros espaços, para além dos componentes curriculares, ou seja, por meio de políticas e ações desenvolvidas nas instituições. Os autores trouxeram como resultado identificado nas instituições de ensino pesquisadas as seguintes constatações de ações voltadas para a Erer:

[...] nas semanas acadêmicas, organizadas pelos cursos de licenciatura; no trabalho desenvolvido em algumas disciplinas, de modo transversal; e no projeto desenvolvido pelo curso de Psicologia, voltado à sociedade e às escolas da região. [...] políticas afirmativas, especificamente, por meio do sistema de reservas de vagas para pretos, pardos e indígenas e da instituição de banca de heteroidentificação nos processos seletivos do Ifes, de modo a assegurar que as vagas fossem ocupadas pelo público-alvo das políticas afirmativas e pela existência das Políticas de Educação para as Relações étnico-Raciais do Ifes (2016) [...] Na Ufes, as políticas eram desenvolvidas e acompanhadas pela Proaeci, com Direção do Gustavo Forde, e envolviam a reserva de vagas, a oferta da assistência estudantil, a existência do Neab e a existência de um professor com formação específica para trabalhar com a temática, como foi identificado na Ufes-Alegre (Martins; França, 2023, p. 64-65).

A pesquisa de Rita de Cássia Mota Santos (2023), intitulada “Aplicação da Lei 10.639/03 na busca por uma educação antirracista - avanços e retrocessos”, contribui para nossa pesquisa, pois a autora objetivou indicar alguns caminhos possíveis para a construção de uma educação antirracista.

Entretanto, conforme resultado de Rita Santos (2023), os avanços trazidos pela lei foram pontuais e a educação, em todos os níveis, ainda não reflete uma prática antirracista, sendo necessário avançar ainda mais. Resultado de reivindicações do movimento negro desde a década de 1980, a aplicação da Lei 10.639 trouxe diversos avanços para a construção de uma educação antirracista, a inclusão de “novos conteúdos” no currículo escolar, a ampliação de discussões e a possibilidade de se repensarem conteúdos. Os avanços foram pontuais e a prática educacional cotidiana acadêmica e escolar ainda não reflete, de maneira geral, uma prática antirracista.

As pesquisas aqui apresentadas confirmam a necessidade de uma construção coletiva de ferramentas para que haja consciência sobre o início das discussões acerca das questões raciais.

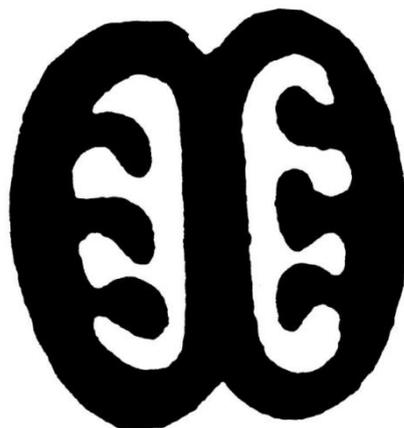
Podemos identificar nas pesquisas elencadas acima que falta proposta para efetivar as ações afirmativas, como reserva de vagas para a permanência dos estudantes negros na Ufes. Portanto, compreendemos que é importante a continuação dos estudos para que possamos propor ferramentas para a mudança.

Essas bibliografias reúnem discussões que podem contribuir para a resposta à indagação inicial, os estudos dos conceitos e a elaboração do produto proposto.

4 A PESQUISA

“Naquela época, ir à escola era pura alegria. Eu adorava ser aluna.
Adorava aprender” (hooks, 2017, p. 11).

Figura 10 - SE NE TEKREMA - nenhuma criança nasce com os dentes



Fonte: Nascimento e Gá (2022, p. 60).

O símbolo adinkra que pegamos emprestado para ilustrar este capítulo remete ao crescimento e à interdependência. Segundo Nascimento e Gá (2022), os adinkras, símbolos estampados nos tecidos, expressam-se de diversas formas e transpõem a realidade que nos é transmitida, reportando-nos às tradições africanas.

Diante da complexidade da abordagem da temática racial, é fundamental oferecer subsídios para o atendimento e aumentar o interesse dos servidores TAEs/Ufes para as diversas atividades de seus cargos e refletir sobre o acolhimento dos estudantes negros na Ufes. Isso nos remete à pergunta central desta pesquisa: qual é a percepção dos servidores técnico-administrativos em Educação (TAEs) sobre o processo de acolhimento e permanência dos ingressantes admitidos por ações afirmativas na modalidade cotas raciais?, alinhando-nos ao objetivo geral e às contribuições teóricas estabelecidas.

Foi desafiador apurar os dados coletados, por meio da análise temática de Bardin (2021), devido a inseguranças nas respostas dos sujeitos da pesquisa: ora por desconhecimento, ora por receio de falarem alguma palavra de forma inadequada, caracterizando serem racistas.

Neste capítulo, apresentamos o que motivou nossa investigação sobre as condições de acolhimento e permanência dos estudantes negros na Ufes, especialmente aqueles que ingressaram por meio das cotas raciais. O foco foram os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), sujeitos da pesquisa, especificamente no cargo de auxiliar administrativo. Conforme descrito no *site* da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade, a esses servidores cabe:

Organizar e executar atividades administrativas nas áreas de gestão de pessoas, administração, acadêmica, orçamento, finanças e patrimônio, logística e de secretaria; atender usuários, fornecendo e recebendo informações; tratar de documentos e atos administrativos, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos (Ufes, 2013).

Nas Secretarias de Colegiados de Cursos de Graduação, esses TAEs desempenham atividade de atendimento aos estudantes matriculados, desde o ingresso até a colação de grau (formatura); auxiliam na manutenção de informações relativas ao curso; apoio nas reuniões do colegiado do curso e demais atividades da secretaria específicas do colegiado. Embora o atendimento atualmente seja, em grande parte, de forma remota/virtual, são esses profissionais os primeiros a terem contato com os estudantes que ingressam na Universidade.

Diante da lacuna de pesquisas sobre os TAEs nas Ifes e para responder à questão desta pesquisa, buscamos, nas teorias de autores que estudam as questões raciais, definições e conceitos que podem enriquecer a discussão e iniciar uma reflexão crítica. Nosso objetivo é destacar a importância desses profissionais para os estudantes dentro das instituições, especialmente na gestão educacional. Nesta pesquisa especificamos os estudantes negros, a quem direcionamos os benefícios que podem dela resultar.

Investigamos aspectos que consideramos fundamentais relacionados às dinâmicas raciais, ao acolhimento institucional e à permanência de estudantes negros na Ufes, com base nas políticas de ações afirmativas adotadas. Os dados obtidos por meio de entrevistas, além das informações apresentadas na revisão de literatura foram essenciais para embasar este estudo. Verificamos o número de estudantes negros matriculados e formados a partir de 2012 e observamos um ponto de inflexão significativo a partir de 2017 (Tabela 1, p. 85).

Diante disso, esta pesquisa pode ser o início de um trabalho voltado para os TAEs/Ufes, como forma de preparação para contribuírem com o acolhimento e a permanência dos estudantes negros na Ufes. Isso se daria a partir de campanha formativa de sensibilização, visando à formação para a temática e para o entendimento sobre a diferença que há entre ações afirmativas e discriminação positiva.

Diante da mudança do cenário na Ufes, podemos observar que a maioria dos estudantes negros provém de famílias com recursos materiais e financeiros limitados. A sua permanência em um ambiente acolhedor, orientado pelas políticas de ações afirmativas e pelo apoio dos indivíduos que os recebem ao ingressar na Universidade facilita uma experiência de permanência com menos infortúnios.

Em conversas informais ao longo dos anos, destacou-se a presença significativa de estudantes negros no contexto universitário e a maneira como estão sendo recebidos, especialmente considerando que seu ingresso foi viabilizado por meio de políticas de cotas raciais impostas por lei. Os profissionais envolvidos no atendimento direto lidam, portanto, com a diversidade emergente de estudantes. Historicamente, a universidade foi estabelecida com a intenção de formar predominantemente indivíduos brancos da elite, de condições financeiras mais privilegiadas.

Diante dessas considerações, nosso interesse de pesquisa se voltou para as percepções dos TAEs nos setores dedicados ao atendimento desses estudantes. Investigamos como esses profissionais interpretam a história afro-brasileira, essencial para a compreensão do contexto nacional. Buscamos, por meio da entrevista, saber até que ponto eles conhecem e têm interesse pela temática.

Nesse contexto, pudemos perceber que a atividade-meio desempenhada pelos TAEs envolve a função de executar, sem que seja relacionada a eles a participação nas implementações de leis e normas do governo – exceto para aqueles que ocupam cargos de chefia ou que, voluntariamente, procuram entender o que está sendo aplicado. Essa distinção é fundamental para compreender o papel de cada grupo no processo de implementação e execução dos trabalhos nos setores de atendimento.

Diante das leis que determinam a reparação pelos danos causados à população negra, a Universidade assume o compromisso, por meio dos valores do PDI

(2021/2030) (Ufes, 2021), de promover a defesa e o respeito às diversidades étnico-raciais, de gênero, culturais, sociais e regionais da nossa população. Além disso, o PDI reafirma o compromisso com o coletivo, a pluralidade, a acessibilidade, as ações afirmativas, a democratização do acesso e da permanência estudantil, bem como a garantia da liberdade de ensinar e aprender.

Com a Lei de Cotas, como ficou conhecida a Lei 12.711/12¹⁰, hoje atualizada pela Lei 14.723/2023, cresceu o número de estudantes negros nas IES e, com isso, a diversidade. Na Ufes, essa presença modificou a história da comunidade acadêmica branca e de classe social mais favorecida. Foi quando o racismo incubado aflorou e foram presenciadas manifestações e até sinais de segregações em sala de aula. É o que relata este excerto da tese de Sérgio Pereira dos Santos (2014, p. 315-316):

Os alunos muitas vezes descobriram a “segregação” na aproximação com os colegas, ou por terem visto os nomes nos jornais na publicação do resultado do vestibular, ou por já serem colegas de escolas médias, ou simplesmente perguntando ao outro se era ou não cotista ou, também, por sentirem preconceito pelos não cotistas. Diante da descoberta, os professores eram questionados pelos alunos quanto à divisão e descobriram realmente a existência dela, entre cotistas e não cotistas nas turmas, daí a surpresa, já que pensavam que a “separação” era apenas no processo seletivo.

Segundo Nilma Lino Gomes (2017), a diversidade é algo belo e que dá sentido à nossa existência. Mas sabemos que, na prática, no jogo das relações de poder, as diferenças socialmente construídas e que dizem respeito aos grupos sociais étnico-raciais menos favorecidos foram naturalizadas e transformadas em desigualdades.

Nesta pesquisa, abordamos os entrevistados, não em busca de respostas prontas, mas sim de uma orientação que nos permita pensar um ambiente no qual os estudantes se sintam confortáveis. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa, incluindo quatro TAEs que atuam em setores que atendem, exclusivamente, estudantes. Entre os entrevistados, um exerceu, também, função como gestor.

¹⁰ As Ies vinculadas ao MEC reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. As vagas serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brasil, 2021). Em 2023, foi alterada pela Lei 14.723/23.

A entrevista ocorreu conforme o cronograma aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), Parecer: 6.848.015 (Apêndice C), e Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CCAEE) nº 75355523.0.0000.5542. Para descrever as condições de acolhimento e permanência do estudante negro na Ufes no período de 2012 a 2022, demos aos entrevistados a liberdade de escolher o local e horário para a realização da entrevista. Em relação à gravação, apenas um não deu permissão e foi respeitado.

Segundo Gil (2023), os critérios adotados na classificação da pesquisa possibilitam ao pesquisador mais elementos para a sua aplicabilidade na solução do problema, com maior racionalidade nas etapas requeridas para sua execução. Assim, trabalhamos a coleta de dados e a análise de conteúdo de Bardin (2021) por meio da análise temática.

Em respeito ao compromisso de manter os entrevistados no anonimato, utilizamos os símbolos alfanuméricos E1, E2, E3 e E4 para escrever sobre cada um deles. Além disso, considerando que a entrevista é sobre situações do próprio ambiente de trabalho, evitamos mencionar respostas que pudessem possibilitar a identificação do setor.

Assim, uma pergunta a ser respondida na pesquisa dizia respeito às percepções dos TAEs sobre o acolhimento e a permanência dos ingressantes por ações afirmativas/cotas raciais na Universidade. Apesar de discussões semelhantes permearem não apenas a Ufes, mas todo o Brasil, eles pareciam estar alheios à questão. A impressão que tivemos era de que falar sobre questões raciais estava sendo pensado somente naquele momento. Observamos o fato de que, na entrevista com um dos TAEs, que voluntariamente procura cursos de formação, as questões raciais não foram citadas por ele. Portanto, as desigualdades raciais não são percebidas.

Nesse grupo de TAEs que atuam em Colegiados de Curso de Graduação, foram selecionados três brancos e um negro; um deles atuou sempre no colegiado, e os demais já haviam passado por outros setores. Inclusive, um já havia atuado como gestor na Pró-Reitoria que atende os estudantes assistidos, a Propaes.

Como resultados, iniciamos com o entrevistado 1 (E1), que havia atuado como gestor substituto da Propaes: “Você se sente à vontade para falar sobre as questões étnico-

raciais?”, “Gostaríamos que você falasse sobre a sua atuação no atendimento aos estudantes negros da Ufes.”, “O que é para você acolher dentro das ações afirmativas?”

Ao Entrevistado 2 (E2), que está em exercício na Ufes desde 1992, foi perguntado: “Gostaria que você falasse sobre a sua atuação no atendimento dos estudantes negros da Ufes.”, “Qual é a diferença no atendimento dos estudantes negros antes da Lei 12.711/12 e hoje? Cite exemplos.”, “O que acha da formação sobre história e cultura afro-brasileira e africana?”

A pessoa entrevistada 3 (E3) preferiu que eu escrevesse as respostas ditadas por ela, cujas perguntas foram: “Gostaria que você falasse sobre a sua atuação no atendimento dos estudantes negros da Ufes.” “O que é para você acolher dentro das ações afirmativas?”

E à pessoa entrevistada 4 (E4) foi perguntado: “Considerando os compromissos da Ufes com as Ações Afirmativas, qual é a sua familiaridade com a temática?”, “Quais são as medidas que você considera importante para promover a permanência dos estudantes negros na Ufes?”, “O que você acha sobre apresentação de proposta de curso de formação sobre Educação das Relações Étnico-Raciais para os TAEs?”, “Você acredita que a valorização da história e cultura afro-brasileira pode contribuir para uma educação inclusiva e respeitosa de acordo com a cultura de cada um?”

Os dois primeiros entrevistados demonstraram ter opiniões sobre as questões raciais e expressaram posições em relação à temática. Entretanto, apresentaram dificuldades para verbalizar os termos raciais, demonstrando insegurança e fazendo perguntas sobre formas de utilizar as palavras, conforme trechos de respostas:

Comecei a perceber o racismo antes do ingresso na Ufes, com pessoas negras recebendo as piores funções na fábrica.

Como estudante da Ufes, a maioria homens e brancos, eram os escolhidos. A gente brincava com o coordenador, como assim vocês escolheram? Era o preconceito estrutural, né? Os alunos negros e as mulheres não conseguiam acessar. A Mesma coisa com os projetos de pesquisa, só tinham brancos.

Enquanto TAE foi mais forte. Na perspectiva pessoal eu procuro dar atenção a todos. Quando percebo que o estudante tem dificuldade procuro adaptar meu tratamento é um tipo de discriminação ao contrário.

O atendimento tem que ser livre de preconceito e o mais justo possível (E1).

O termo preconceito¹¹ foi um dos mais repetidos e para mencionar situações sempre em terceira pessoa. De acordo com um dos entrevistados: “[...] inicialmente não tinha uma compreensão clara sobre as cotas destinadas a negros, questionando os motivos por trás delas e se ‘os afrodescendentes’ se sentiam injustiçados” (E2).

A percepção de E2 era de que ser negro frequentemente resultava em marginalização e esquecimento. Com o tempo, a sua compreensão foi se aprofundando e, ao observar o ambiente estudantil, era evidente a existência dessas dificuldades.

Eu não tinha percepção sobre cotas, eu tinha uma percepção equivocada, cotas para negros, por quê? eles estão se sentindo injustiçados? Será que as pessoas que estão construindo esse tempo de cotas estão querendo se isolar mais? Parece assim: ser negro é ficar no limbo, no esquecimento. Fui me apropriando. A gente via no meio dos alunos ali que tinham essa dificuldade... Posso usar a palavra negro, preto? Eu ouço muito mais esse termo agora, preto, eles mesmo se autodeclararam. Voltando a esse assunto, essa abordagem, eu via isso, cheguei a presenciar (E2).

Outro entrevistado, mostrando desconhecimento sobre questões raciais, respondeu de forma sucinta e negou a existência de atitudes racistas em relação a qualquer estudante, mesmo sem a pergunta ter questionado diretamente sobre o assunto. Apesar de dizer já ter visto conflitos nas proximidades de seu local de trabalho, suas respostas foram breves e diretas. Em relação às percepções sobre questões raciais na Ufes, ele disse:

Eu não identifiquei nenhum tipo de tratamento diferenciado dentro do espaço de trabalho.

Ambiente universitário de acolhimento, último lugar onde pudesse ocorrer situação de racismo.

Eu presenciei uma situação em que um aluno considerou a atitude de um servidor sendo racista.

Diante da diversidade no mundo em que a sociedade tem iniciado um processo de esclarecimento ou de abrir os olhos sobre isso (E3).

Ouvimos também pessoas com atitude de imparcialidade, explicando ter pouca informação e declarando falta de informação acerca das ações afirmativas sobre as diversidades em relação ao gênero, classe, étnico-racial e capacitismo. E4, embora seja uma pessoa branca, demonstrou compaixão ao dizer a frase: “não deve ser fácil ser preto na Ufes”.

¹¹ “Preconceito é um julgamento negativo e prévio que os membros de uma raça, de uma etnia, de um grupo, de uma religião ou mesmo de um indivíduo constroem em relação ao outro” (Munanga; Gomes, 2016, p. 181).

Além disso, falou, também,

[...] que percebe a dificuldade de acolher melhor e que a Instituição não oferece uma formação continuada para que possam estar preparados para o atendimento de todos os estudantes. E que na medida do possível, voluntariamente procura cursos para melhor atender na secretaria (E4).

A Universidade apresenta uma população de docentes, TAEs, discentes, além dos trabalhadores de empresas terceirizadas, formando um grupo étnico diverso e multicultural. Considerando que muitos TAEs são representados por pessoas que se autodeclaram brancas, escolhemos os entrevistados com esse perfil; exceto um, que se reconhece afrodescendente, como ele mesmo mencionou. Diante disso, trazemos para a discussão, na figura 11, alguns termos mencionados por eles e outros evitados, por receio de verbalizarem ou por desconhecimento.

Figura 11 - Nuvem de palavra extraídas das respostas dos entrevistados



Fonte: Elaborada pela autora.

Podemos perceber que os entrevistados observaram as mudanças, as características fenotípicas dos estudantes negros e como as suas histórias se distanciam da realidade de cada um. Eles demonstraram empatia e até compaixão, mas sem nenhum pronunciamento no sentido de aprender sobre a história da origem dos ancestrais desses corpos que estão adentrando a Instituição.

Em relação ao pertencimento racial, como já foi dito, a maioria dos entrevistados é branca e alguns demonstraram perceber dos estudantes negros a dificuldade de aproximação, de falar o que precisa, de reunir documentações pessoais etc. Constatamos, nas entrevistas, que, mesmo com as ações afirmativas, em relação aos TAEs há uma grande lacuna, por falta de formação. Isso aponta para a possibilidade

de um curso de formação. Como TAE, entendemos que uma campanha formativa de sensibilização, como uma educação formativa por meio de cartazes nos setores, a princípio, poderia sinalizar um processo de mudança.

Nessa perspectiva, como reflexão em relação ao Técnico Administrativo em Educação, pensamos, de forma otimista, que, com o tempo, pode haver o entendimento e a apropriação dos significados, tendo em vista que foi dito por um dos entrevistados: “A gente via no meio dos alunos ali que tinham essa dificuldade...” (E2).

Assim, considerando o que foi ouvido e percebido, constatamos a carência de informações e de formação sobre as temáticas raciais. Observamos que, de forma geral, houve diferenças nas respostas, embora todos precisassem conhecer os termos e conceitos raciais. Destacamos a importância de considerar as diferentes experiências e percepções dos entrevistados em relação ao racismo e à inclusão dos estudantes negros.

Percebemos que dois dos entrevistados, ao relatarem suas experiências, ou ao mencionarem termos raciais, demonstraram preocupação ao usar as palavras. Nesse sentido, vemos atitudes internalizadas ou formas veladas de discriminação racial. O encaminhamento que pensamos para os dois casos é o da formação voltada para o letramento racial.

Em relação à negação de situações que caracterizam o racismo, a pesquisa revelou que há uma postura que poderia promover uma discussão sobre as razões para a falta de reconhecimento ou conscientização dessa ausência, além de abordar a questão racial como um todo. Neste caso, os termos raciais propostos no produto podem ser um material de esclarecimento.

Após as entrevistas, retomamos a pergunta que instigou esta pesquisa e, de forma geral, observamos que os TAEs deram continuidade aos trabalhos, sem obterem formação para lidar com os estudantes ingressantes por meio das cotas e a política de ações afirmativas. A percepção que tivemos é de que a temática não foi discutida por eles, exceto da parte de uma entrevistada, que procura a formação por si mesma.

A Universidade institucionalizou o PDI com compromissos, mas discussões políticas ainda precisam ser ampliadas junto aos sujeitos que compõem esse espaço, com suas atividades-meio.

Observamos, também, a dificuldade de falarem alguns termos, com receio de que pudessem ser ofensivos. O entrevistado que já havia atuado como gestor fez um relato que demonstrou sua identificação como afrodescendente, e também foi o que mais citou termos que são discutidos na formação antirracista.

Comecei com algumas noções e questões **étnico-raciais** enquanto estudante... isso foi um pouco mais forte. O **preconceito** estrutural escolhiam só branco de olhos azuis, os estudantes **negros** e mulheres não conseguiram acessar mesmo com as **cotas**. Entendi que também sou **preconceituoso** e no dia a dia tento lutar para que esse **preconceito** não continue (E1, grifos nossos).

A forma de racismo mencionada por E1 acontece de modo sutil e enraizado nas estruturas sociais, econômicas e políticas, influenciando processos de seleção, oportunidades de emprego, promoções e acesso a recursos.

No contexto educacional, por exemplo, segundo E1, o preconceito estrutural pode se manifestar na preferência por aqueles que correspondam ao padrão estético eurocêntrico, como os “brancos de olhos azuis”, em detrimento de pessoas negras ou com características físicas desse padrão. Além disso, o estereótipo de gênero também influencia a percepção das capacidades das mulheres em comparação aos homens.

Essa dinâmica prejudica não apenas a equidade no acesso ao mercado de trabalho, mas também limita as oportunidades de desenvolvimento educacional e envolvimento do estudante no seu percurso acadêmico.

Entendemos que é fundamental reconhecer e confrontar o preconceito e o racismo estrutural e promover a igualdade de oportunidades, para garantir um bom aprendizado, a fim de que estudantes negros universitários possam obter, no mercado, oportunidade de exercer seu profissionalismo com equidade.

Nessa discussão, foi demonstrado em que medida termos raciais são explicitados em decorrência do enraizado mito da democracia racial: “[...] por que eles querem cotas? Eu tenho muitos amigos negros” (E2).

Os termos raciais muitas vezes são minimizados em detrimento do mito da democracia racial em diversos contextos sociais e políticos do nosso País, mascarando que o racismo não existe. Isso acaba por obscurecer a realidade das desigualdades raciais e dificulta a discussão franca sobre o tema.

A perpetuação desse mito tende a silenciar as discussões sobre questões raciais, dificultando o enfrentamento do racismo e suas consequências. Muitas vezes, essas questões são evitadas ou suavizadas em discursos públicos, políticos, governamentais e até mesmo em ambientes acadêmicos, como este que nos serviu de campo de pesquisa, contribuindo para a invisibilização das desigualdades e para sua manutenção.

Essa ocultação dos termos raciais e das discussões sobre raça e racismo acaba por reforçar a marginalização das populações negras e indígenas, impedindo a implementação de políticas efetivas de combate à discriminação racial e de promoção da igualdade.

Portanto, é fundamental reconhecer e desconstruir a ideia do mito da democracia racial, para que as discussões sobre raça e as políticas antirracistas possam avançar e de maneira efetiva.

Quando pensamos em analisar as formas de acolhimento e permanência do estudante negro na Ufes, após a sanção da Lei de Cotas, foi para investigar como está sendo para os TAEs lidar com os novos estudantes ingressantes por essa política. A maioria desses profissionais é branca e recebe uma formação sobre o negro escrita pelo colonizador europeu.

Embora tenhamos encontrado poucos trabalhos que estudam diretamente a temática, pudemos extrair de outras pesquisas similares ideias que se aproximam da discussão aqui apresentada, bem como sobre ações afirmativas. Com isso, pensamos que esses estudos e pesquisas voltados para os TAEs podem ser uma provocação para a Instituição. Após a luta dos movimentos sindicais, conquistou-se a estruturação da carreira desse profissional no serviço público (Lei 11.091/2005) e o reconhecimento dele como ator que compõe as instituições educativas.

Diante disso, a formação para Técnicos Administrativos em Educação sobre o ensino de cultura afro-brasileira e educação para as relações étnico-raciais poderia contribuir para as ações afirmativas, em um processo de desconstrução do racismo e de diminuição do racismo institucional.

Em relação às teorias apresentadas nos trabalhos lidos, percebemos que há sinais de compreensão da necessidade de algum tipo de movimento em prol da formação sobre a temática racial, para a prática como TAE atuante em meios aos professores e estudantes. Dentre os próprios profissionais, há o cuidado com a questão, porém com pouca informação a respeito. Percebemos, ao analisar os dados coletados, que falta o entendimento sobre o que o Movimento Negro quer dizer em relação à reparação e às cotas raciais; falta compreensão sobre o significado da Lei de Cotas e sobre a necessidade de implementação dela na educação do Brasil.

Durante as entrevistas semiestruturadas, observamos que os participantes demonstraram cautela ao responderem e ao utilizarem termos como negro, racismo e discriminação. As frases a seguir foram ditas pelo E1:

Eu tenho ascendência afrodescendente.

[...] dificuldade de formação de equipe com pessoas afrodescendentes?

Posso usar a palavra negro ou preto?

Eu via isso, eu cheguei a presenciar.

[...] não identifiquei nenhum tipo de tratamento diferenciado no espaço em que trabalho.

Diante dessa desinformação, concordamos com Luiz (2013) que trabalhar a Educação das Relações Étnico-Raciais é uma escolha política e depende da vontade política de quem governa. Compreendemos que, dentro de uma instituição pública, a provocação deve partir dos grupos internos que estudam as políticas raciais de ações afirmativas. Acrescentamos ao que já havíamos escrito, repetindo que a base para as nossas conquistas de espaços enquanto pessoas negras é e precisa continuar sendo os Movimentos Negros. No que diz respeito aos gestores, os cumprimentos são possíveis a partir de legislações.

Tais questões, por várias vezes, podem ser um desafio, considerando a realidade vivida na universidade, como observamos nas respostas dos entrevistados: um destaca a falta de comunicação e informação; outro se restringe a responder de forma

genérica e/ou substituindo palavras. Dessa forma, o próprio estudante fica com receio de fazer perguntas ou de acessar lugares necessários para a sua permanência na Ufes.

Isso pode estar relacionado à experiência vivida na Universidade em 2007, quando se discutiu a reserva de vagas para estudantes negros e que culminou na implementação das cotas sociais na Ufes. Sobre isso, Sérgio Santos (2014) afirma que, diante de relatos de discussões e tensões de pessoas contra e a favor das cotas, incluíram-se estritamente os critérios de renda e de origem escolar, não adotando critérios étnico-raciais.

Na Propaes, trabalha-se por uma política de assistência estudantil e ações afirmativas, sem ter o quantitativo preciso. Sabemos que há grupos e coletivos na luta em prol da equidade racial no âmbito da Universidade, o que até o momento resultou em um acervo de material que discute a temática, bem como alguns artigos e livros citados nesta pesquisa.

Em relação aos estudantes negros que optaram pela reserva de vagas, buscamos junto à Propaes o quantitativo dos que estão ativos, conforme tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Estudantes declarados negros: 2012 a 2022

Ano	Semestre	Quantidade de ingressantes negros	Quantidade de formados negros
2012	1º	967	7
2012	2º	1114	14
2013	1º	1161	10
2013	2º	1136	14
2014	1º	1281	8
2014	2º	1217	24
2015	1º	1304	12
2015	2º	1087	130
2016	1º	1326	268
2016	2º	1302	247
2017	1º	1388	312
2017	2º	1229	442
2018	1º	1612	593

2017	2º	1345	534
2019	1º	1503	567
2019	2º	1295	660
2020	1º	1711	591
2020	2º	1242	492
2021	1º	1289	574
2021	2º	1034	564
2022	1º	1212	635
2022	2º	800	619
Total		27.555	7.307

Fonte: Organização da autora a partir de dados da Prograd/Ufes.

A tabela acima apresenta dados sobre os estudantes negros admitidos entre 2012 e 2022, em virtude da implementação da Lei nº 12.711/12. Os dados foram extraídos do relatório do Sistema de Informação para o Ensino (SIE) nº 11.02.06.03.13 e mostram a quantidade de ingressantes por políticas de ação afirmativa, discriminados por ano/semestre de ingresso e ano de conclusão do curso.

Observamos que o número de concluintes foi aumentando à medida que foi implementado na Ufes um espaço de acolhida envolvendo a Ouvidoria e a Diretoria de Cidadania e Direitos Humanos da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci) em 2015.

A partir das abordagens qualitativas, elaboramos o produto construído efetivamente de forma participativa. Segundo Gil (2023), podemos definir pesquisa participante como uma modalidade de pesquisa que tem como propósito o que diz Le Boterf (1984) “[...] auxiliar a população envolvida identificar por si mesma os seus problemas, realizar a análise crítica destes e buscar as soluções adequadas” (*apud* Gil, 2023, p. 40).

Assim, um dos objetivos específicos desta pesquisa é a elaboração do produto educacional, que visa contribuir com as ações afirmativas na Ufes, promovendo uma campanha de sensibilização. O Produto consta nos Apêndices deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Figura 12 - Nkyimkyim



Fonte: Nascimento e Gá (2022, p.108).

Iniciamos este capítulo com o símbolo da resistência, da dialética e do dinamismo na continuidade das coisas por meio das mudanças. Ainda na definição do adinkra Nkyimkyim, acima, Nascimento e Gá (2022, p.108) o apresentam como contorções, resistência, adaptabilidade, devoção ao serviço e capacidade de suportar dificuldades. Mudar-se, desempenhar vários papéis. É nesse sentido que queremos iniciar a reflexão sobre formas de sensibilizar para uma educação antirracista.

Antes da década de 1990, as pesquisas eram predominantemente desenvolvidas no meio acadêmico das instituições. Esse período testemunhou diversas mudanças no Ensino Superior, incluindo a influência significativa na pós-graduação, pela introdução do mestrado profissional. Esse novo tipo de curso visava aprofundar a formação recebida no Ensino Superior. Além disso, o mestrado profissional abriu novas oportunidades, tanto para professores do Ensino Básico e Fundamental quanto para técnicos envolvidos em atividades administrativas no setor educacional, como uma medida de capacitação adicional.

Após estudos e levantamentos, a Capes concluiu que há demanda de atendimento para a formação continuada dos professores do estado do ES e dos municípios. Considerando o apoio da Ufes e visando à capacitação e aumento na produção de pesquisas, o PPGMPE (atual PPGPE) obteve a aprovação da Capes. Diante dessa possibilidade de formação e a partir do acompanhamento de processos de implementação e, inclusive, das políticas de ações afirmativas do Governo Federal, surgiu nosso interesse em pesquisar, no mestrado profissional, o tema que envolve tais políticas, a partir do corpo técnico-administrativo da Ufes, considerando que

fazemos parte de ambas as políticas: de expansão universitária e de ações afirmativas.

Vislumbramos este estudo com a compreensão que nos trouxe o Movimento Negro em relação à priorização da educação. Nesse sentido, a formação se revela essencial, envolvendo toda a comunidade e, neste estudo, temos o foco nos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs).

Finalizamos este trabalho podendo considerar ter atingido o objetivo geral desta pesquisa, que foi identificar e compreender as condições de acolhimento e permanência dos estudantes negros na Ufes ingressantes por ações afirmativas na modalidade de cotas raciais, pelos TAEs.

Na abordagem qualitativa, com as entrevistas semiestruturadas, constatamos que algumas percepções se efetivaram e o trabalho foi desenvolvido mesmo diante de limitações, como, por exemplo, o prazo para desenvolver a pesquisa e poucas pesquisas encontradas direcionadas à temática abordada envolvendo esses profissionais.

Entre os principais resultados, destacamos que os entrevistados demonstraram dificuldade em utilizar certos termos raciais, com receio de possíveis conotações ofensivas, levando alguns a evitarem mencioná-los ou a questionarem, com perguntas como: "É adequado dizer negro ou preto?" (E2). Salientamos, também, que as respostas às perguntas refletem um descontentamento em relação à falta de oportunidades para aprender e obter informações sobre as políticas em vigor, como as políticas de ações afirmativas. Esse dado vai ao encontro de nossas considerações sobre a necessidade de formação desse segmento para lidar com as diversidades que temos hoje na Universidade. Houve também uma tendência de desviar o foco da discussão para relatos gerais sobre as experiências como TAE.

Identificamos estratégias para apoiar o acolhimento e a permanência dos estudantes, abordando apoio material, em conformidade com legislações vigentes. Entretanto, observamos uma significativa limitação em outro tipo de acolhimento, devido à falta de formação adequada, especialmente considerando as necessidades dos TAEs. Nesse contexto, foi proposta uma campanha formativa de sensibilização como a formação convencionalmente oferecida aos professores no meio acadêmico.

A implementação de políticas de ações afirmativas resultou em um aumento significativo no número de estudantes negros graduados, especialmente após a contratação de professores qualificados para ministrar disciplinas sobre Educação das Relações Étnico-Raciais. Esses dados indicam que a ampliação desses estudos pode fortalecer o senso de pertencimento dos estudantes negros na instituição, potencialmente aumentando o número de graduados e profissionais na carreira acadêmica.

Nesse sentido, considerando as atividades dos TAEs e a formação em relação à temática racial, podemos fortalecer a capacitação desses servidores que desempenham um papel crucial no suporte aos estudantes fora da sala de aula.

A revisão da literatura revelou resultados desafiadores quanto à retenção de estudantes, destacando a necessidade urgente de implementar ações afirmativas eficazes. Diante do desconhecimento e da hesitação em discutir o racismo, é essencial promover a conscientização e a educação sobre termos raciais, sobre a história das desigualdades raciais e sobre os impactos do racismo dentro da Universidade.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, especialmente durante a coleta de dados por meio de entrevistas, chegamos à conclusão de que uma iniciativa viável para promover uma educação antirracista entre os Técnicos Administrativos em Educação seria a criação de uma campanha formativa como Produto Educacional. Essa campanha poderia disseminar informações, de maneira a despertar curiosidade e interesse em aprofundar esses conhecimentos por meio de uma abordagem educacional antirracista.

A ideia da campanha surgiu, ao reconhecermos a dificuldade de implementar um curso de formação. Por isso, planejamos sensibilizar os TAEs por meio de uma campanha que visa captar a atenção deles com mensagens diretas, destacando a importância de reconhecer e combater o racismo em todas as suas manifestações.

Além disso, é crucial fomentar a diversidade e a representatividade em todos os contextos, estimulando um diálogo aberto sobre o racismo. Isso promove o respeito à diversidade e a desconstrução de estereótipos, condição essencial para criar um

ambiente mais inclusivo. Combatendo o desconhecimento e a hesitação em discutir o racismo, contribuimos para uma sociedade mais justa e igualitária.

A falta inicial de conhecimento e informações contribuiu para que os serviços prestados não fossem eficazes para os estudantes negros, resultando em uma falta de atendimento satisfatório e sem solucionar as demandas dos alunos. Muitos estudantes negros chegam à Universidade e precisam aprender tudo na prática, desde preencher formulários até organizar documentos e abrir conta bancária.

Os TAEs precisam não apenas lidar com o protocolo de documentos, mas também compreender a necessidade de transformar o modo de atendimento como parte do meio educativo. Um TAE consciente dessas demandas e devidamente capacitado, com formação que inclua o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira, estará apto a oferecer um atendimento que vai além do básico, proporcionando um acolhimento eficaz ao estudante. Reconhecemos a importância de aprofundar os estudos sobre esse fenômeno que afeta a permanência dos estudantes negros na Ufes, preenchendo uma lacuna que atualmente limita o acolhimento simbólico adequado.

Este estudo destacou a necessidade de uma investigação mais profunda sobre as atividades dos TAEs nas Instituições Federais de Ensino Superior. Acreditamos que este trabalho pode contribuir para fortalecer a temática racial, capacitando esses profissionais para atenderem melhor tais indivíduos. É fundamental que essa campanha não se limite apenas aos murais, perdendo sua eficácia ao passar despercebida. Portanto, como desdobramento deste trabalho, o produto educacional será protocolado como documento junto às pró-reitorias responsáveis pela gestão de pessoas, garantindo seu registro e facilitando consultas institucionais.

Considerando a necessidade de um processo formativo oferecido pela Ufes aos servidores que ingressam na Universidade por meio de concurso, encaminhamos esta pesquisa como recurso para não apenas fortalecer o entendimento da missão da Universidade, mas também para familiarizá-los com seus valores e compromissos. Entre esses compromissos, destacam-se a promoção do coletivo, a valorização da pluralidade, o apoio às ações afirmativas e a democratização do acesso e

permanência estudantil, conforme estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (Ufes, 2021).

Frente aos desafios das políticas de ações afirmativas, os estudos sublinham a necessidade de movimentos essenciais e a importância de introduzir temas, como educação das relações étnico-raciais, para os técnicos, durante a integração e a assunção do servidor. Isso envolve diálogos que contextualizam a situação atual da Universidade.

Como participantes da pesquisa, após recebermos suporte teórico, observamos, além das entrevistas, os desafios envolvidos na implementação da política educacional para os Técnicos Administrativos em Educação. Este programa de pós-graduação nos permitiu engajar em discussões conduzidas por pesquisadores que discutem temáticas étnico-raciais, ampliando nossos horizontes acadêmicos. Ele também investiu em nossa formação como pesquisadores, possibilitando a teorização de práticas cotidianas e a proposição de soluções alternativas para os desafios identificados.

Finalizamos este trabalho convictos de que esta discussão não se esgota aqui, desejando que esta dissertação seja lida como uma provocação e que possa despertar o interesse para um estudo mais aprofundado em relação à atuação dos TAEs. A reflexão das instituições públicas de educação superior sobre o tema possibilita a formação e capacitação sobre políticas de ações afirmativas, visando ao entendimento do acolhimento simbólico para uma permanência do estudante negro como pertencente à instituição.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vanessa Kolmar Alves; CASALI, Caroline. Condições de permanência material e simbólica de estudantes negros na universidade. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 16, n. 37, set./dez. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2021.

BASTOS, Sênia Regina; RAMEH, Ladjane Milfont; BITELLI, Fábio Molinari. O conceito de hospitalidade de Jacques Derrida nos artigos científicos. **Anais do Seminário da ANPTUR**, 2016.

BELOTTI, Márcia Araújo Souza. **Tecendo rede antirracista para o ensino de história e cultura africana afro brasileira na educação básica do município da Serra (ES)**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

BENATTI, Vania Pereira Morassutti. **Dificuldades de permanência na UEMS: a realidade dos estudantes pobres e negros na Universidade de Dourados**. 2017. Dissertação (Mestre em Sociologia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne_cp_003.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou

fundamental em escola pública. Brasília, 2023. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm. Acesso em: 14 ago. 2024.

BRASIL. **Resolução n. 1 de 17 de junho de 2004**. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves. Ministério da Educação. Brasília, julho de 2004.

CASTRO, Ana Caroline de Souza. **Os trabalhadores técnico-administrativos em educação da Universidade Federal de Goiás: trabalho, profissionalização e gestão da educação superior**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/e91af8f3-3f48-481b-a554-8a245c01fdd8/full>. Acesso em: 26 maio 2024.

CHAVES, Sueli B. C.; GOMES, Marcius de A. A formação continuada de profissionais da Educação Superior: um estudo de caso na Universidade Multicampi. **Revista interdisciplinar — Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 30, n. 4, p. 732-746, 2020.

COUTO, Fausta Porto. **Experiências Sociais sobre as Políticas de inserção vividas por estudantes no departamento de educação Campus de Guanambi da Universidade do Estado da Bahia: acesso, permanência e das ações afirmativas**. 2021. Tese (Doutorado em Conhecimento e Inclusão Social em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

DIAS, Ione Aparecida Duarte Santos. O ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana: a importância da formação e a efetivação de um currículo. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 164-177, maio-ago. 2005.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FERES JÚNIOR, J. *et al.* **Ação afirmativa: conceito, história e debates**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. (Sociedade e política collection). ISBN: 978-65-990364-7-7. <https://doi.org/10.7476/9786599036477>.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. **Vozes Negras na história da educação: racismo, educação e Movimento Negro no Espírito Santo (1978-2002)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

GHIGGI, Gioconda. **Análise da formação continuada de professoras e professores no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros na Universidade Federal do**

Paraná. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2023.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. e. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GRABOIS, Pedro Fornaciari. Pensar o acolhimento: uma leitura da filosofia de Jacques Derrida. **Inquietude**, Goiânia, v. 4, n. 12, jan./jul. 2013.

GRISA, Gregório Durlo. **Ações afirmativas na UFRGS: racismo, excelência pandêmica e cultura do reconhecimento.** 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do Conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.

GUASTI, Maria Cristina Figueiredo Aguiar. **Por trás dos muros da universidade: representações de estudantes sobre o sistema de reserva de vagas (cotas) e sobre estudantes cotistas da Ufes.** 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2022.

hooks, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2017.

LIMA, Maria Luciene Ferreira. **Políticas Públicas no ensino superior: ações afirmativas na UFPB.** 2014. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

LUIZ, Maria Fernanda. **Educação das relações étnico-raciais: contribuições de cursos de formação continuada para professoras(es).** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MARTINS, Mateus Augusto Almeida; FRANÇA, Marileide Gonçalves. Ações e práticas desenvolvidas em instituições de ensino superior voltadas à educação das relações étnico-raciais no município de Alegre-ES. *In*: FRANÇA, Marileide Gonçalves

(Org.). **Diversidade e Práticas educativas: Desafios e possibilidades**. Vitória: Edufes, 2023. Disponível em: <https://repositorio.Ufes.br/handle/10/774>. Acesso em: 04 ago. 2024.

MOEHLECKE, M. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p.199, novembro 2002.

MENEZES, Magali Mendes. O pensamento de Emmanuel Lévinas: uma filosofia aberta ao feminino. **Rev. Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, abr. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100002>. Acesso em: 04 ago. 2024.

MOREIRA, Adilson José. **Tratado de Direito Antidiscriminatório**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 5, n. 1, p. 17-24, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p.31-43, jul./dez. 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. 5. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 05 ago. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Teoria Social e Relações Raciais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: USP, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05 nov. 2003.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. 3. ed. rev. São Paulo: Perpectiva, 2019.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; GÁ, Luiz Carlos (Orgs.). **Adinkra: sabedoria em símbolos africanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó: Ipeafro, 2022.

NASCIMENTO, Juscilene Silva de Souza. **Ações para implementação da Lei nº.10.639/03: A (Des)consideração da identidade híbrida do negro contemporâneo**.

2017. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

NEGREIROS, Regina Coeli Araújo Trindade. **Ubuntu**: ancestralidade e espiritualidade na perspectiva de uma filosofia africana. 2023. Tese (Doutorado em Ciências das Religiões) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

NEGREIROS, Regina; SAMPAIO, Dilaine. A arquitetura do Ubuntu e Suas Subjetividades no Alicerce da Construção da Humanidade. **Intellèctus**, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan.-jun. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/81657/50151>. Acesso em: 17 jul. 2024.

OLIVEIRA, Thaynara Silva. **Relações étnico-raciais e educação**: políticas antirracistas no município de Cariacica. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

PATTO, Maria Helena de Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Intermeios, 2015.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. **O programa Unesco sobre as relações raciais no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://heritage.bnf.fr/france-bresil/pt-br/programa-unesco-article#:~:text=O%20%20Programa%20Unesco%20sobre%20as%20rela%C3%A7%C3%B5es%20raciais%20no%20Brasil%20tinha,da%20suposta%20aus%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 23 ago. 2024.

PRESIDENTE Lula sanciona PL que atualiza Lei de Cotas. 13/11/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/11/presidente-lula-sanciona-pl-que-atualiza-lei-de-cotas>. Acesso em: 03 ago. 2024.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O Movimento Negro e a crise brasileira**. 1985. Disponível em: <https://joelrufinodossantos.com.br/paginas/artigos/o-movimento-negro-e-a-crise-brasileira.asp>. Acesso em: 04 ago. 2024.

SANTOS, Rita de Cássia Mota. A aplicação da Lei 10.639/03 na busca por uma educação antirracista - avanços e retrocessos. *In*: AMORIM, Cleyde Rodrigues; SILVA, Vagner Gonçalves da (Orgs.). **Doma**: Saberes negros e enfrentamento ao racismo. Rio de Janeiro: Telha, 2023. *E-book*.

SANTOS, Sérgio Pereira dos. **Os “intrusos” e os “outros” quebrando o aquário e mudando os horizontes**: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da Ufes 2006-2012. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SANTOS, Sérgio Pereira dos. Os “intrusos” e os “outros” oxigenando a universidade: por uma relação articulada entre raça e classe nas ações afirmativas. **Simbiótica**, Vitória, v. 2, n. 1, p.106-125, jun. 2015.

SILVA JÚNIOR, Hédio. Conceito e demarcação histórica. *In: SILVA JÚNIOR, Hédio et al. Políticas públicas de promoção da igualdade racial. São Paulo: CEERT, 2010. p. 15-28.*

SILVA, Jéssica Petronilha da; FEITOSA, Lígia Rocha Cavalcante e; CORD, Denise. Matizes do acolhimento no ensino superior: apontamentos sobre o estado da arte. **Psicologia, Educação e Cultura**, v. XXVI, n. 2, set. de 2022.

SIQUEIRA, Yamila de Paula. **Sociologia no ensino médio: Lei nº 10.639/03. e a formação antirracista.** 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020,

SISS, Ahyas. Afro-brasileiros e a qualidade da educação: transformações e possibilidades. **Boletim Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ**, 2009. Disponível em: <http://www.ufrj.br/seminariopsi/2009/boletim2009-1/siss.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

SISS, Ahyas *et al.* Afrofobia, Afroconveniência e as Comissões de Heteroidentificação Étnico-Racial. *In: SISS, A. (org.). As Comissões de Heteroidentificação Étnico-Racial no Sistema de Cotas no Acesso às Instituições de Ensino Superior Públicas Federais: implementação e atuação.* Nova Iguaçu: OPAAS, 2022, v.1. p. 11-36.

SOUZA, Anderson Xavier de. **O “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana” e a ação da SMED-BH na promoção da igualdade racial na educação.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Cargo C -Auxiliar em Administração.** Vitória, 2013. Disponível em: <https://progep.ufes.br/cargo-c-auxiliar-em-administra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 10 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Relação de Servidores da Ufes e Ambiente Organizacional.** Vitória, 2023. Disponível em: https://servidor.ufes.br/Quadros/servidores_ambiente.jsp. Acesso em: 18 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução nº 05/2021.** Plano de Desenvolvimento Institucional da Ufes. Vitória, 2021. Disponível em: https://socs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_no_05.2021_-_pdi-parte_1.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução n. 33/2007 de 09 de agosto de 2007.** Revogada pela Resolução nº 59/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Estabelece sistema de inclusão social no Processo Seletivo da Ufes para ingresso nos cursos de graduação. Vitória, 2007. Disponível em: https://daocs.Ufes.br/sites/daocs.Ufes.br/files/field/anexo/resolucao_33.2007_-alterada.pdf. Acesso em: 03 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução n. 35 de 25 de outubro de 2012**. Estabelece sistema de reserva de vagas no Processo Seletivo da Ufes para ingresso nos cursos de graduação. Vitória, 2012. Disponível em: <https://daocs.Ufes.br/resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-352012-cepe03.05.2023>. Acesso em: 03 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução n.º 44/2005 de 16 de novembro de 2005**. Criação dos Cursos de Graduação, com os respectivos quantitativos de vagas, propostos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e previstos no Plano de Expansão e Consolidação da Interiorização da Universidade Federal do Espírito. Vitória, 2005a. Disponível em: https://daocs.Ufes.br/sites/daocs.Ufes.br/files/field/anexo/resolucao_44_2005.pdf. Acesso em: 03 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução nº 45/2005**. Criar os Cursos de Graduação, com os respectivos quantitativos de vagas, propostos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e previstos no Plano de Expansão e Consolidação da Interiorização da Universidade Federal do Espírito Santo, conforme anexo I desta Resolução. Vitória, 2005b. Disponível em: https://daocs.ufes.br/sites/daocs.ufes.br/files/field/anexo/resolucao_44_2005.pdf. Acesso em: 22 abr. 2024.

VENTURINI, Anna Carolina. BARRETO, Paula. Ação afirmativa. *In*: RIOS, Flávia, SANTOS, Márcio André dos; RATTS, Alex. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporânea**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

APÊNDICE A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (TAEs)

Local: *Campus* Universitário de Goiabeiras, salas reservadas previamente

Datas: de 10 a 20 de janeiro de 2024

Equipamento para gravação: Telefone celular

1. Identificação como servidor Técnico-Administrativo em Educação da Ufes:
Nome, tempo de atividade no setor, escolaridade etc.
2. Você poderia falar um pouco das suas experiências vivenciadas no que diz respeito à presença dos estudantes negros na Ufes?
3. Quais são as medidas que considera importante para promover o acolhimento e a permanência desses estudantes na Ufes?
4. Você acredita que a valorização da cultura, história africana e afro-brasileira pode contribuir para uma educação mais inclusiva e respeitosa às diversidades?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Convido para participar da pesquisa intitulada “Os desafios do acolhimento e permanência dos estudantes negros na Universidade”, a ser desenvolvida pela pesquisadora Maria Inês Dias de Freitas. Trata-se de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), sob orientação da Professora Dra. Cleyde Rodrigues Amorim e tem como objetivo geral: é analisar as condições de acolhimento, permanência dos estudantes negros na Ufes no período de 2012 a 2022.

Sua participação será voluntária, não havendo qualquer incentivo financeiro ou qualquer custo para participar, portanto, você terá plena autonomia para decidir se participará ou não, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma.

Os riscos estão relacionados ao desconforto e à inibição em prestar informações, e caso seu vínculo com a instituição de ensino superior seja de trabalho, há ainda o risco referente à possibilidade de consequências imprevistas neste ambiente. Em quaisquer dos casos você poderá se negar a fornecer qualquer tipo de informação que cause constrangimento ou mesmo desistir da entrevista sem necessidade de explicações sobre os motivos. Além disso fica garantido o direito a assistência e de buscar indenização em caso de dano ou ressarcimento de custos comprovadamente decorrentes da participação nessa pesquisa, conforme

Resolução 510 de 2016, do Conselho Nacional de Saúde em seu Artigo 19, § 2º. Quanto ao risco sobre o tema da pesquisa em relação a Instituição, está garantida a proteção, uma vez que no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021/2023) há registros do compromisso com a defesa e respeito a diversidade étnico raciais, de gênero, culturais, sociais e regionais de nossa população; compromisso com a pluralidade, a acessibilidade, as ações afirmativas e a democratização do acesso e da permanência estudantil, garantia de liberdade de ensinar e aprender etc. (p.25). Para evitar os riscos acima mencionados, além de pré-agendar o local da entrevista numa sala adequada a preservação do participante, encaminharei previamente as perguntas para que o participante possa tomar ciência prévia do que será perguntado.

Assim, sua participação será por meio da concessão de entrevista semiestruturada, com duração de 40 minutos, a realizar-se em data pré-agendada de acordo com a sua disponibilidade e dentro do período previsto no cronograma da pesquisa. A entrevista será realizada no campus universitário de Goiabeira na Ufes, portanto, não necessitará de seu deslocamento, evitando-se assim custos aos participantes. Será utilizado um gravador de voz, para registro da voz, sem a divulgação, será utilizada a escrita com a transcrição da voz, não haverá registro de imagem do participante, mantendo-se o anonimato. O Roteiro das perguntas para entrevista está anexo, para ciência prévia dos dados que pretendemos coletar.

Ressarcimento e Indenização • De igual forma, a participação na pesquisa não implica em gastos para você. No entanto, caso você tenha alguma despesa decorrente da sua participação, tais como transporte, alimentação, entre outros, você será ressarcido do valor gasto, no entanto nada desta natureza está previsto; Se ocorrer algum dano decorrente da sua participação na pesquisa, você poderá buscar indenização, conforme determina a lei e o que prever a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília (DF): MS; 2012. Brasil.

Os dados coletados serão analisados e os resultados serão divulgados por meio do PPGMPE/CE/Ufes, ou em revistas científicas nacionais e internacionais, sem a identificação dos voluntários. As pesquisadoras se comprometem a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação.

Contudo, sua participação será muito importante para o desenvolvimento da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Sendo assim, a qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato: maria.i.freitas@ufes.br explicitados neste Termo.

Em caso de denúncia ou intercorrência na pesquisa o Comitê de Ética em Pesquisa da Ufes poderá ser acionado pelo endereço eletrônico cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, no endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do Centro de ciências Humanas e Naturais (CCHN), Goiabeiras, CEP 29 075-910 - Vitória – ES.



Documento assinado digitalmente
 Maria Ines Dias de Freitas
 Data: 30/12/2023 08:26:21-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Pesquisador Responsável:

TEL: 27 99942-8872

Local e data:

.....

Assinatura:.....

.....

Consentimento do Participante

Eu, abaixo assinado, concordo

voluntariamente em participar do estudo: “Os desafios do acesso, acolhimento e permanência dos estudantes negros na Universidade”, declaro ainda que fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinatura

.....

Local e data

.....

APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPIRITO SANTO CAMPUS
GOIABEIRA - UFES



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OS DESAFIOS DO ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NEGROS NA UNIVERSIDADE.

Pesquisador: MARIA INES DIAS DE FREITAS

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 7535523.0.0000.5542

Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.848.015

Apresentação do Projeto:

Segundo o formulário online da Plataforma Brasil, o projeto possui as seguintes características gerais:

*Descrição:

Esta pesquisa será desenvolvida na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), campus Goiabeiras em Vitória/ES. Terá como sujeito da pesquisa estudantes que se declararam pretos e pardos no ingresso por meio da reserva de vagas e os servidores Técnicos Administrativos em Educação que atuam em setores de atendimentos diretos aos estudantes. O tema da pesquisa é: OS DESAFIOS DO ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NEGROS NA UNIVERSIDADE. A pergunta da pesquisa é: qual é a percepção dos/as dos servidores TAEs e dos/das estudantes pretos/as e pardos/as sobre o processo de acolhimento e permanência dos ingressantes por ações afirmativas/ cotas raciais?

Para condução da pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa, pesquisa participante e entrevistas semiestruturadas. Os resultados esperados é a criação de um curso regular de formação para os servidores da Ufes sobre História e cultura Afro-brasileira e Africana."

Objetivo da Pesquisa:

O protocolo submetido aponta, em sua última versão, os seguintes objetivos:

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN

Bairro: Goiabeiras

CEP: 29.075-910

UF: ES **Município:** VITORIA

Telefone: (27) 3145-8820

E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO CAMPUS
GOIABEIRA - UFES



Continuação do Parecer: 6.888.011

***Objetivo Primário:**

Objetivo geral: Analisar as condições de acolhimento, permanência dos estudantes negros na Universidade.

Objetivo Secundário:

Compreender o impacto das políticas de Ações Afirmativas na formação acadêmica do estudante negro; Investigar as políticas e estratégias utilizadas pela universidade para promover envolvimento e o sucesso acadêmico de estudantes negros; Identificar as iniciativas dos processos formativos oferecidos pela Ufes a partir de 2012, tendo em vista a sanção da Lei n.º 12.711/2012; elaborar um programa de curso regular de formação continuada para os TAEs sobre ERER*

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A proposta traz as seguintes considerações sobre os seus riscos e benefícios:

***Riscos:**

Os riscos estão relacionados ao desconforto e à inibição em prestar informações e há possibilidade de consequências imprevistas em seu ambiente de trabalho, neste caso, você poderá negar a qualquer tipo de informação que cause constrangimento ou mesmo desistir da entrevista sem necessidade de explicações sobre o motivo. Além disso fica garantido o direito a assistência e de buscar indenização em caso de dano ou ressarcimento de custos comprovadamente decorrentes da participação nessa pesquisa, conforme Resolução 510 de 2016, do Conselho Nacional de Saúde em seu Artigo 19, § 2º.

O risco quanto ao tema da pesquisa em relação a instituição, está garantida a proteção, uma vez que no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021/2023) há registros do compromisso com a defesa e respeito a diversidade étnico raciais, de gênero, culturais, sociais e regionais de nossa população; compromisso com a pluralidade, a acessibilidade, as ações afirmativas e a democratização do acesso e da permanência estudantil, garantia de liberdade de ensinar e aprender etc. (p.25). Para evitar os riscos acima mencionados, além de pré-agendar o local da entrevista numa sala adequada a preservação do participante, encaminharei previamente as perguntas para que o participante possa tomar ciência prévia do que será perguntado.

Benefícios:

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9800 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO CAMPUS
GOIABEIRA - UFES



Continuação do Parecer: 6.898.015

Concientizar as pessoas envolvidas sobre que as questões raciais podem contribuir para a melhoria das relações, atendimento e sentimento de pertencimento aos estudantes; Proporcionar informações sobre estudos sobre as questões raciais; Oferecer a Instituição uma ferramenta para contribuir para Ações Afirmativas”.

As considerações acima foram consideradas de acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa a ser desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), sob a orientação da Professora Dra. Cleide Rodrigues Amorim. Aponta financiamento próprio.

Prevê 10 participantes na pesquisa, a serem entrevistadas/os/es semidirigidamente. Há a previsão de proposta de produto educacional.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Termo de assentimento: não apresentado e desnecessário, pelo protocolo não prever a participação de menores de idade nem de pessoas "sem condição de autonomia".

- TCLE: apresentado; no entanto ele não explicita a elaboração final de um curso em educação étnico racial ao final da pesquisa.

- Carta de anuência: apresenta o documento assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE PAULA VARGAS, Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, autorizando o desenvolvimento da pesquisa, mas condicionando-o à aprovação pelo CEP-UFES. Documento assinado em 06/12/2023, mas postado apenas em 27/04/2024

Recomendações:

- Teria sido muito bom evidenciar no TCLE que a pesquisa está associada a iniciativa pedagógica, no caso a proposta de "curso regular de formação para os servidores da Ufes sobre História e cultura Afro-brasileira e Africana", apontando como se espera que a pesquisa fundamente o curso, de modo a que participantes da pesquisa fiquem melhor informadas/os/es.

- Igualmente, o ideal teria sido pedir anuência à atual representação na reitoria da UFES, ou ao

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras CEP: 29.075-900
UF: ES Município: VITÓRIA
Telefone: (27)3145-9820 E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPÍRITO SANTO CAMPUS
GOIABEIRA - UFES



Continuação do Parecer: 6.888.013

Conscientizar as pessoas envolvidas sobre que as questões raciais podem contribuir para a melhoria das relações, atendimento e sentimento de pertencimento aos estudantes; Proporcionar informações sobre estudos sobre as questões raciais; Oferecer a Instituição uma ferramenta para contribuir para Ações Afirmativas”.

As considerações acima foram consideradas de acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa a ser desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), sob a orientação da Professora Dra. Cleide Rodrigues Amorim. Aponta financiamento próprio.

Prevê 10 participantes na pesquisa, a serem entrevistadas/os/es semidirigidamente. Há a previsão de proposta de produto educacional.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Termo de assentimento: não apresentado e desnecessário, pelo protocolo não prever a participação de menores de idade nem de pessoas “sem condição de autonomia”.

- TCLE: apresentado; no entanto ele não explicita a elaboração final de um curso em educação étnico racial ao final da pesquisa.

- Carta de anuência: apresenta o documento assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE PAULA VARGAS, Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, autorizando o desenvolvimento da pesquisa, mas condicionando-o à aprovação pelo CEP-UFES. Documento assinado em 06/12/2023, mas postado apenas em 27/04/2024

Recomendações:

- Teria sido muito bom evidenciar no TCLE que a pesquisa está associada a iniciativa pedagógica, no caso a proposta de “curso regular de formação para os servidores da Ufes sobre História e cultura Afro-brasileira e Africana”, apontando como se espera que a pesquisa fundamente o curso, de modo a que participantes da pesquisa fiquem melhor informadas/os/es.

- Igualmente, o ideal teria sido pedir anuência à atual representação na reitoria da UFES, ou ao

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras CEP: 29.075-910
UF: ES Município: VITORIA
Telefone: (27) 3345-9820 E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESPIRITO SANTO CAMPUS
GOIABEIRA - UFES**



Continuação do Parecer: 6.868.015

/Brochura Investigador	PROJETO.pdf	11:51:31	DE FREITAS	Postado
Informações Básicas do Projeto	PS_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2157515.pdf	25/04/2024 18:01:18		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_assinado.pdf	25/04/2024 18:00:56	MARIA INES DIAS DE FREITAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_assinado.pdf	25/04/2024 18:00:56	MARIA INES DIAS DE FREITAS	Postado
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	25/04/2024 18:00:42	MARIA INES DIAS DE FREITAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	25/04/2024 18:00:42	MARIA INES DIAS DE FREITAS	Postado
Cronograma	cronograma.pdf	31/03/2024 14:22:31	MARIA INES DIAS DE FREITAS	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO2_assinado.pdf	29/10/2023 23:54:08	MARIA INES DIAS DE FREITAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 24 de Maio de 2024

**Assinado por:
KALLINE PEREIRA AROEIRA
(Coordenador(a))**

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9120 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com

APÊNDICE D – TERMO DE ANUÊNCIA PARA A PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA REITORIA

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Maria Inês Dias de Freitas, a desenvolver o seu projeto de pesquisa “Os desafios pra o acolhimento e permanência dos estudantes negros na Universidade Federal do Espírito Santo”, que está sob a orientação da Profª. Drª. Cleyde Rodrigues Amorim, cujo objetivo é analisar as condições de acolhimento, permanência dos estudantes negros na Universidade (2012 a 2022).

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 CNS e suas complementares, comprometendo-se a mesma a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Vitória, 06 de dezembro de 2023.

PAULO SERGIO DE
PAULA
VARGAS:526372397
00

PAULO SERGIO DE PAULA VARGAS
Reitor

Av. Fernando Ferrari, 514 | Campus Universitário Alaor de
Queiroz Araújo Goiabeiras, Vitória/ES | CEP 29.075-910

Telefone: **(27) 4009-2770**

E-mail: **reitor@ufes.br**

MIDF



APÊNDICE E - PRODUTO EDUCACIONAL

TERMOS RACIAIS



©OCARTIEL

CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO FORMATIVA



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO

109

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

**“CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO FORMATIVA SOBRE TERMOS RACIAIS
PARA TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DA UFES”**

VITÓRIA
2024


*Programa de Pós-Graduação
Profissional em Educação - Ufes*

EUSTÁQUIO VINÍCIUS RIBEIRO DE CASTRO
REITOR

SONIA LOPES VICTOR
VICE-REITORA

VALDEMAR LACERDA JUNIOR
PRPPG

REGINALDO CÉLIO SOBRINHO
CE

RENATA DUARTE SIMÕES
PPGPE

Descrição Técnica do Produto

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

F862p Freitas, Maria Inês Dias de, 1962-
A PERCEPÇÃO DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NEGROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO / Maria Inês Dias de Freitas. - 2024.
29 f. : il.

Orientadora: Cleyde Rodrigues Amorim.
Produto Técnico-Tecnológico (Outro) (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Acolhimento.. 2. Tipos de racismo. 3. Raça, racismo e etnia. 4. Educação antirracista.. I. Amorim, Cleyde Rodrigues. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PRODUTO

Este produto educacional foi produzido a partir da dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação e desenvolvido com base em todo o trabalho que visou sensibilizar os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) no que diz respeito às temáticas raciais e alguns termos e conceitos¹². Nosso objetivo é trazer noções de autores que discutem as questões étnico-raciais, para que os TAEs que atuam nas Secretarias de Colegiados de Cursos possam se aproximar de informações importantes em relação aos negros e sua história no país.

O pensamento sobre a criação deste produto teve início com a percepção da necessidade de formação para os servidores da Ufes sobre a temática racial, considerando a aprovação da Lei de Cotas, em 2012, e o acesso dos estudantes negros à Universidade.

Desde 2017, a disciplina de Educação das Relações Étnico-Raciais está disponível para os cursos de licenciatura, contando com quatro docentes para atender toda a demanda. No entanto, há uma escassez de obras atualizadas e de autoria de especialistas na temática racial, o que limita a ampliação da oferta e a possibilidade de oferecer formação adicional tanto para os servidores da Ufes quanto para os docentes.

Diante da escassez dessas informações e da importância para o acolhimento e a permanência dos estudantes negros na Ufes, disponibilizamos esta campanha de sensibilização, almejando despertar o interesse de todos para a história e a cultura afro-brasileira e africana.

As pessoas terão oportunidade, além da observação e leitura da ilustração, de apontar o celular ao QR CODE nos cartazes para obter as referências e ampliar a leitura sobre

¹² Na introdução de “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão”, Gomes (2005) escreve sobre diferentes interpretações que as pessoas da sociedade brasileira têm sobre relações raciais e argumenta que os movimentos sociais, principalmente o Movimento Negro Unificado (MNU), sempre trabalharam as questões raciais com foco nas dimensões das interpretações políticas desses conceitos, e que há uma necessidade de reeducação da população, dos meios políticos e acadêmicos. Ela trabalha diversos termos-chave para sinalizar as relações raciais: identidade, identidade negra, etnia, raça, racismo, preconceito racial, democracia racial e discriminação racial.

a temática, caso haja interesse de se aprofundar por meio de cursos de formação e ou *lives* disponíveis no Youtube.

2 DESCRIÇÃO DO PRODUTO

O resultado final desta pesquisa consiste em um material físico a ser apresentado ao término do estudo. Este produto é delineado na introdução da pesquisa como um dos objetivos específicos, focado na criação de uma campanha de sensibilização utilizando termos raciais. O material conterà informações importantes e concisas, destinadas a fomentar o interesse dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) pela formação em história e cultura afro-brasileira e africana, ampliando seus conhecimentos e promovendo uma nova abordagem no acolhimento dos estudantes negros na Ufes.

A importância deste produto reside na rápida acessibilidade a conceitos raciais, básicos e fundamentais para o cotidiano de trabalho, escritos por estudiosos da temática racial. A proposta é fixar ilustrações nos murais dos corredores de acesso aos Colegiados dos Cursos de Graduação de Goiabeiras. Este projeto é concebido como uma maneira indireta de proporcionar formação, visando melhorar a qualidade de vida dos estudantes negros de origem étnico-racial negra, muitas vezes pertencentes a classes menos favorecidas, os quais têm a oportunidade de frequentar a Universidade como um meio de ascensão cultural e social.

Pretende-se, também, obter atenção para uma educação antirracista, por meio da ilustração, da escrita e do aprofundamento sobre a temática, ao direcionar por meio do QR CODE. Nessa perspectiva, intentamos promover impactos positivos na promoção da igualdade racial e no combate ao racismo institucional.

Elaboramos quatro cartazes apresentados a seguir. O primeiro ilustra o título da dissertação, chamando atenção para a leitura, podendo ser algo leve, tendo em vista a postura da leitora, conforme áudio explicativo.

O público-alvo desta pesquisa são os Técnicos Administrativos em Educação da Ufes dos setores que fazem atendimentos aos estudantes. Pretendemos, por este meio, indicar como os conhecimentos sobre as temáticas raciais podem impactar no

atendimento, levando a uma relação mais harmoniosa com o outro e consigo mesmo, ao ampliar seus conhecimentos.

Para o desenvolvimento do produto, utilizaremos os conteúdos da pesquisa, bem como o aporte teórico. O material tem ilustração elaborada por *design* gráfico.

Espera-se que o produto de educação antirracista desperte e amplie o interesse para o campo acadêmico, provocando curiosidade sobre a prática educacional e para a justiça social.

3 APONTAMENTOS SOBRE CONCEITOS E TERMOS NAS RELAÇÕES RACIAIS

Os conceitos e termos relacionados às questões raciais têm sido estudados desde os anos 1960, impulsionados pela política de educação antirracista liderada pelos Movimentos Negros. Após a Constituição Federal de 1988, houve um reconhecimento crescente da pluralidade cultural no Brasil. Em 2001, um marco político significativo foi estabelecido em Durban, África do Sul, resultando na Lei nº. 10.639/03 no Brasil, que determinou o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Posteriormente, a Lei nº. 12.711/12, conhecida como Lei de Cotas, atualizada pela Lei nº. 14.723/23, juntamente com a Lei nº. 12.990/14, que estabeleceu cotas para concursos públicos

Nessa perspectiva, acadêmicos e pesquisadores negros exploram a história e a cultura afro-brasileira de múltiplas maneiras, visando promover a compreensão das questões raciais e fornecer uma base para a construção de conhecimentos relevantes sobre o tema.

À vista de compreender termos e conceitos relativos às relações raciais, Nilma Lino Gomes (2005, p. 39) nos diz que

Os termos e conceitos revelam não só a teorização sobre a temática racial, mas também as diferentes interpretações que a sociedade brasileira e os atores sociais realizam a respeito das relações raciais. Nesse contexto, é importante destacar o papel dos movimentos sociais, em particular, do Movimento Negro, os quais redefinem e redimensionam a questão social e racial na sociedade brasileira, dando-lhe uma dimensão e interpretação políticas. Nesse processo, os movimentos sociais cumprem uma importante tarefa não só de denúncia e reinterpretação da realidade social e racial brasileira como, também, de reeducação da população, dos meios políticos e acadêmicos.

De acordo com a autora, as discordâncias entre diversas ênfases, concepções e práticas sociais evidenciam a extrema complexidade da questão do racismo.

Para Munanga e Gomes (2016, p.179), o conceito de **racismo** consiste em

[...] um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor de pele, tipo de cabelo, formato dos olhos etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos de humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira.

Uma das manifestações mais evidentes do racismo é a discriminação individual, e esses atos discriminatórios podem variar desde comentários ofensivos até violência física, deixando cicatrizes profundas nas vítimas e perpetuando um ciclo de desigualdade. Já a forma institucional do racismo, segundo Munanga e Gomes (2016, p. 180), “[...] implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo estado ou com o seu apoio indireto”.

No que diz respeito ao conceito de **raça**, “[...] etimologicamente, surgiu do italiano *razza*, o qual, por sua vez, veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie” (Munanga, 2003, p. 1).

Segundo Munanga (2003, 1-6)

[...] o conceito de raça foi usado na zoologia e na botânica para classificar animais e vegetais. [...] o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum. [...]. Nos séculos XVI-XVII o conceito de raça passa efetivamente a atuar nas relações entre classes sociais da França da época. [...] Em qualquer operação de classificação, é preciso primeiramente estabelecer alguns critérios objetivos com base na diferença e na semelhança. [...] No século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental e divisor d'água entre as chamadas raças. Por isso, que a espécie humana ficou dividida em três raças estancas que resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. Ora, a cor da pele é definida pela concentração da melanina. [...] os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade, cientificamente é inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças, ou seja, as raças não existem [...] Alguns biólogos anti-racistas chegaram até sugerir que o conceito de raça fosse banido dos dicionários e dos textos científicos. No entanto, o conceito persiste tanto no uso popular como em trabalhos e estudos produzidos na área das ciências sociais. Estes, embora concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, eles justificam o uso do conceito como realidade social e a política, considerando a raça como uma construção sociológica e a categoria social de dominação e de exclusão.

Nesse sentido, Munanga e Gomes (2016, p. 175) ressaltam que

Já o movimento negro e vários estudiosos, atualmente, quando usam o termo “raça”, não o fazem alicerçados na ideologia nazista. Ao contrário rejeitam a ideia de que existam raças superiores e inferiores. Os grupos políticos lançam mão do conceito, dando-lhe um outro significado, relacionado ao reconhecimento da diferença entre grupos humanos, sem atribuir qualidades positivas e negativas, ao reconhecimento na condição das origens ancestrais e identidades próprias de cada um deles. Esse uso tem um sentido social e político, que diz respeito à história da população negra no Brasil e à complexa relação entre raça, racismo, preconceito e discriminação racial.

Além disso, denunciam o racismo, alertando a todos para o fato de que aqueles classificados como negros estão expostos a condições de vida, educacionais e salariais extremamente desiguais, quando comparados ao segmento branco da população brasileira (Munanga; Gomes, 2016).

O termo **identidade** é estudado por vários pesquisadores devido à complexidade dessa expressão. A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, por meio do seu sistema axiológico, sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para se definir em contraposição ao alheio.

A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos etc. (Munanga, 1996, p. 17).

Ainda sobre identidade, Stuart Hall (2012) apresenta o conceito de identidade como algo em constantes mudanças e alterações, ou seja, define enquanto estado provisório e aberto à contestação, devido à sua complexidade. Para o autor,

Para aqueles (as) teóricos (as) que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Essa perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo (Hall, 2022, p. 10).

Diante da complexidade dos conceitos apresentados, entendemos que identidade se constrói a partir do outro, em sua interação, da percepção do outro de acordo com o tempo e com o espaço. Além de ser construída no diálogo com o outro, a identidade

é também construída consigo mesmo, produzindo, assim, um pensamento e um conhecimento.

O termo **etnia** é muito usado entre os intelectuais do Movimento Negro, tendo em vista a adoção social e política do termo raça, os quais mencionam a etnia destacando a origem ancestral, étnico-racial do negro e cultural do brasileiro. Para Munanga (2003, p. 10),

Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território... A maioria dos pesquisadores brasileiros que atuam na área das relações raciais e interétnicas recorrem com mais frequência ao conceito de raça. Eles empregam ainda este conceito, não mais para afirmar sua realidade biológica, mas sim para explicar o racismo, na medida em que este fenômeno continua a se basear em crença na existência das raças hierarquizadas, raças fictícias ainda resistentes nas representações mentais e no imaginário coletivo de todos os povos e sociedades contemporâneas. Alguns, fogem do conceito de raça e o substituem pelo conceito de etnia considerado como um lexical mais cômodo que o de raça, em termos de “fala politicamente correta”. Essa substituição não muda nada a realidade do racismo, pois não destrói a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos componentes do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reformula com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesmas de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje. O que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intato. É por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e anti-racistas. Constituem uma bandeira carregada para todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses.

Em relação ao termo **preconceito racial**, ele se constitui como um pré-julgamento de um grupo ou uma pessoa pela etnia e/ou pela religião. O preconceito racial é uma atitude inflexível. É uma opinião formada previamente, sem o conhecimento e sem assumir que é uma pessoa preconceituosa. Ou seja, o preconceito é aprendido socialmente.

Acerca disso, Gomes (2005) afirma que é necessária a discussão sobre o preconceito para sua superação, juntamente com o racismo e a discriminação racial. A autora encontra contribuições de Zilá Bernd (1994, p. 9-10) para destacar que

O indivíduo preconceituoso é aquele que se fecha em uma determinada opinião, deixando de aceitar o outro lado dos fatos. É, pois, uma posição dogmática e sectária que impede aos indivíduos a necessária e permanente abertura ao conhecimento mais aprofundado da questão, o que poderia levá-los à reavaliação de suas posições (*apud* Gomes, 2017, p. 54).

Relativamente ao conceito de **discriminação racial**, Gomes (2005) ressalta que a palavra discriminar significa diferenciar. Discriminação racial pode ser considerada a prática do racismo e do preconceito racial. A palavra discriminação possui uma pluralidade de significados, os quais têm conotações claramente negativas, pois sugerem que alguém foi tratado de forma arbitrária. O vocábulo discriminar significa, aqui, categorizar pessoas ou situações a partir de uma característica para atribuir a elas algum tipo de consequência.

Todavia, para Moreira (2020), a palavra discriminação tem também outro significado no mundo jurídico: ela indica que uma pessoa impõe à outra um tratamento arbitrário, a partir de um julgamento moral negativo, o que pode contribuir para que a segunda pessoa esteja em uma situação de desvantagem. Conforme o referido autor, essa mesma expressão adquiriu sentidos ainda mais complexos, em função da percepção de que indivíduos são excluídos porque sofrem diferentes formas de tratamento desvantajoso pelo qual não expressam intencionalidade. Ela tem sido usada para categorizar as práticas daquelas instituições que não tomam as medidas necessárias para que pessoas de diferentes grupos estejam representadas nos seus quadros.

À vista dessa compreensão, Moreira (2020, p. 343) ainda pontua que

Seu caráter sistêmico significa que a opressão não está necessariamente ligada à vontade de indivíduos particulares; membros de grupos dominantes podem pautar as instituições públicas e privadas de forma que elas sempre operem para garantir seus interesses e negar igualdade às minorias [...] Se discriminação é o meio a partir do qual membros de um grupo são excluídos de oportunidades, a desvantagem é a consequência e a situação na qual eles se encontram. A discriminação pode ocorrer na forma de um ato individual ou institucional, mas ela indica que certos segmentos sociais estarão em uma situação de exclusão em função de padrões de comportamento repetidos pelos grupos em posição de poder.

Sobre a expressão **democracia racial**, é uma ideia que surgiu no Brasil como um mito, que sugere que as relações raciais no país são harmoniosas e que não há preconceito ou discriminação baseados na raça ou cor da pele. No entanto, essa ideia não corresponde à realidade, já que as desigualdades raciais persistem em todas as áreas da sociedade, desde o acesso à educação e ao mercado de trabalho até ao sistema de saúde e segurança pública.

Gomes (2005, p. 56) enfatiza sobre o “mito da democracia racial” que

Ninguém nega o fato de que todos nós gostaríamos que o Brasil fosse uma verdadeira democracia racial, ou seja, que fôssemos uma sociedade em que os diferentes grupos étnico-raciais vivessem em situação real de igualdade social, racial e de direitos. No entanto, os dados estatísticos sobre as desigualdades raciais na educação, no mercado de trabalho e na saúde e sobre as condições de vida da população negra, revelam que tal situação não existe de fato. Todavia, a sociedade brasileira, ao longo do seu processo histórico, político, social e cultural, apesar de toda a violência do racismo e da desigualdade racial, construiu ideologicamente um discurso que narra a existência de uma harmonia racial entre negros e brancos. Tal discurso consegue desviar o olhar da população e do próprio Estado brasileiro das atrocidades cometidas contra os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes, impedindo-os de agirem de maneira contundente e eficaz na superação do racismo.

Portanto, a democracia racial não é uma realidade no Brasil e não podemos minimizar o impacto do racismo na sociedade brasileira, haja vista a importância de reconhecermos e combatermos todas e quaisquer desigualdades e discriminações raciais que ainda existem.

Por fim, no que tange ao conceito de **etnocentrismo**, trata-se de um termo que designa o sentimento de superioridade que uma cultura tem em relação a outras. Tal sentimento é embasado em valores considerados universais pela sociedade em questão. Segundo Gomes (2005, p. 53-54),

O etnocêntrico acredita que os seus valores e a sua cultura são os melhores, os mais corretos e isso lhe é suficiente. Ele não alimenta necessariamente o desejo de aniquilar e destruir o outro, mas, sim, de evitá-lo ou até mesmo de transformá-lo ou convertê-lo, pois carrega em si a ideia de recusa da diferença e cultiva um sentimento de desconfiança em relação ao outro, visto como diferente, estranho ou até mesmo como um inimigo potencial. Os sentimentos etnocêntricos estão enraizados na humanidade e por isso mesmo são difíceis de ser controlados. Porém, quando esse tipo de sentimento se exacerba, produzindo uma ideia de que o outro, visto como o diferente, apresenta além das diferenças consideradas objetivas, uma inferioridade biológica, o etnocentrismo pode se transformar em racismo.

Como resultado, muitas culturas ainda permanecem socialmente marginalizadas, perseguidas ou até mesmo criminalizadas.

Usamos como aporte teórico Munanga e Gomes (2016, 11), segundo os quais,

Aprender a conhecer sobre o Brasil e sobre o povo Brasileiro é aprender a conhecer a história e a cultura de vários povos que aqui se encontraram e contribuíram com suas bagagens e memórias na construção deste país e na produção da identidade brasileira.

Apresentamos, no próximo tópico, as ilustrações para a campanha, com capas de livros como referência de leituras recomendadas.

4 CARTAZES PARA A CAMPANHA

ACOLHIMENTO



ESTA CAMPANHA INTEGRA A PESQUISA DE MESTRADO DESENVOLVIDA NO PGPPE PELA ESTUDANTE/SERVIDORA MARIA INÊS DIAS DE FREITAS



TIPOS DE RACISMO



@OCARTIEL

ESTA CAMPANHA INTEGRA A PESQUISA DE Mestrado DESENVOLVIDA NO PPGPE PELA ESTUDANTE/SERVIDORA MARIA INÊS DIAS DE FREITAS



RAÇA, RACISMO E ETNIA



@OCARTIEL

ESTA CAMPANHA INTEGRA A PESQUISA DE MESTRADO DESENVOLVIDA NO PGPPE PELA ESTUDANTE/SERVIDORA MARIA INÊS DIAS DE FREITAS



EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

DISCRIMINAÇÃO RACIAL
DEMOCRACIA RACIAL



ETNOCENTRISMO
PRECONCEITO RACIAL



@OCARTIEL

ESTA CAMPANHA INTEGRA A PESQUISA DE MESTRADO DESENVOLVIDA
NO PGPPE PELA ESTUDANTE/SERVIDORA MARIA INÊS DIAS DE FREITAS



5 LEITURAS RECOMENDADAS PARA APROFUNDAMENTO

Acervo da própria autora.



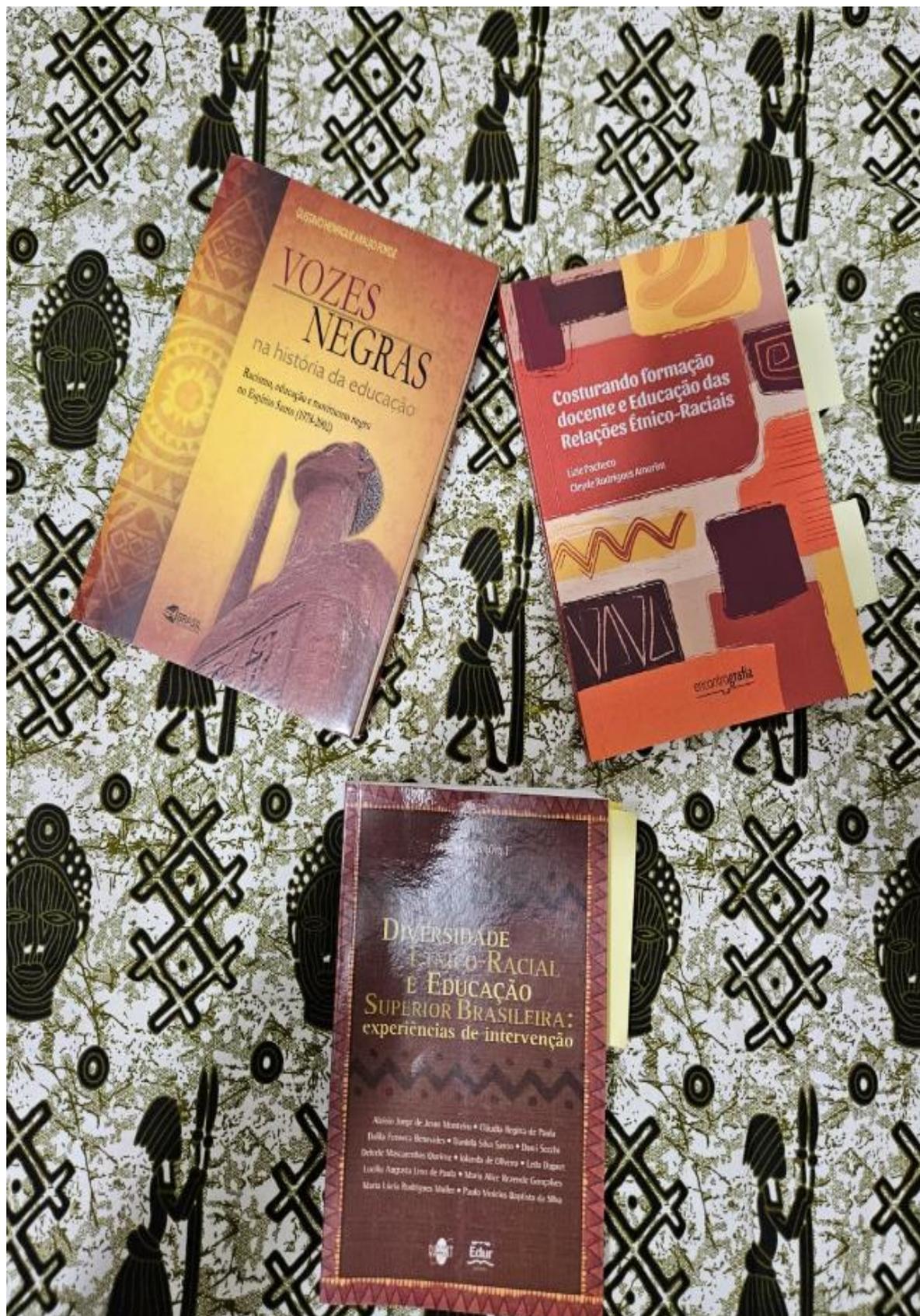
Acervo da própria autora.



Acervo da própria autora



Acervo da própria autora



Acervo da própria autora

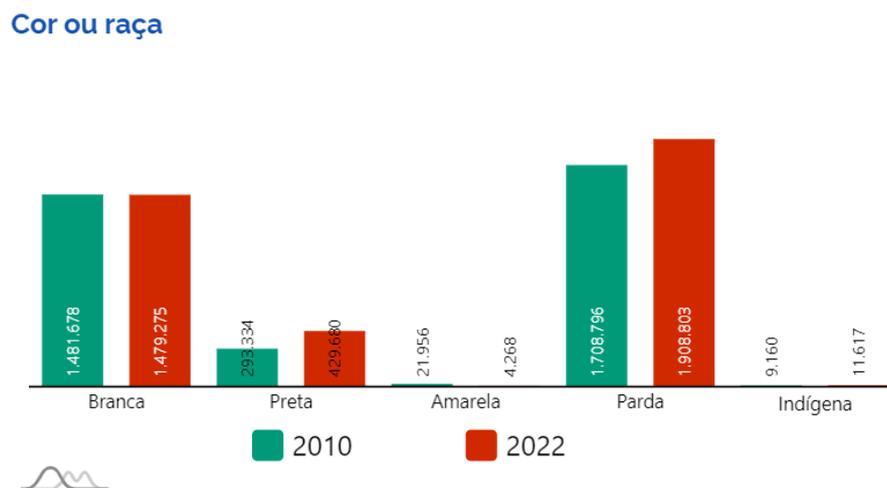


Acervo da própria autora

5 A POPULAÇÃO BRASILEIRA: TERMOS DE RAÇA/COR, EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR A PARTIR DO CENSO

O Negro no Brasil representa a maioria da população, tendo em vista os declarados pardos serem a maioria no Brasil, na região Sudeste e no estado do Espírito Santo.

Gráfico 1 – Cor ou raça



Fonte: IBGE (2022).

O gráfico acima, capturado no sítio eletrônico do Censo IBGE 2022, mostra-nos o aumento no número de pessoas que se declaram pardas.

Em relação ao Ensino Superior, conforme gráfico de resumo técnico obtido pelo Censo de Educação Superior 2022 (Gráfico 2), quanto às declarações relativas à cor/raça do aluno de graduação que ingressou em 2022, há que se destacar, primeiramente, o elevado percentual da opção “Não declarado” (1.264.676 ou 29,1%), a qual consiste no somatório das categorias “Não dispõe da informação” e “Aluno não quis declarar a cor/raça”.

Gráfico 2 - Percentual de alunos de graduação ingressantes, segundo a cor/raça-Brasil 2022

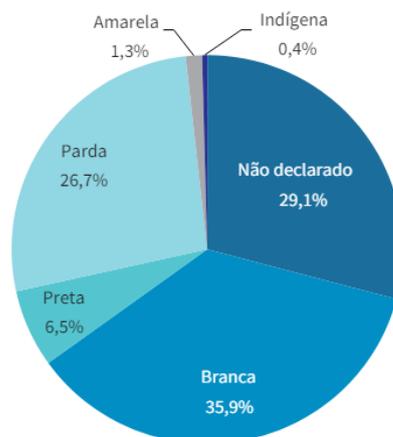


GRÁFICO 28

PERCENTUAL DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO INGRESSANTES, SEGUNDO A COR/RAÇA - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior.

Fonte: Inep, 2022¹³.

A busca de informações em dispositivos legais de pesquisa se deu para obtermos a confirmação do que observamos, no âmbito da Universidade, quanto ao número de estudantes pretos e pardos que circulam e quais são as políticas incisivas para a formação desses cidadãos brasileiros para o mercado de trabalho.

Nesse contexto, este produto educacional foi elaborado a partir do conjunto de narrativas ouvidas e lidas, que impulsiona uma leitura mais aprofundada sobre alguns dos termos e conceitos destacados neste trabalho.

A pesquisa que finaliza com a elaboração deste produto é resultado, antes de tudo, de interesse pessoal de uma das pesquisadoras. Surgiu do pensamento de uma pessoa negra retinta que não percebia que suas características fenotípicas frearam vários acessos na sua vida e que, sem perceber, desviou seus objetivos para um caminho mais longo e menos promissor. Esperamos que este produto, mesmo que informalmente, possa fazer com que os TAES se apropriem das leituras e indicações dos autores que contam uma história que transforma a nossa identidade de brasileiros da diáspora africana.

13

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2022.pdf

A implicação social é evidente, porque, mesmo que de forma micro, esta campanha de sensibilização, a partir de termos raciais, poderá alargar os caminhos daqueles que direcionarem as câmeras dos telefones celulares, para que, junto com nossas referências intelectuais negras, possam se educar. Para a mudança que queremos, é necessário alterar todos os currículos, inserindo bibliografia que inclua nossa história. E, complementarmente, investir na aquisição de livros, periódicos e recursos pedagógicos com conteúdos antirracistas, decoloniais e que levem à formação com equidade no ensino, na pesquisa e na extensão da Universidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção deste produto surgiu antes mesmo do início da pesquisa. Desde os primeiros escritos, o projeto de pesquisa foi delineado com este produto em mente. Inicialmente, consideramos a elaboração de uma bibliografia, para ser adquirida para as disciplinas de Educação das Relações Étnico-Raciais dos cursos de graduação, alinhadas às comissões de cada centro responsável pela aquisição de livros e aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). No entanto, percebemos que isso seria muito complexo e distante para um Técnico Administrativo em Educação (TAE). Posteriormente, consideramos a realização de um curso de formação para servidores, incluindo docentes e TAEs, mas também avaliamos que isso poderia ser interpretado como o TAE ultrapassando o seu papel usual em relação aos professores. Finalmente, optamos por focar exclusivamente nos TAEs como sujeitos do estudo, culminando no desenvolvimento da campanha apresentada como produto final desta dissertação de mestrado profissional.

Este produto educacional visa sensibilizar os Técnicos Administrativos em Educação que atuam nas Secretarias dos Colegiados dos Cursos de Graduação do *campus* de Goiabeiras e a todos os que se dirigirem aos cartazes como espaço educativo, com o objetivo de iniciar uma reflexão mais profunda sobre questões raciais.

É fundamental que se compreenda que os termos e conceitos apresentados são relevantes para todos os membros desta Universidade (a Ufes) e deste país. A situação dos negros no Brasil evidenciou a necessidade de leis para reparar as injustiças cometidas contra essa população, que compõe mais de cinquenta por cento

deste país e que foi trazida involuntariamente para as Américas, em nome do capitalismo, desempenhando um papel crucial na construção da nação brasileira.

A campanha de sensibilização para os TAEs compreende quatro cartazes, elaborados pelo ilustrador negro Thaliel Maia Sales Pinto. Foi solicitado para ele cartazes que pudessem dialogar com os TAEs que atuam nos colegiados, provocando uma desconstrução do racismo diante de ausência de informação sobre a temática racial, com as cores da identidade visual da Ufes e alguns símbolos adinkras, tendo em vista seus significados.

O primeiro cartaz traz o **título da dissertação** e dois símbolos: *Obi nka* bi, baseado em animais e “incentiva a harmonia, a paz, a unidade, o perdão e a justiça nas relações humanas [...]” (Nascimento e Gá, 2022, p. 41); e o símbolo Nkonsonkonson, que é baseado em forma abstrata e significa o elo ou corrente. “Estamos ligados na vida e na morte [...] símbolo das relações humanas [...]” (Nascimento e Gá, 2022, p. 93). O QR Code contém um áudio introdutório, conforme segue:

“Este material é destinado a profissionais que atuam em setores voltados para o atendimento a estudantes. Ele integra a pesquisa para uma dissertação de mestrado profissional em Educação, cujo título é: A Percepção dos Técnicos Administrativos em Educação sobre o Acolhimento e a Permanência dos Estudantes Negros na Universidade Federal do Espírito Santo. Neste produto, utilizamos cartazes que, além de ilustrações, incluem QR Codes que direcionam para vídeos no YouTube sobre termos raciais, com o intuito de sensibilizar sobre a importância da temática. O primeiro cartaz traz a palavra Acolhimento. Este conceito vai além de meros registros e cadastros; refere-se ao acolhimento genuíno e empático dos estudantes aprovados no processo seletivo, que chegam à universidade cheios de alegria e entusiasmo. É essencial cultivar empatia, especialmente em relação ao estudante negro, que muitas vezes carrega uma história marcada pelo racismo e discriminação relacionados à sua origem e cultura. A campanha formativa, que explora termos e conceitos raciais nos cartazes subsequentes, visa não apenas promover o estudo da questão racial, mas também provocar atitudes conscientes e reflexivas. Com isso, buscamos instigar uma postura ativa e informada, incentivando leituras, filmes e documentários que aprofundem a compreensão da dinâmica racial no Brasil. Essa conscientização é fundamental para que possamos colocar em prática uma atitude antirracista. O

racismo é um problema que deve ser enfrentado e combatido por todos". (Elaborado pela própria autora).

No segundo cartaz, as mãos dadas sugere a união da diferença e, para isso acontecer, é preciso conhecer os **tipos de racismo**. O vídeo trata de letramento racial e tipos de racismo (LETRAMENTO [...], 2023, 13min 19s). No terceiro cartaz, mãos em punho é o símbolo da luta antirracista por meio do que propõe Munanga sobre **Raça, Racismo e Etnia** (KABENGELE [...], 2019, 5min 25s).

Sobre o quarto cartaz, intitulado **Educação antirracista**, objetivamos sinalizar outros termos a serem conhecidos, apresentados no vídeo: GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 39-62 (ALGUNS [...], 2020, 18min e 50seg). A estrada direciona para dois caminhos e ambos levando a termos raciais disponíveis para se conhecer. O símbolo adinkra de cada placa, segundo Nascimento e Gá (2022, p. 63), é baseado em objetos feitos de ser humano.

REFERÊNCIAS

ALGUNS termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil. 2020 (Vídeo 18min 50s). Publicado no canal Richard Christian Pinto dos Santos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RDgl4CiLjg0&t=3s>. Acesso em: 04 ago. 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, 2023. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm. Acesso em: 14 ago. 2024.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. 2. ed. ver. São Paulo: Global, 2007.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. **Vozes Negras na história da educação: racismo, educação e Movimento Negro no Espírito Santo (1978-2002)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

hooks, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

IBGE. **Censo 2022**: Brasil. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 04 ago. 2024.

KABENGELE Munanga - Raça, racismo e etnia. 2019, (Vídeo 5 min 25s). Publicado no canal: Sociologia Animada. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JTySjC1aQF4>. Acesso em: 04 ago. 2024.

LETRAMENTO racial e tipos de racismo que você precisa conhecer! - [#TurmaExplica](#), 2023, (vídeo 13 min 19s.). Publicado pelo canal Turma do Jiló. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YBxP_--uYUs&t=34s. Acesso em: 05 ago. 2024.

MOREIRA, Adilson José. **Tratado de Direito Antidiscriminatório**. São Paulo: Contracorrente, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 5, n. 1, p. 17-24, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p.31-43, jul./dez. 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**. 5 ed. Rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 05 ago. 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05 nov. 2003.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

O QUE é Racismo Estrutural? Vídeo do canal Richard Christian Pinto dos Santos, 2020. (Vídeo 26 min 19s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=laJ9pWSYpYU>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

